



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL**

SILVIA MARIA BAHIA MARTINS

**INSUSTENTÁVEL CRUEZA DO COSER
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM ASSOCIAÇÕES DE COSTUREIRAS DA
PENÍNSULA DE ITAPAGIPE - SALVADOR/BAHIA**

Salvador
2011

SILVIA MARIA BAHIA MARTINS

**A INSUSTENTÁVEL CRUEZA DO COSER
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM ASSOCIAÇÕES DE COSTUREIRAS DA
PENÍNSULA DE ITAPAGIPE - SALVADOR/BAHIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Elisabete Santos

Salvador
2011

Escola de Administração - UFBA

M383 Martins, Silvia Maria Bahia.

Insustentável crueza do coser a precarização do trabalho em associações de costureiras da península de Itapagipe – Salvador / Silvia Maria Bahia Martins. – 2011.

136 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elisabete Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

1. Associações profissionais – Itapagipe, Península de (Salvador, BA).
2. Mulheres – Relações trabalhistas – Itapagipe, Península de (Salvador, BA). 3. Ambiente de trabalho. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 331.2

SILVIA MARIA BAHIA MARTINS

A INSUSTENTÁVEL CRUEZA DO COSER

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM ASSOCIAÇÕES DE COSTUREIRAS DA
PENÍNSULA DE ITAPAGIPE - SALVADOR/BAHIA**

Dissertação submetida ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro
Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

Prof. Dra. Nilce de Oliveira
Departamento de Nutrição da Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Clóvis Caribé Menezes dos Santos
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira
de Santana

Prof. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos (Orientadora)
CIAGS-EA / Universidade Federal da Bahia

30 de setembro de 2011



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE SILVIA MARIA BAHIA MARTINS DO CURSO DE Mestrado MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos trinta do mês de setembro de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira Dos Santos** (CIAGS/UFBA), orientadora da aluna, pelos membros titulares **Profa. Dra. Maria Tereza Franco Ribeiro** (EAUFBA), **Profa. Dra. Nilce de Oliveira** (UFBA) e o **Prof. Dr. Clovis Caribé Menezes dos Santos** (UEFS) se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“A Insustentável Cruzeira do Coser: A precarização nos processos produtivos da facção de costura em associações de costureiras da Península de Itapagipe”** de autoria de **Silvia Maria Bahia Martins**. Após a apresentação da dissertação a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser... *aprovado com indicação para publicação* Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 30 de setembro de 2011.

Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira Dos Santos
(CIAGS/UFBA)

Prof. Dr. Clovis Caribé Menezes dos Santos
(UEFS)

Profa. Dra. Maria Tereza Franco Ribeiro
(EAUFBA)

Profa. Dra. Nilce de Oliveira
(UFBA)

Silvia Maria Bahia Martins
(Mestranda)

A Vivi, nossa doce guerreira.

A todas as costureiras anônimas que cosem cotidianos de realidade.

Agradecimentos

Às costureiras, associadas, mulheres de Itapagipe, que alinhavam fios de esperança, apesar de imprensadas pela labuta cotidiana do trabalho. Meu profundo respeito pela categoria e pelo exercício da atividade dentro das condições de vulnerabilidade atuais. Agradeço pela confiança, pelo carinho, pela disponibilidade!

À professora Bete Santos, animadora, partícipe, apoiadora deste trabalho, que tem a “cara” que tem, de cariz teórico-metodológico conscientemente adotado. Sua compreensão e orientação foram essenciais para a materialidade dessa confecção artesanal.

Aos autores afetos e desafetos, que me acompanharam, inspiraram, questionaram, confundiram convulsivamente por meio do silêncio vibrante das páginas de suas obras.

Aos meus pais, Efigênia e Silvio, e às minhas irmãs, Caroline e Viviane, cúmplices e celebrantes de um projeto amoroso e lúcido de família. Parceiros incondicionais, meus pais são exemplos de honradez, dignidade, sabedoria, desprendimento calculado, transmitidos nas falas e nos comportamentos; a aproximação com a educação e com a extensão, processos em consolidação na minha trajetória pessoal-profissional, é “culpa” deles. De minhas irmãs, a graça, a doçura, o aprendizado e o privilégio da intimidade compartilhada, num exercício contínuo de respeito mútuo no reino das diferenças.

A Luiz, companheiro de vida, pelo cuidado, zelo, carinho de sempre. Realista e autêntico em suas abordagens, me faz enxergar e percorrer os caminhos com firmeza. Meu porto seguro, meu esteio, meu amor. Vibramos em sintonia!

À linhagem de mulheres, professoras, amigas, Ritas, minhas avó e mãe em especial, que ajudou a modelar e vem arrematando a minha formação para enfrentar as atuais condições históricas. A referência e o viver a cadência feminina tem se refletido nas posturas acadêmicas de forma cada vez mais incrustada.

Aos colegas da turma 3, pelos sopros de partilha, afeição, descontração. Êta que foram dias intensos!

À coordenação e aos colegas de trabalho, que compreenderam o tempo e o sentido do mestrado e me disponibilizaram para as atividades do percurso.

A todos inominados e conhecidos, acessos e decessos, oportunidades e negação delas, ao que foi e é, poderá ser...

... saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas.
A Caverna, J. Saramago

*O real não está na saída nem na chegada;
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.*
Guimarães Rosa

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as características da subcontratação nas associações de costureiras da Península de Itapagipe, Salvador-Bahia, que trabalham sob os moldes da facção, de modo a compreender seus impactos nas relações e nas condições de trabalho sobre as referidas trabalhadoras. Concebe-se que os processos de flexibilização produtiva no setor de confecções potencializaram a precarização da força de trabalho, especialmente a feminina, combinando novas estratégias de organização da produção, supostamente emancipadas, e manutenção de formas antigas de trabalho, reprodutoras da dominação pelo capital. A facção de costura em associações é uma das sínteses itapagipanas. Entrevistas e vivência do cotidiano de trabalho das costureiras permeiam a pesquisa empírica, ancorada na dialética.

Palavras – Chave: precarização do trabalho; subcontratação; facção de costura; associativismo; trabalho feminino.

ABSTRACT

This study aims to analyze the main characteristics of subcontracting in the associations of seamstresses Peninsula Itapagipe, Salvador-Bahia, working with fashion, in order to understand its impact on relationships and working conditions on workers. It is conceived that the processes of production flexibility in the garment sector have worsened the precarious nature of the workforce, especially women, combining new strategies of organizing production, supposedly emancipated, and maintenance of older work, reproducing the domination of capital. A fraction of stitching is the synthesis itapagipana associations. Interviews and experience of the daily work of the seamstresses permeate the empirical work, anchored in the dialectic.

Words Key: precarious employment, subcontracting sewing factor, associations, women's work.

LISTA DE ABREVIATURAS

a C	Antes de Cristo
APL	Arranjo Produtivo Local
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMMPI	Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPF	Cadastro Pessoa Física
CSU	Centro Social Urbano
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NAI	Núcleo de Articulação Institucional
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOMP	Secretaria de Combate à Pobreza
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado da Bahia
SINDVEST	Sindicato do Vestuário
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	12
1.1.O Projeto Modernizador Capitalista Tupiniquim	28
1.2. Entre Preces e Incertezas: o Cenário da Precarização	32
CAPÍTULO 2 – SUBCONTRATAÇÃO	42
2.1 Aspectos Empresarial- Administrativos	43
2.2 Aspectos Jurídicos	45
2.3 Aspectos Relacionados à Condição do/a Trabalhador/a	47
2.4. Setor Têxtil e de Confecções e Reestruturação Produtiva	50
2.4.1. <i>Facção de Costura</i>	52
2.5. O Feminino e a Precarização do Trabalho	57
2.6. Velhas Formas Novas e (Precárias) de Inserção no Mercado de Trabalho no Capitalismo Flexível	60
CAPÍTULO 3 – MÉTODO	67
3.1.Procedimentos	72
CAPÍTULO 4 – AS ASSOCIAÇÕES DE COSTUREIRAS E O JEITO ITAPAGIPANO DE FACCIONAR	76
4.1. O Que é Que a Península de Itapagipe Tem?	76
4.2. As Associações de Costureiras Pesquisadas.....	82
4.3. Mulher, Esposa, Mãe, Trabalhadora, Costureira, Associada – Perfil das Faccionistas. 85	
4.4. Associação – O Que És e a Quem Serves?	86
4.5. <i>Facção de Costura</i>	95
4.6. Negligência dos Direitos	99
4.7. Condições de Trabalho e Saúde	104
4.8. Degradação da Remuneração	107
4.9. Trabalho Menos Qualificado	111
4.10. Jornada de Trabalho Mais Extensa, Equipamentos Defasados e Aumento da Produtividade	113
4.11. Quadro Síntese	116
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	130

APRESENTAÇÃO

A costura é uma das mais antigas atividades da humanidade, com registros datados do período paleolítico (30.000 a.C.). Das corporações de ofício na Idade Média e passando pelo desenvolvimento de técnicas e meios de produção na era industrial, o segmento ganhou proporções vultosas na contemporaneidade. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (2011), existem atualmente 30 mil empresas registradas no país, 1,7 milhão de empregados - dos quais 75% correspondem à mão de obra feminina - com faturamento, somente no ano de 2010, de 52 bilhões de dólares.

A Península de Itapagipe, importante pólo de confecções na Bahia, concentra cerca de 20% da produção total do estado (CAMMPI, 2006). Sua inclinação para o ramo têxtil, sócio-historicamente construída, aliada às condições adversas de sobrevivência de seus habitantes, torna este território um recorrente alvo de intervenções sociais exógenas visando à geração de emprego e renda.

O objetivo deste estudo é analisar as características da subcontratação nas associações de costureiras da Península de Itapagipe, Salvador-Bahia, que trabalham com facção, de modo a compreender seus impactos nas relações e nas condições de trabalho sobre as trabalhadoras. Discutir-se-á aqui a hipótese de que a subcontratação de associações no setor de confecções tem se constituído em instrumento de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, favorecendo a longa jornada de trabalho, a flexibilização das leis trabalhistas, a remuneração parca e predatória, demonstrando a continuidade da dominação e da exploração pelo empregador.

A jornada pessoal-profissional da pesquisadora permitiu a compreensão do significado da facção na (con) vivência das trabalhadoras da costura, suas histórias e rotina de trabalho. Isso demandou a mudança do olhar da até então *bolsista e técnica de projeto de extensão de uma universidade no território de Itapagipe* para o de *investigadora* de fenômenos sociais intencionalmente invisíveis para grande parte da sociedade. A motivação (subjetividade), o estímulo (externalidades do contexto

micro alinhadas à conjuntura macro) e a oportunidade científica (pesquisa) foram, assim, combinados para confeccionar este singelo, porém dedicado relato escrito.

A pesquisa realizada combinou a sistematização bibliográfica e trabalho empírico.

Os dois capítulos iniciais trazem elementos teóricos para este estudo. O primeiro deles, “Globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo”, trata de mudanças ocorridas no período de acumulação flexível, em especial no cenário brasileiro, além dos efeitos da precarização sobre a classe trabalhadora a partir das discussões de Harvey, Antunes, Druck, Bourdieu, Sennett, Alves. O segundo analisa o fenômeno da subcontratação, compreendendo que não se trata de fenômeno novo, mas assume papel diferenciado a partir dos anos 1970 no contexto de flexibilização do trabalho. No capítulo três estão ancorados o debate epistemológico e os recursos metodológicos exigidos pela problemática de pesquisa. Discutiram-se, de forma breve, as implicações epistemológicas da relação sujeito e objeto no contexto da dialética; são também mencionadas as estratégias de aproximação com a realidade vivida pelas faccionistas. “As Associações de Costureiras e o Jeito Itapagipano de Faccionar”, o quarto capítulo, anuncia a pesquisa de campo, as categorias que mais sobressaíram nas entrevistas e na interação cotidiana com as costureiras. São traçadas possíveis interpretações do fenômeno da subcontratação nas associações. Nas considerações finais, questiona-se o caráter de invisibilidade da facção, as políticas públicas de caráter universalista e o papel do profissional da gestão social.

CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Os mais de duzentos anos de consolidação da formação social dominada pelo poder do capital industrial representam a contradição mais imperiosa de toda a história da humanidade. De um lado, o período de maior desenvolvimento das potencialidades humanas em termos de inovações no campo da tecnologia, da ciência, da socialização do trabalho. Por outro, um período de maior degradação da relação ser humano – natureza, de exploração da força de trabalho, de supremacia do valor de troca e do dinheiro.

O capitalismo, apesar das crises cíclicas que lhe são próprias, não evidenciou, em curto prazo, a sua falência estrutural enquanto modo de produção. Estas mesmas crises mostram-se funcionais quando permitem a restauração dessa lógica predominante, sempre em níveis mais complexos e instáveis, refazendo as condições necessárias à sua continuidade. A cada novo ciclo econômico, o capitalismo, enquanto sistema agido por sujeitos nos campos produtivo, reprodutivo e ideológico, recria meios para a própria reanimação, intervindo na configuração das relações de produção (dos seres humanos entre si e com a natureza) e nas forças produtivas (meios, objetos, força de trabalho), sem, entretanto, modificar as suas bases estruturais – propriedade privada, trabalho assalariado, acumulação de capital. Entre crises, depressões, restaurações e ápices regenera-se e reconfigura-se num movimento contínuo, porque as relações mercantis tornaram-se generalizadas em termos mundiais e estendidas para o mundo do trabalho, e simbiótico, engolfando práticas econômicas pré-capitalistas ou supostamente alternativas ao modelo hegemônico.

Globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva. Palavras alardeadas na contemporaneidade como solução e caminho inevitável a ser perseguido, vicejam fenômenos da mesma narrativa de reprodução do metabolismo do capital contemporâneo. A globalização materializou os prenúncios do capitalismo em caráter mundial. O neoliberalismo, como o próprio prefixo *neo* já indica, é a adaptação das teorias econômicas liberais dos fundadores Adam Smith, do início do século XVIII. A reestruturação produtiva é condição *sine qua non* na história do

capitalismo. Não seria a globalização uma nova faceta do colonialismo do século XVI, dos arroubos imperialistas do século XIX sob a capa discursiva da “expansão para a integração econômica”? O que particulariza o capitalismo contemporâneo face às nuances anteriores é a acentuação das marcas liberalizantes, do seu caráter mundializado, da capacidade de fragilizar ou mesmo destruir as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas operárias e das camadas trabalhadoras. É a face mais sofisticada porque promove a integração financeira, em especial, com apoio das tecnologias da informação.

Antes de imiscuir pelas veredas da organização flexível e atribuir-lhe equivocadamente a “paternidade” da nova conjuntura, faz-se necessário revitalizar, em breve apanhado, o cenário do trabalho e as nuances dos processos de reestruturação produtiva, que carimbam a exacerbação dos movimentos liberalizantes do capitalismo avançado.

Ao considerar que a história do capital está visceralmente relacionada com a história da implantação de receituários ideológicos e de adaptação de relações no campo da produção, ela molda-se em caráter contínuo, entremeado de ciclos que comportam determinadas características, formando um todo representativo que configura um sistema de produção. São ajustes que permitem aliar os padrões de produção com o desenvolvimento das forças produtivas de determinada época, restaurando após uma crise e/ou tornando mais eficiente a apropriação privada do produto social e sua acumulação. Essas acomodações, portanto, não são aleatórias à ordem macro: fundadas em estudos aplicados, por vezes respaldando sua efetividade na racionalidade e cientificidade, buscam interferir substantivamente na celeridade e no aumento da produção, na redução de custos, na transformação do tempo em aliado do capital. Dão-se por meio da modificação dos processos gerenciais através do planejamento do rendimento, do controle do desempenho; pela via tecnológica, a partir da invenção, inovação e incremento de artefatos (investimento em capital fixo) que interfiram substancialmente em eficiência e produtividade no campo da produção; ou mesmo pela hibridização dos mecanismos supracitados, e desses com processos/práticas antigos, a exemplo da manufatura, do artesanato, das atividades agrárias. Sendo que por diferentes maneiras, essas modulações têm seu desenvolvimento atrelado à exploração e à intensificação do trabalho, que incidem

diretamente na capitulação da corporeidade do trabalhador. As faces de organização de produção precisam estar simultaneamente acopladas à dinâmica e às tendências do capital, num cenário de mudanças nas áreas política e econômica. O capital visualiza eficiência, produtividade, adequação do trabalhador e, conseqüentemente, controle social.

A divisão de tarefas e de papéis, o uso de instrumentos que façam a mediação entre homem e natureza não são condições específicas advindas da estruturação do modo de produção capitalista. A existência do trabalho implica necessariamente organização e divisão.

A revolução industrial configurou-se como o conjunto de transformações pertinentes à passagem da economia preponderantemente agrária para o da mecanização/industrialização, possibilitando o desaparecimento dos restos das relações feudais ainda existentes e a irradiação do modo de produção capitalista para os diversos campos da vida em sociedade. A introdução de novos equipamentos e novas fontes de energia, além do desenvolvimento de meios de transporte e de meios de comunicação implicou em mudanças no processo produtivo. A dinâmica da fábrica implicava uma nova forma de pensar e de exercer o trabalho - o fluxo lógico de processos, a mecanização, a especialização das atividades, enfim, a cadência da rotina fabril. Acionava-se, assim, uma nova cultura do trabalho, outra representação e subjetividade de trabalhador, com conseqüências objetivas para a reprodução da vida social.

Da Inglaterra da revolução industrial ao taylorismo dos Estados Unidos, no final do século XIX e começo do XX, Frederick Winslow Taylor, através de seus estudos experimentais centrados no tempo e no movimento nos processos produtivos, introduz o que se qualifica como “administração científica do trabalho”. Essa proposta não estava vinculada a alterações profundas na estrutura tecnológica existente; ela pendia basicamente para a organização e a adequação da força de trabalho ao ritmo e à velocidade estabelecidos pela gerência, convencida dos efeitos práticos da incorporação da racionalidade no processo produtivo.

Taylor estuda a melhor maneira para realizar uma tarefa. A melhor maneira não é necessariamente aquela ensinada pela tradição, pelo conhecimento,

herdada pelas gerações ou socializada entre os trabalhadores. A melhor maneira de realizar um trabalho deve ser resultado do estudo científico dos engenheiros e dos administradores. Para atingir esse alvo, o estudo do tempo e dos movimentos mínimos necessários ocupa o principal lugar. Em termos de tempo, trata-se de encontrar o mínimo necessário para realizar determinada operação ou tarefa. Em termos de movimento, trata-se de atingir o mesmo alvo: qual a maneira de realizar mais racionalmente os movimentos necessários para uma operação. Ambos, tempo e movimento, passam por um processo de racionalização tecnocientífica e depois por um processo administrativo de implantação da nova maneira de agir nos locais de trabalho. (DAL ROSSO, 2008, p.62)

A introdução de novos meios de produção não era o mote do taylorismo, que preconizava o aumento da eficiência e do desempenho dos capitais fixos (equipamentos) e variáveis (trabalhador) já existentes na organização produtiva. A obtenção do lucro estava atrelada ao reforço da mais valia absoluta, com aumento da jornada de trabalho concreto para os operários e a conservação dos soldos anteriores. Segundo Sadi Dal Rosso (2008), a questão que move as experimentações de Taylor é “descobrir o que seria um dia justo” de trabalho, pois o subtrabalho é o “maior mal de que o povo trabalhador é afetado” (TAYLOR apud DAL ROSSO, 2008, p. 57).

Por outro lado, a nova estrutura demandava a formatação de estruturas de planejamento, de supervisão e de controle. Não se podia confiar nos operários sem fiscalização; eles poderiam resistir ao novo comportamento exigido. E aqui se encontra outra novidade do método: a fixação de estrutura gerencial com o reforço da hierarquização de papéis e a fragmentação de tarefas dentro do universo fabril mostravam-se estratégicas para o controle do processo produtivo. Controle que, em termos práticos, adviria do disciplinamento do corpo do operário e do direcionamento do seu saber para a atribuição que lhe fora destinada pela administração. Afirmava-se, portanto, a divisão do trabalho entre gerência, criação, fiscalização e concretização, o que em termos gerais, significa a segregação do trabalho físico do intelectual, com a entronização do último. Dessa forma, parte da classe operária e determinados integrantes da burguesia foram arregimentados para ocupar zona intermediária, que funcionava como os “olhos do patrão”, obediente aos capitalistas e controladora do desempenho dos operários. Para operar eficientemente, o antigo supervisor único daria vazão a muitos outros e com atribuições específicas. As vantagens para o capitalista eram óbvias, uma vez que mantinha constante o quadro de trabalhadores “braçais”, de seus pagamentos, de equipamentos com o aumento

da produtividade, demonstrando que a implantação do método não se traduzia diretamente em gastos de ordem financeira no campo do trabalho produtivo.

A racionalização no taylorismo teve como efeitos práticos a diminuição dos tempos mortos durante a jornada de trabalho com a consequente intensificação do labor, a exploração da força de trabalho por meio da exaustão, o controle do corpo do operário por meio da adaptação forçosa à nova organização produtiva, possibilitados pelo controle do ritmo, da velocidade e dos movimentos. O tempo foi transformado em um componente passível de comando.

A esse ponto parece desnecessário perguntar por que o método de Taylor consiste na intensificação do trabalho. Porque, ainda que a jornada de trabalho não seja modificada e que a estrutura técnica das empresas continue a mesma, a carga de trabalho aumentou dramaticamente para os trabalhadores. Foi alcançada uma elevação do grau de intensidade, dentro da mesma duração da jornada. Nisso consiste o coração do método científico de Taylor (DAL ROSSO, 2008, p.61).

A imposição dessa nova cultura do trabalho exigia comprometimento, espírito cooperativo por parte da classe operária sem que tivesse qualquer gratificação. A adaptação aos mecanismos tayloristas de capitulação corpórea não se dá sem resistência por parte da classe operária.

(...) os princípios e as normas de gerência propostas por Taylor tinham um conteúdo fortemente autoritário e, na sua essência, um poder de aplicação sustentado muito mais na força e na coerção e muito menos no convencimento e na busca de adesão dos trabalhadores. Somente quando os salários começam a ser transformados, efetivamente, num instrumento atrativo é que se pode afirmar sobre uma aceitação maior do taylorismo por parte dos trabalhadores e de seus sindicatos. (DRUCK, 1999, p.47)

E é a partir dessas novas variáveis que o fordismo encontra espaço como sistema de produção: integra-se e reforça o método taylorista, agregando-lhe outro posicionamento sobre a produção e o trabalhador, com repercussões na visão de e no modelo que se pretende de sociedade.

No eixo da produção, o fordismo dinamiza a mecanização através da inovação tecnológica e da técnica, apostando na fabricação de meios de produção de alto desempenho, tornando os operários apêndices das máquinas. O surgimento de linhas de montagem, adaptação do sistema de esteiras rolantes, inicialmente implantado no que se tornou o símbolo maior do fordismo - a indústria

automobilística, permitia que o chassi do carro percorresse toda a fábrica; os operários dispunham-se lateralmente e encaixavam as peças, que eram dispostas em outras esteiras rolantes. A linha de produção era horizontal e a hierarquia vertical. Como a indústria intervinha na fonte de matérias primas, buscando o domínio da cadeia produtiva, dedicou-se à standardização de uma única mercadoria (artigos em série), o que barateava o custo por unidade.

O fordismo traz repercussões também para o perfil de trabalhador. Havia necessidade de diminuir o peso da resistência da classe operária para garantir a eficiência do sistema. “Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares” (HARVEY, 2010, p.121), aumentou os salários acima da média vigente, garantiu benefícios sociais antes inexistentes. Enfim, trabalhou com a valorização do trabalhador, principalmente pela via da remuneração, para facilitar a sua adesão à cultura fordista. No imaginário social, não se trata mais da imposição taylorista, mas do chamamento ao trabalho ainda que forçado, mas plenamente recompensado pela indústria. Como o ritmo e a velocidade da produção estavam subordinados à regulação das esteiras, os fiscalizadores do método taylorista foram substituídos pela vigilância panóptica dos trabalhadores dirigida para seus próprios colegas. A “lentidão” do operário 1 no processo de produção contínua transformar-se-ia em diminuição de produtividade dos trabalhadores 2 e 3 em sequência, com reflexos concretos no pagamento recebido. E, à época, vigorava o princípio de que quanto mais se trabalhasse maior seria a recompensa financeira recebida. A fragmentação e a especialização do trabalho reduziram gradativamente a capacidade do indivíduo de interferência no processo produtivo, tornando-o repetitivo e estranhado. Apêndice da máquina, o homem tornou-se refém da função exercida, desqualificando a operação sendo, portanto, passível de permuta, principalmente quando é possível recrutar um exército industrial de reserva suscetível à lei da oferta e da procura. Assim, o trabalhador fordista operava e reforçava o sistema que potencializou as possibilidades de exploração, de competição entre trabalhadores e de extração de mais valia relativa por parte do capitalista. A adesão da classe operária foi conquistada, a cooperação foi alcançada com o ativo apoio dos membros do “chão de fábrica” e, de “brinde”, mecanismos que reforçam a dispersão e a fragmentação de causas eminentemente coletivas.

Mas, de todos os desdobramentos acarretados pelo fordismo o de maior amplitude foi a vascularização de um sistema de produção no pós guerra, antes circunscrito ao espaço fabril, para os outros campos da vida em sociedade. A produção em série e massiva está necessariamente vinculada ao consumo também massivo, principalmente de bens duráveis. A política de assalariamento fordista estava assim também calcada na movimentação do capital no circuito produção-consumo, possibilitando a fabricação em maiores quantidades, o desenvolvimento da economia e da indústria naqueles que serão reconhecidos na história como “os trinta anos gloriosos do capitalismo” nos países centrais.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2010, p.121).

Por nexos às lógicas internas, a vigência do capitalismo está atrelada à condição e à existência da desigualdade. Qualquer abalo nessa estrutura provocaria seu colapso enquanto modo de produção predominante. Mas a era de ouro do fordismo nos Estados Unidos, em termos práticos, representou a mais próxima investida de um capitalismo inclusivo ou mesmo social, apesar de lidar com uma força de trabalho predominantemente masculina, inicialmente imigrante. Esse suposto “sucesso” é produto de uma conjunção de fatores, de conjuntura favorável: as políticas de emprego alavancadas pelo Estado, a interpelação de políticas de proteção social pelo movimento operário, com a posterior criação do Estado de Bem Estar Social, a expansão comercial internacional, a elevação do padrão de vida, as taxas estáveis de crescimento e a instalação da cultura fordista impulsionaram o crescimento econômico daquele país, que pós segunda guerra mundial afirmou sua hegemonia, tornando-se uma das maiores potências do globo, apoiada também na envergadura de sua indústria bélica e cultural.

Nos anos 1970, em especial o de 1973, primeiro ano da crise do petróleo, o mundo apresentava baixo crescimento econômico e alterações do padrão de demanda. A necessidade de recuperação do ciclo reprodutivo, a emergência de nova base técnica (microeletrônica e robótica, em especial) e de ideário político-ideológico de

liberalização econômica favoreceram transformações no processo produtivo e a instalação de novos moldes de acumulação capitalista.

A crise do fordismo, como salienta Antunes (2009), foi uma crise estrutural do capital, alavancada pelo esgotamento econômico do ciclo de acumulação e também por

lutas de classe ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 (que) solapavam pela base o domínio do capital e afluíam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidades entre esses dois elementos centrais (...) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70. (ANTUNES, 2009, p.42)

Das experiências implantadas (da “Terceira Itália” e da Suécia, por exemplo) como tentativas de resposta à crise, a de maior impacto e repercussão foi a das fábricas da Toyota, nos anos 1960-1970, no Japão. Denominado ohnismo, toyotismo, modelo japonês, esse outro modo de lidar com a produção esparramou-se para além dos limites geográficos e das condições sócio-históricas de sua gênese, ganhando capilaridade mundial e versatilidade em aplicação, práticas e efeitos.

Toyoda, engenheiro de formação e proprietário da fábrica Toyota, ao visitar os Estados Unidos ficou encantado com as indústrias automobilísticas e a tudo que este ícone remetia. Entretanto, os moldes fordistas – linha de montagem, grande quantidade de estoques, de funcionários, gigantescas fábricas, linearidade entre produção e comercialização - mostravam-se pouco factíveis no seu país de origem, combalido pós segunda guerra mundial, envolto em restrições no mercado consumidor e escassez de espaço, de capital e de matéria-prima. Para competir num cenário de crise era preciso adequar o modelo de Ford. Assim, Toyoda, associado a Taichi Ohno, especialista de produção, desenvolveram e aplicaram os “remendos” que supunham superar as lacunas e fissuras deixadas pelo bojudo e rígido fordismo, e criar as condições de eficiência e eficácia de modelo flexível.

Harvey (2010) sintetiza na expressão “acumulação flexível” a fase de transição

marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços

financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas" (HARVEY, 2010, p.140)

Conforme este autor (2010), a acumulação flexível, na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, possui três características: é voltado para o crescimento; este crescimento se apóia na exploração do trabalho vivo, e o capitalismo está conectado à dinâmica tecnológica e organizacional.

Os traços do toyotismo permeiam:

- A introdução de técnicas de gestão e de inovações tecnológicas com foco na reorganização do processo produtivo.
- A horizontalização das estruturas, com expansão dos métodos e procedimentos para os fornecedores. A flexibilização da estrutura produtiva com tendência à desconcentração produtiva, à terceirização, mas sem implicar necessariamente em descentralização do capital.
- O ataque aos "desperdícios" do fordismo – "a superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os processos de fabricação, os estoques não vendidos, as idas e vindas perdidas e os defeitos de produção são perdas" (DAL ROSSO, 2008, p.63) – enxugando-os – *lean production* - ao máximo, na fábrica mínima.
- O aumento da eficiência e da produtividade do trabalhador num movimento triplo: redução de número de efetivos com a intensificação de trabalho do reduzido contingente mantido (uso do mecanismo de horas extras e contratação adicional quando necessário); o cuidado simultâneo de diversas máquinas automatizadas, passando do trabalho especializado para polivalente, podendo o trabalhador atuar em diversas áreas da produção; a solicitação, por parte da empresa, de envolvimento e de participação.

- A inversão da relação entre fábrica e sistema de consumo – as demandas induzem a produção em função da necessidade específica e esta somente é efetivada depois de sua venda, no momento e na quantidade necessários. Essa medida, denominada *just in time*, acarreta estoques zero.
- A produção torna-se variada, heterogênea, diversificada.
- O trabalho em equipe e no envolvimento do trabalhador na produção. O estímulo à competitividade e ao desempenho individual por meio de gratificações faz com que os próprios trabalhadores exerçam a supervisão e o controle da produção e dos colegas, o que impacta na redução dos tempos mortos e aumento de sobretrabalho e de acidentes de trabalho.
- O uso de sistemas visuais/placas – kanban - em todas as etapas da produção como forma de acompanhar o processo produtivo, a necessidade de reposição de peças, além de controlar o ritmo, a velocidade e o desempenho do trabalhador.
- A idéia de gestão participativa e de valorização do trabalhador enquanto colaborador da empresa. É solicitado novo envolvimento do trabalhador, inclusive com a formação de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que discutem e avaliam meios de melhorar a produtividade da empresa. Via de cooptação subjetiva mais dissimulada que no fordismo.

Os impactos desse “novo” *modus operandi* compreendem a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, desregulamentação dos direitos do trabalho, precarização, desemprego estrutural, fragmentação da ação coletiva organizada e do sindicalismo.

Fordismo-taylorismo e toyotismo são nuances de uma mesma lógica de racionalização do trabalho e de disciplinamento da força de trabalho, cada qual com suas especificidades dentro das condições materiais vigentes. Contando com elementos de continuidade e descontinuidade, a acumulação flexível sintetiza a

ofensiva do capital na organização do trabalho, no trabalhador, na produção. Harvey (2010) lembra que

A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O capital* de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda tem, merece cuidadosa consideração. E as consequências ideológicas e políticas da super acentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade (...). Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos de desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (HARVEY, 2010, p.178-179)

Os processos de reestruturação produtiva são motores que possibilitam transformações na lógica permitindo a manutenção da ordem capitalista e isso pode implicar a convivência entre modelos produtivos, entre o novo e velho. Os modelos flexíveis, assim, não devem ser percebidos como estágios avançados do capitalismo ou postulantes substitutos do fordismo, porque forjados a partir das suas “costelas”.

O conceito de globalização está definitivamente em “moda” e designa muitas coisas ao mesmo tempo. E por estar em voga, cria-se a (pseudo) impressão de que a palavra tem tal sobrevida que não precisasse de explicações: ela é porque é. Tal incorporação do termo ao cotidiano dá margem para que sua existência seja considerada natural, escancarada de neutralidade. Assim, consolida-se o discurso de que tal fenômeno permite a experiência de um mundo imediato, sem fronteiras; de que é um processo que atinge a todos da mesma maneira na contemporaneidade e que por isso, é o destino irreversível da humanidade. Compreende-se que a globalização capitalista se constitui em um conjunto de transformações, um novo ciclo de expansão do capitalismo, processo civilizatório de alcance mundial (IANNI, 1999, p.11).

Ao contrário do que grande parte do discurso legitimado e veiculado pela mídia e pelos grupos políticos e econômicos hegemônicos, o processo de globalização não incorpora de forma igualitária todos os países, regiões, indivíduos. O grau de

inserção dos países depende, em grande parte, do seu estágio de desenvolvimento industrial, de condições políticas e de produção e detenção de tecnologia. Ou seja, países desenvolvidos, regulados por grupos econômicos supranacionais influentes, são os atores globais legítimos, que tem o poder de escrever a narrativa e de atuar no palco da globalização, enquanto que os países de capitalismo periférico atuam como figurantes, convocados a participar do roteiro atinente ao consumo de produtos, de ideologias.

A 'globalization' econômica não é um efeito mecânico das leis da técnica ou da economia, mas o produto de uma política implementada por um conjunto de agentes e de instituições e o resultado da aplicação de regras deliberadamente criadas para fins específicos, a saber, a liberalização do comércio (trade liberalization), isto é, a eliminação de todas as regulações nacionais que freiam as empresas e seus investimentos. Em outras palavras, o 'mercado mundial' é uma criação política (como havia sido o mercado nacional), produto de uma política mais ou menos conscientemente acordada. (BOURDIEU, 2001, p.101)

Caracterizada pelo processo de aceleração econômica capitalista pós guerra fria, a globalização está pautada na liberalização: as grandes corporações capitalistas influenciam os estados capitalistas centrais e demandam o abandono gradativo das barreiras tarifárias dos estados periféricos, protegendo a produção interna da concorrência estrangeira e abrindo-se ao fluxo internacional de mercadorias, serviços e capitais. Para garantir que seus produtos tenham competitividade no mercado fluido mundial, as grandes empresas instalam suas fábricas em lugares do mundo (territórios fora do país da empresa matriz) que lhes provém as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matéria-prima baratas. A força dessas corporações e sua atuação geográfica – operam praticamente em muitos países simultaneamente – mudaram o enfoque do jogo econômico. Há redução do papel do estado nacional no controle das atividades econômicas; essa menor participação não acelerou a globalização por si, mas potencializou as características negativas e perversas decorrente da intensificação dos fluxos.

Se a globalização é antes de tudo um mito justificador, há um caso em que ela é bem real; é o dos mercados financeiros. Graças à diminuição de um certo número de controles jurídicos e do aprimoramento dos meios de comunicação modernos, que acarreta a diminuição dos custos de comunicação, caminha-se para um mercado financeiro unificado, o que não quer dizer homogêneo. Esse mercado financeiro é dominado por certas economias, isto é, pelos países mais ricos, e particularmente pelo país cuja moeda é utilizada como moeda internacional de reserva e que, com isso, dispõe, no interior desses mercados financeiros, de uma grande margem de

liberdade. O mercado financeiro é um campo no qual os dominantes, os Estados Unidos nesse caso particular, ocupam uma posição tal que podem definir em grande parte as regras do jogo. Essa unificação dos mercados financeiros em torno de um certo número de nações detentoras da posição dominante acarreta uma redução da autonomia dos mercados financeiros nacionais. (BOURDIEU, 1998, p.53)

Há também o deslocamento da estrutura fabril (pesada, poluidora, que demanda espaço) dos países desenvolvidos para países subdesenvolvidos. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e no transporte, grande parte dos produtos não tem nacionalidade definida, não tem “sotaque” identificável. Um carro com uma marca dos Estados Unidos pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na França, montado no Brasil e vendido no México. Há a desterritorialização do produto. Para garantir o sucesso de vendas desse produto híbrido, prioriza-se o investimento maior das empresas globalizadas nos setores vinculados a marketing e a publicidade, a fim de disputar estratégias uniformes de fidelização de clientes do mundo inteiro. Renato Ortiz (1994) afirma que existe uma cultura mundializada que se expressa na emersão de uma identidade cultural popular, cujos signos estariam dispersos pelo mundo, a exemplo das redes de alimentos e marcas de produtos de consumo, facilmente identificáveis de um estilo de vida global.

Essas companhias transnacionais implementam mudanças significativas no modo de produção das mercadorias. Para conseguir preços melhores, qualidade e para manter-se no páreo da concorrência, as empresas cortam custos, investindo na automação desenfreada do processo produtivo, o que torna mais evidente e contumaz a liquidação de postos de trabalho. A reestruturação do trabalho, da produção e da economia elimina postos de trabalho e profissões, tendência que é denominada de desemprego estrutural. Como consequência desse corte de vagas e de excedente humano na produção, há a abertura nos setores de serviços e da informalidade da economia.

Enquanto empregos são eliminados pela nova dinâmica econômica, outras novas profissões surgem. Novas oportunidades de emprego surgem na área da informática, das telecomunicações, gerenciamento, marketing, planejamento. Esse novo mercado de trabalho não absorve os excluídos tradicionais – classe detentora de baixo poder aquisitivo –, uma vez que os empregos emergentes exigem um alto

grau de qualificação profissional. Dessa forma, o desemprego tende a se concentrar nas classes empobrecidas, com pouca instrução escolar e qualificação escassa.

Essa massa de humanos “supérfluos”, “excedentes”, que compõe o rol dos informais e desempregados estruturais no capitalismo contemporâneo, dá vazão para que se atualize as noções de “exército industrial de reserva” ou de “informais”. A liberalização do comércio e a abertura dos mercados nacionais têm produzido o acirramento da concorrência. A super exploração do trabalho é cada vez mais um instrumento dessa disputa. O trabalho infantil e o trabalho escravo são utilizados como vantagens comparativas na guerra comercial.

Outra faceta da globalização está no campo financeiro. O volume de dinheiro movimentado em transações internacionais e de empréstimos de capital privado aumentou vertiginosamente de meados do século passado para os dias atuais. O capital volátil, que gira pelos mercados financeiros de países de economia estável, ao mesmo tempo em que impulsiona negócios, leva à bancarrota países em recessão econômica. A sofisticação do mercado financeiro (Bolsa de Valores concatenadas, por exemplo) e a velocidade das transações são possibilitadas pelas inovações nas telecomunicações e da informática.

O entrelaçamento das culturas é potencializado pela ascensão das novas tecnologias da informação. Os meios de comunicação de massa (televisão, internet, telefone) estão disseminados por quase todas as partes do mundo e o acesso a um grande número de informações dá margem para que o indivíduo se sinta “cidadão do mundo”. De fato, nunca se teve um momento histórico com tanta informação disponível e com tanta agilidade, velocidade. Mas a perspectiva de “informação sem fronteiras” também condiciona a uniformidade e homogeneização nas tendências, nos padrões de cultura, comportamento, aspirações. A multiplicidade estonteante de informações oculta a realidade de sua monotonia essencial - a democratização da informação é aparente, tal como a variedade. Controlada pelas elites internacionais, a informação globalizada é mais um negócio.

Ficam evidentes as contradições que a globalização carrega consigo no seu processo de estruturação e consolidação. Enquanto há a defesa da maior produção

de mercadorias com o seu suposto barateamento, há geração de desemprego em massa, o que impede a absorção total da produção do sistema capitalista. O discurso de “desregulamentação” e “liberalização” da globalização é argumento para imposição de um modelo/regime neoliberal de economia. Os avanços da ciência e da técnica não se traduzem necessariamente na redução ou eliminação das desigualdades sociais. A sociedade do consumo é potencializada ao extremo nos países desenvolvidos enquanto que nos países periféricos há aumento dos marginalizados, dos miseráveis, dos des-inseridos. Quanto mais os países desenvolvidos se globalizam, mas os empobrecidos ficam restritos ao que o local lhes oferece. Milton Santos (2000) usa a expressão “globalitarismo” para expressar a ditadura que as nações hegemônicas impõem nas periféricas, seja no âmbito econômico, social ou cultural.

A globalização marca destacadamente a hegemonia da ordem capitalista, um mundo que não traz a anterior divisão Leste-Oeste da Guerra Fria nem mais o confronto entre bloco capitalista e socialista. Uma nova ordem internacional?

Na realidade, para além da instabilidade, transitoriedade e riscos, o conteúdo econômico da globalização e das políticas de estabilização nos países periféricos revela um movimento realizado pelos grandes capitais transnacionais que evidencia, por um lado, o caráter cada vez rentista e parasitário da acumulação calcada no superdimensionamento da esfera financeira e, por outro, dá maior visibilidade às relações de poder que subordinam e aprofundam a dependência das nações periféricas, reforçando as teses de dominação imperialista na era monopolista do capitalismo (DRUCK, 1999, p.22-23)

As práticas e o discurso da “aldeia global” não gravitam sobre o globo deliberadamente: estão organicamente conectados e sustentados em ideários políticos demarcados. A experiência da liberalização econômica precisa necessariamente estar orquestrada com arcabouço teórico-operacional de liberação no campo político. E este, nas últimas décadas, foi pautado pelo neoliberalismo, que

compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na idéia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)” (NETTO; BRAZ, 2009, p.226)

Ele estava ancorado no consenso de Washington, 1989, que pautava o refinanciamento da dívida externa de vários países em troca de reformas centradas na abertura das economias nacionais ao capital internacional e das regras que impediam a circulação de mercadorias e investimentos; a redução dos gastos públicos com saúde, educação, previdência social e outras políticas sociais, significando, para os países desenvolvidos o desmonte do Estado de Bem Estar Social e para os países dependentes o agravamento do quadro social.

Sobre o Estado de Bem Estar Social: a crise econômica e social de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, seguida de uma grande onda de falências, desemprego em massa e recessão levou economistas a repensarem o papel do estado e a questionarem o pretense equilíbrio que o mercado “naturalmente” produziria. Keynes, economista inglês, propôs uma política de pleno emprego em setores estratégicos, de economia planificada, combinada ao controle de juros e ao emprego de subsídios para determinados setores. O estado passou a interferir no mercado e desenvolveu programas amplos de assistência social e políticas públicas, visando a melhoria da distribuição da renda da população, a elevação do poder aquisitivo e a capacidade de compra, estimulando a produção. Dessa forma, haveria compensação das desigualdades provocadas pelo mercado. Esse modelo teve vigência principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

No neoliberalismo, a liberdade da iniciativa privada e das leis de mercado permanece como marca da doutrina original. Das inovações contemporâneas, o neoliberalismo valida as privatizações, os cortes nas políticas sociais, a intervenção indireta do estado na economia e o desmantelamento de conquistas históricas dos trabalhadores no campo social e laboral.

A última crise financeira com epicentro nos Estados Unidos e repercussões mundiais 2008-2011, entretanto, fez retroceder o mito de eficiência dos mercados livres. Mesclando, grosso modo, empréstimos hipotecários de alto risco, altas taxas de juros, inadimplência, a especulação na bolsa de valores, as maiores instituições de crédito e seguradoras anunciaram perdas bilionárias em seus balanços ou entraram em bancarrota. Clima de desconfiança tornou-se generalizado, exigindo posicionamento do estado no socorro das grandes corporações em dificuldades.

Agências de crédito imobiliário foram reestatizadas, pacotes econômicos têm sido aprovados pelos congressos das grandes economias capitalistas centrais para minimizar os efeitos nos cenários local e mundial. Sinais de que outro modo de intervenção estatal tem se anunciado; se antes era o problema, agora tem sido cogitado como arauto de salvação.

Contudo, numa linha histórica, se aparentemente mais ou menos presente na economia, na essência, o estado não abdicou de suas funções de geração das condições para a acumulação do capital e manutenção da ordem estabelecida. E os sintomas de flexibilização e precarização permanecem ativos para a classe trabalhadora.

1.1. O Projeto Modernizador Capitalista Tupiniquim

Do período Vargas, passando pelo projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, e mais tarde, fortalecido por grupos civis e militares da ditadura a partir de 1964, um modelo de projeto modernizador é perseguido por políticos, mídia, elites empresariais no Brasil. Sua mirada estava voltada para a industrialização e na tentativa de diversificação produtiva. Estas passagens foram intercaladas por discursos mais acentuadamente nacionalistas, alimentadas na instalação e no fortalecimento da indústria interna, marcada por tentativas de substituir a política de importações e, por outros, que abriram as portas para a abertura ao mercado externo, internacionalização da economia, comandadas pelas multinacionais estrangeiras. Até então, as propostas de modernização estavam reservadas quase que exclusivamente à exploração de potencialidades nacionais ou estatais em áreas consideradas estratégicas, como o ramo de insumo e de matérias primas como o aço e os minérios em geral, e de recursos energéticos, como petróleo e eletricidade. Neste cenário, o capital privado se retraía em vista da exigência de alto volume de recursos e do longo prazo de retorno dos investimentos. Assim, foi o governo o grande indutor do avanço do capitalismo tupiniquim a partir de seus próprios recursos, ou da sua viabilização, pela contratação de empréstimos e financiamentos estrangeiros.

O Estado Vargas nos anos 30 teve papel fundamental como indutor do projeto industrializante capitalista à moda brasileira. Estabeleceu nova legislação trabalhista, que buscava ajustar o mercado de trabalho, as ações empresariais e as exigências dos trabalhadores; tomou para si o controle das contestações coletivas, das manifestações de rua aos sindicatos, por meio de leis próprias e do uso do aparato policial; ampliou o trabalho assalariado e apoiou o incremento tecnológico. Assim, por meio da implantação dessas ações, a intervenção estatal tinha como uma de suas funções o disciplinamento da força de trabalho, de histórico escravista, aos ditames da moderna gerência científica do capital. O governo encampou o espírito de racionalização produtiva; respaldou a instalação do taylorismo no ambiente fabril nos trópicos.

Nos anos 1950 do desenvolvimentismo de Kubitschek, as primeiras multinacionais ancoram em solo brasileiro, possibilitando a fixação dos moldes do capitalismo internacional, propício à afirmação do sistema taylorista-fordista. A supremacia da malha rodoviária, via de transporte nacional majoritária que interliga todo o país, foi forjada no estímulo à estruturação da indústria automobilística. Toma-se a decisão de inserir o Brasil no mapa industrial mundial.

Mas diferentemente daquele implantado nos países industrializados centrais, o fordismo aqui serviu-se fortemente da intromissão do Estado, como agente da inovação, do financiamento e da repressão, se eximindo de prover as condições que lhe cabiam para a consecução plena do modelo fordista. A proposta de outro modelo de sociedade, de trabalhador, de organização do trabalho vingou em arremedo à estadunidense, mas sem o seu “caráter social”. A contradição capital-trabalho aqui é potencializada pela histórica exclusão das massas ao emprego, ao assalariamento, ao consumo, aos benefícios sociais, aos bens e equipamentos públicos.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, com a consolidação de um padrão fordista incompleto e precário, não impediu que o país se modernizasse. No entanto, para alcançar esta situação, foi fundamental o papel de um Estado forte e centralizado. Mais do que isso, foi necessário erguer também um regime autoritário, para fazer frente às alternativas econômicas e políticas de projetos nacionais de cunho reformista, que se inspiravam nos modelos fordistas desenvolvidos. Em linhas gerais, o golpe de 64 veio para selar este padrão de desenvolvimento periférico e, para isso, teve que pôr fim a todas as lutas e mobilizações da sociedade civil que se opunham a este projeto. Foi, portanto, centralmente pela via da coerção e da força que se consolidou o fordismo no Brasil. (DRUCK,1999, p.59)

Até meados dos anos 70, o terreno mostrava-se receptivo para a dolarização da economia. No final da década, o modelo de capitalismo híbrido aqui implantado, já começava a apresentar seus limites e esgotamentos. Em 1974, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado pelo governo Geisel, percebeu-se a dimensão do endividamento externo.

A modernização é alavancada, mas esbarra na resistência dos trabalhadores. As greves de 1978 e 1979 mostram-se marcos de luta social e o ressurgimento do movimento sindical, antes atrelado ao Estado centralizador ou imerso na ilegalidade. O ABC Paulista, região industrial do estado de São Paulo, foi o palco, por excelência, destas manifestações que, posteriormente influenciaram a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Diante da deterioração do quadro econômico (inflação, dívida externa) e da conjuntura internacional de integração e adaptação das nações ao jogo neoliberal, a genuflexão às diretrizes do Consenso de Washington tornou-se a medida de recuperação econômico-financeira do Brasil na última década do século XX. Ao mesmo tempo em que a abertura econômica precisava encontrar abertura política favorável, possível com democratização das instituições, estabelecimento obrigatório do voto pelas massas e construção de Constituição.

A economia no Governo Sarney, imersa em inflação, foi marcada pela criação de planos (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão).

Desde a campanha eleitoral, Collor prometia modernizar o país. Por modernização, o novo presidente da república entendia a diminuição do papel do Estado, abertura para importações, defesa do livre mercado, privatizações, adequando localmente o neoliberalismo propagado. O Plano Collor I, além das tantas medidas monetaristas e de confisco adotadas, preconizava alguns pontos importantes para este estudo: corte nos gastos públicos, começando pela demissão de funcionários do governo e pelo aumento generalizado de impostos; diminuição dos impostos de importação, o que estimulava as compras no exterior. E com a injeção de mercadorias importadas a preços baixos se favorecia a queda na inflação. Em junho de 1990, Collor lança “Diretrizes Gerais para as Políticas Industrial e de Comércio Exterior”, caracterizado

por medidas de desregulamentação e de redução de alíquotas de importações. Eis que se escancara a abertura econômica do país ao capital estrangeiro, sem qualquer proteção à vulnerável indústria nacional.

Mas é Fernando Henrique Cardoso, embalado no sucesso do Plano Real, quem radicaliza na implementação das políticas neoliberais no Brasil. Para garantir o trunfo do Plano Real, era necessidade atrair a entrada de moeda estrangeira. Sob o prisma do capital produtivo, as privatizações das estatais, acusadas de pouco eficientes, foram alavancadas nos campos da siderurgia, mineração, indústria química, petróleo, telecomunicações. Sob a lógica do capital especulativo, o exercício de altas taxas de juros, praticado pelo Banco Central, mostrava-se atraente para o investimento estrangeiro, mas sufocante para os tomadores de empréstimo nacionais. O crédito não lhes favorecia. E pela própria natureza desse tipo de capital, sua rápida circulação, de um país para outro, é regida ao sabor de mudanças econômicas, de especulações, de instabilidades regionais ou temor de calote, contanto que não gerem perdas para os investidores. Assim, em momentos de insegurança, o capital desloca-se dos países emergentes e se refugia em aplicações mais seguras, ainda que menos lucrativas, nos países de economia capitalista sólida.

No contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso a atividade industrial despencou com a concorrência estrangeira; empresas passaram por regime de automação e de reengenharia; processo de fusões ganhou continuidade, além da estagnação econômica, conformando um cenário de elevadas taxas de desemprego.

O governo Lula, 2003 – 2010, em termos gerais, mantém o conteúdo da política econômica da segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso – relativo controle da inflação, ajuste fiscal, taxas de juros elevadas, contenção de despesas, busca de superávit primário, manutenção de acordos internacionais. Apesar das expectativas geradas em torno da assunção de um presidente de partido de esquerda oriundo da classe operária, o modelo econômico hegemônico e, em especial o alargamento do capital especulativo, não foram abalados. Pelo contrário, medidas como a reforma da previdência dos servidores públicos e a independência do Banco Central, além do intento de reformar a legislação sindical e as leis trabalhistas acenaram para a

continuidade dos processos de flexibilização. Simultaneamente, as políticas sociais, setoriais e compensatórias, herança de Fernando Henrique Cardoso, são disseminadas como nunca antes junto aos pobres e miseráveis, embora não demonstrem sinais de superação de problemas estruturais históricos, bem como intervenções nas políticas afirmativas, particularmente na educação, como ProUni, ProJovem, política de quotas.

O aumento dos índices de emprego com carteira assinada deve-se, sobretudo, à conjuntura internacional favorável às exportações brasileiras. Estas, por outro lado, estão calcadas no crescimento da demanda por produtos primários (commodities), o que causa maior dependência do Brasil ao capital estrangeiro nos fluxos comerciais.

1.2. Entre preces e incertezas: o cenário da precarização

Conforme o Dicionário Houaiss (2009, p.1537), precário advém da palavra latina *precarius*, que significa “obtido por meio de prece; tomado como empréstimo; alheio, estranho; passageiro”. Sua aparição remontaria aos idos 1667-1680. Quando referido a “ocupação”, ao “emprego”, denota “o que tem pouca ou nenhuma estabilidade; incerto, contingente, inconsistente”.

É possível, então, afirmar que a terminologia lida com sinônimos inflacionados de prefixos “in”, traduzível, gramaticalmente, como privação, ausência, negação. As repercussões na língua concentram, *a priori*, carga negativa para o termo, e que poderia antecipar julgamentos e teor valorativo pelo senso comum (BARRETO, 2000), porém para a literatura científica corresponde à explicitação semântica e empírico-existencial-analítica da mudança do modelo estável fordista para a volatilidade da flexibilização e seus impactos; intenta nomear facetas do fenômeno que assumiu novas dimensões e configurações nas relações sociais contemporâneas. Sendo assim, seria “precário” um estado, um estágio, uma condição, uma característica?

Não é nova a afirmação de que o mundo do trabalho tem passado por intensas e profundas transformações em época de intensificação das transações sócio-econômicas globais (ANTUNES, CASTEL). E seus efeitos, variados e distintos no

tempo e no espaço, podem ser identificados tanto em países capitalistas centrais como nos periféricos. Leituras, interpretações de diferentes autores procuram analisar essa conjuntura.

Castel (1998) confere ao trabalho um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social (1998, p.24), sob a égide primacial da inserção e da referência aos vínculos culturais, psicológicos. A dimensão econômica, nas nuances da pobreza e da estratificação, nessa abordagem analítico-teórica, é tratada desde que em relação com a estabilidade do sistema. Nos anos 60, com a constituição das bases da sociedade capitalista industrial, os países capitalistas centrais, como resultado de uma determinada correlação de forças entre capital e trabalho, vivenciaram um relativo estado de “equilíbrio” entre capital e trabalho, equacionando, em certa medida, a produção de riquezas e aparato de proteção para o trabalhador. Essa fase de desenvolvimento capitalista, amparada na gestão política do Estado de Bem Estar Social, distinguia-se das anteriores pelo fato de “prover” garantias e direitos mínimos aos trabalhadores inseridos na relação contratualista formal.

Para este autor, o assalariamento era a condição de acesso à renda e às proteções e, sua ausência, ao estatuto de desfiliação. E mais: foi tornado signo (tipo ideal) das relações de trabalho modernas, juridicamente pautadas, conjugando as expectativas do sujeito e do ideário social. Trabalhador e assalariado formal eram nuances da identidade social privilegiada e almejada, considerando que a situação de emprego pleno não é compatível à estratégia histórica de manutenção do exército industrial de reserva pelo capital.

A partir dos anos 70 eis que as medidas reguladoras da sociedade industrial sofreram interferências. Com a mundialização da economia e as incursões do capital financeiro internacional, e conseqüente enfraquecimento do Estado Nação, a instabilidade, o empobrecimento e o desemprego massivos conformam a descrição de uma nova questão social. O contrato fordista perdeu a sua atualidade a partir das imposições do capital de retomada da eficácia econômica.

Esta forma, que é a forma mais estável de emprego, que atingiu o apogeu em 1975 e concernia, então, a cerca de 80% da população ativa, caiu hoje para menos de 65%. As “formas particulares de emprego” que se desenvolvem recobrem uma infinidade de situações heterogêneas, contratos de trabalho por tempo determinado (...), interinidade, trabalho por tempo parcial e

diferentes formas de “empregos ajudados”, isto é, mantidos pelos poderes públicos no quadro da luta contra o desemprego. (...) o desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriria na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em que, efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL, 1998, p.514-516)

O pacto fordista, alinhado num modelo de sociedade, de Estado, de sindicato e de trabalhador, de emprego predominantemente estável e homogêneo, mostrava os primeiros sinais de crise. Três são as especificidades desse novo momento, apontadas por Castel (1998): a desestabilização dos estáveis, na qual a precarização atinge áreas já estabilizadas, tornando-se “processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno” (1998, p.526); a instalação na precariedade, quando a incerteza e a inconstância são transformadas em elementos do mais previsível destino; e, por fim, o déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, segregando os eleitos (empregados do fordismo) dos “supranumerários” e dos vulneráveis, dos desqualificados e inúteis.

A condição de assalariamento, antes considerada menor e degradante (CASTEL), destinada para aqueles trabalhadores que não tinham outra saída senão a venda da força física e intelectual, passou no século XX a denotar o modelo ideal e desejável de contrato, de relação laboral, de identidade de trabalhadores dentro do capitalismo moderno.

Bourdieu (1998), ao tratar das conseqüências do neoliberalismo, considera que essa fase do capitalismo conforma a gestão racional da insegurança, inscrevendo a precariedade como componente de regime político, que tem como o princípio organizativo a *flexploração*. A inspiração estaria vinculada a escolhas políticas e não exatamente aos determinismos econômicos.

Assim, a precariedade atua diretamente sobre aqueles que ela afeta (e que ela impede, efetivamente, de serem mobilizados) e indiretamente sobre todos os outros, pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização, como a introdução da famosa ‘flexibilidade’ – que, como vimos, é inspirada tanto por razões econômicas quanto políticas. Começa-se assim a suspeitar de que a precariedade é o produto de uma vontade política, e não de uma fatalidade econômica, identificada com a famosa ‘mundialização’. A empresa flexível explora, de certa forma

deliberadamente, uma situação de insegurança que ela contribui para reforçar: ela procura baixar os custos, mas também tornar possível essa baixa, pondo o trabalhador em risco permanente de perder o seu trabalho (BOURDIEU, 1998, p.123)

Emerge, então, “a condição de uma exploração cada vez mais ‘bem sucedida’, fundada na divisão entre aqueles que, cada vez mais numerosos, não trabalham e aqueles que, cada vez menos numerosos, trabalham, mas trabalham cada vez mais” (BOURDIEU, 1998, p.125). Num sistema de instabilidade crônica ter trabalho parece ser um privilégio, apesar de cada vez mais ser caracterizado pela instabilidade e incerteza. A precarização e a ameaça do desemprego, segundo a leitura deste autor, docilizam a possibilidade de ação coletiva fragmentada pelo modo de dominação flexível - “nem se trata a rigor de um exército (de reserva de mão de obra), pois o desemprego isola, atomiza, individualiza, desmobiliza e rompe com a solidariedade” (BOURDIEU, 1998, p.140). O rótulo fordista, portanto, procurou adaptar a luta de classes aos preceitos de ajustamento social, reformando setores e ações a partir das pressões por justiça social.

As reverberações da passagem desse projeto, estável, para outro, flexível e incerto, inflamaram discursos e ações, principalmente na academia, na tentativa de desconstruir o modelo de sociedade pautado na centralidade do trabalho. Confundida e equivocadamente tornada sinônimo de emprego, a categoria trabalho tornou-se alvo de questionamentos quando da perda de relativa estabilidade das relações capital-trabalho no capitalismo de *performance* predominante fordista.

O *emprego* é uma relação social historicamente determinada, firmado entre partes em situação de troca; numa situação laboral no modelo capitalista dominante, parte-se da desigualdade de condições entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador, dono de força física e intelectual, porém despossuído de instrumentos, ferramentas e recursos. Estabelece-se, assim, a promessa de pagamento, sob formato de dinheiro-moeda, da compra e da venda que consuma a produção de riqueza social, revertida em lucro para o patronato e sobrevivência para o operário. É nesse contexto que o capitalismo ajusta a inserção social por meio de convenções – direitos, deveres, benefícios, garantias – na dialética entre reprodução do modelo e absorção de exigências dos trabalhadores. A situação de emprego implica, portanto, uma relação de poder, na qual o trabalhador subordina sua subsistência e

de seus familiares, seus horários, sua constituição física, prestígio e inserção na estrutura social à lógica da empresa capitalista em troca do salário. Salário, concretude da venda da sua força de trabalho, que está atrelado à composição da mais valia.

O trabalhador escravo era propriedade do senhor, e trabalhava para ele diretamente e sem disfarce. O produto de seu trabalho pertencia por isso de pleno direito ao senhor, e assim a exploração e seu mecanismo se faziam patentes. Coisa semelhante ocorria com os servos da gleba, que trabalhando na propriedade do senhor, ou entregando-lhe parte do seu produto, em qualquer caso em compensação e por força de simples obrigação jurídica, tornavam a exploração igualmente clara.

No capitalismo as coisas não se passam assim tão simplesmente. As relações sociais de trabalho e produção se revestem aí da forma de transação mercantil idêntica em substância a outra qualquer operação de compra e venda, e não se observa traço algum de privilégios jurídicos ou políticos, de subordinação ou dependência pessoal dos trabalhadores, com relação àqueles para quem eles trabalham. As relações entre capitalistas e trabalhadores se realizam em princípio livremente, as partes são juridicamente iguais, e o serviço dos trabalhadores, a sua força de trabalho é paga com salário cujo montante se fixa independentemente da vontade das partes contratantes, empregados e empregadores, em bases que se estabelecem no mercado de trabalho, tal como se dá com outra mercadoria qualquer. (PIRES, 1997, p.30)

Se a sociedade industrial fordista, expressão de uma particular correlação de forças entre capital e trabalho nos seus países centrais, mostrou-se incompleta e temporária, nos países capitalistas periféricos tornou-se uma promessa não plenamente realizada. No Brasil, as alterações tornam-se substanciais e paulatinas quando da implantação dos receituários do neoliberalismo na década de 1990. Década da acumulação flexível, da reestruturação produtiva, da mundialização e financeirização dos capitais, da re(des)territorialização da produção, na qual foram intensificadas as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho. Processos produtivos capilarizados e sistêmicos, tendo a flexibilização como capitã.

Das relações escravocratas, passando pelos ciclos econômicos (mineração, cana de açúcar), de formação e de fortalecimento industrialistas (mas longe da experiência da sociedade salarial) e desembocando nos altos níveis de informalidade e desemprego atuais, foram forjadas no Brasil relações capitalistas híbridas. Um fordismo periférico ou incompleto (DRUCK,1999) facilitou a convivência de altos padrões de tecnologia, com informalidade, ilegalidade, negação de direitos, trabalho infantil e semi-escravo.

Para Druck (2007, p.40), o Brasil conta com mercado de trabalho histórica e estruturalmente precário. O grau de informalidade, especialmente nas regiões de fraco desempenho industrial, como a Norte e a Nordeste, pode ser considerado expressão desse fenômeno (DRUCK, 2010). Na atualidade, entretanto, a autora constata a existência de um tipo novo de precarização social do trabalho - abrangente, generalizado e central - que atinge as regiões mais desenvolvidas como também as tradicionalmente precárias do Brasil, que toca os setores mais dinâmicos e mais informais da economia, aos trabalhadores mais e menos qualificados.

Diante desta configuração, a precarização, para Druck (2007), pode ser compreendida como

processo social constituído pela ampliação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho - onde a terceirização / subcontratação ocupa um lugar central - e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto, e que tem levado a crescente degradação das condições de trabalho, da saúde (e da vida) dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical (2007, p.31).

A fragilização dos vínculos e a imposição de perdas (de direitos, do emprego, da saúde e da vida) para todos os que vivem do trabalho (DRUCK, 2010, p.108) são nuances que podem ser agregadas à concepção supracitada, apesar de haver “conquistas dos trabalhadores nas formas de proteção social e trabalhista, a exemplo do surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1944, e do avanço da industrialização e do crescimento da classe operária brasileira”. (2010, p.108). E avançando na caracterização do fenômeno, a autora (2010) estabelece cinco tipologias de precarização do trabalho relativas:

(a) às formas de mercantilização da força de trabalho, produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários e de redução na proteção social, com destaque para a difusão da subcontratação/terceirização, recurso a cooperativas etc.

(b) à organização do trabalho e aos padrões de gestão, que têm levado a condições extremamente precárias, em razão da intensificação do trabalho, sustentados na gestão do medo.

(c) à perda das identidades individual e coletiva, porque há estratégia de gestão centrada na descartabilidade das pessoas, na insegurança e na responsabilização dos indivíduos por sua empregabilidade.

(d) ao quadro de segurança e saúde dos trabalhadores, com padrões de gestão que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos na busca de maior produtividade a qualquer custo.

(e) à organização sindical e à capacidade de luta e ação coletiva, decorrentes da violenta concorrência, heterogeneização e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos criada pela terceirização.

Conforme Antunes (2007, p.13), “mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural”. E, neste contexto, a classe trabalhadora caracteriza-se por um movimento pendular, no qual “cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial (...)” e cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, “esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global” (ANTUNES, 2007, p.13-14).

Se por um lado, houve decréscimo substancial em áreas mais tradicionais, por outro, a ampliação da dimensão cognitiva demonstra o traço de perenidade do trabalho. Existe, portanto, o desafio de compreender a nova polissemia do trabalho (ANTUNES, 2007, p.17), incluindo dos agricultores aos operadores de *telemarketing*. Esta perspectiva englobaria toda a classe trabalhadora, ou seja, aquela formada por “homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a classe-que-vive-do-trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (ANTUNES,

2007). Que permite conceber o trabalho de forma ampliada, na qual deve ser incorporada a totalidade dos assalariados, dos trabalhadores informais e todo “enorme contingente sobranete de força de trabalho que não encontra emprego, mas que se reconhece enquanto parte da classe trabalhadora desempregada” (ANTUNES, 2007).

Giovanni Alves centra sua discussão na articulação entre experiência vivida e experiência percebida, vinculando a precarização a processos de natureza psicossocial. A precarização, portanto, passaria necessariamente pelo campo da experiência imposta a “sujeitos/agentes assalariados em processo de reestruturação” (ALVES, 2009, p.47). A percepção parte do discurso ideológico, enquanto consciência social, enquanto que a vivência possibilita a reflexão sobre questões mais elaboradas pelo fato do sujeito ter materializado a experiência. Sinteticamente, pode-se dizer que a precarização se evidencia na relação de reciprocidade entre os contextos macro (social) e micro (subjetiva-psicológica).

Segundo este autor (2009),

a base objetiva da precarização do trabalho se caracteriza pela intensificação (e ampliação) da exploração (e espoliação) da força de trabalho, o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e a fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego de massa (ALVES, 2009, p.46).

Em outra obra, Alves (2010, p.11) aborda a crise do sindicalismo no Brasil a partir do toyotismo, “momento predominante do novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a mundialização do capital”, cujo objetivo é a constituição de uma subjetividade servil à lógica de valorização. Nesta perspectiva, um novo e precário mundo do trabalho, na era neoliberal, sobrepõe-se à precariedade histórica – e estrutural – do país atingindo as “ilhas de modernidade” (ALVES, 2010), constituídas sob a época da industrialização substitutiva.

Em termos gerais, é possível verificar a multiplicidade de ênfases - pertencimento, economia, vontade política, organização sindical, gestão da produção, saúde, sentido do trabalho, experiência intersubjetiva - que compõe rol teórico-analítico aqui trabalhado sobre precarização. Estas, por outro lado, convergem em um ponto

central, relativo ao marco seminal ou ao rejuvenescimento do fenômeno: está ancorado no cúmplice relacionamento com os processos de reestruturação produtiva de influência flexível.

Desse modo, compreende-se a precarização como processos (no plural, em vista dos contornos diferenciados do fenômeno a partir do contexto de análise, que possui características similares em termos macro, mas com trajetórias específicas nos cenários micro) em curso (sendo o termo utilizado no gerúndio), portanto, inacabado, reflexo de um conflito continuum entre forças antagônicas— capital, Estado, trabalho, organizações patronais e sindicais— num movimento de resistência e incorporação de reivindicações e demandas advindas da luta de classes no capitalismo tardio. Inscrito num devir histórico, é alimentado pela história passada e nutre o tempo presente, fazendo pontes entre o regional e o internacional, possibilitando visualizar que “o que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo” (SENNETT, 2007, p.33).

Nem estado, nem estágio, porque denominações temporais estanques - dos rótulos possíveis para a precarização quiçá o mais adequado seja o de estratégias renovadas pelo capital sistêmico, heterogêneo, intrinsecamente desigual. De tal modo que pode ser percebida como corpus de ações e procedimentos concatenados de natureza econômica (subcontratação, terceirização), política (fragilização dos sindicatos, a promoção da inovação tecnológica como via política e econômica de rarefazer postos de trabalho), institucional (perdas nos campos da proteção social e de aparato institucional legal para regulamentar e garantir os acordos de trabalho; este mesmo aparato que permitiu o Estado ser mediador do desenvolvimento das relações capitalistas de produção). Mudanças que debilitaram condições laborais e de saúde, direitos, garantias, vínculos psicossociais (insegurança, instabilidade, sazonalidade de proventos) para aqueles que vivem do trabalho, provocando fragmentação da ação e das reivindicações coletivas, com intencional desmantelamento da luta sindical, resultantes da complexificação das relações sob o jugo das regras do jogo flexível, vinculado à ideologia da desregulamentação do mercado.

Com a franca expansão do trabalho imaterial, não diretamente ligado com a produção de mais valia, mas reprodutora eficaz da apropriação privada do valor, as repercussões predatórias nos campos corpóreo (integrando estruturas físicas e intelectuais), psicológico, simbólico, social são tão ou mais contundentes e alarmantes que as da emergência da revolução industrial. Menos explícita e escancarada hoje, a exploração foi metamorfoseada e ampliada, adquiriu diferentes matizes por conta dos vicejos do binômio precarização-flexibilização, sendo o primeiro fenômeno a mais forte implicação do segundo.

CAPÍTULO 2 – SUBCONTRATAÇÃO

Terceirização, subcontratação não são invenções do capitalismo flexível. Datam dos primórdios da indústria, quando já se utilizava o recurso *putting out of system*, externalização de parte da produção de vestuário para oficinas de artesãos. Novas são a amplitude, a profundidade e os objetivos que estes fenômenos assumem no marco sócio-histórico do capitalismo a partir da II Guerra Mundial e, mais especificamente, a partir da década de oitenta do século passado. Globalização, neoliberalismo, produção e gestão flexíveis compõem o cenário macroeconômico internacional, que alavancam a dinamização dos mercados, o aceleração das transações e novos padrões de concorrência capitalista. As empresas, então, alicerçadas nos métodos de enxugamento, tendem a adotar estratégias e práticas de descentralização produtiva, ou seja, remanejamos atividades/serviços/fases da produção/capital simbólico (marcas) que seriam de sua alçada para pessoas físicas, jurídicas e grupos informais (terceiros), concentrando-se no núcleo do negócio.

Essa tendência, esse movimento, que transfere a outrem não somente as atividades, mas as funções e as responsabilidades anteriormente circunscritas ao interior das instalações da empresa, vem influenciando a organização da produção e a configuração do trabalho. Nos países capitalistas centrais e em setores produtivos economicamente desenvolvidos, a terceirização sobressai como o recurso de maior proeminência de flexibilização, amparado na busca de redução de custos por meio de intervenções tecnológicas e organizacionais, transferidas para toda a cadeia produtiva como meio de incrementar qualidade, produtividade, competitividade. Os padrões de terceirização no Brasil assemelham-se aos observados no plano internacional, mas aqui especificidades e formas históricas fazem com que o fenômeno assumam características e consequências distintas. Num contexto de fordismo periférico, informalidade e vulnerabilidade de origem colonial, predomina a modalidade que visa reduzir custos mediante minimização dos custos relativos ao trabalho (encargos trabalhistas e benefícios sociais) e da própria força de trabalho, maximização de resultados por meio da produtividade. Seu uso, portanto, torna-se estratégico porque para além de empunhar causas econômicas, lida com outras políticas – enfraquecimento da ação coletiva organizada, fragmentação dos trabalhadores e das suas reivindicações.

Apesar da capilaridade histórica do fenômeno na organização da produção capitalista, a subcontratação não conta com dados precisos que dimensionem volume e características das operações. Sabe-se que se expressa sob formas diversas como em práticas de trabalho autônomo, domiciliar, de empreendimentos populares, de empresas especializadas, de fornecedoras de serviços, de apoio, e aquelas formadas por ex-funcionários da empresa principal, de franquias, de estagiários, de mão-de-obra temporária, estejam ou não sob o teto da empresa principal, de modo (ir)regular, (i)legal. Nestes últimos casos, inclusive, o silêncio oficial torna-se salutar para o capital.

As discussões e os estudos em torno da temática geral partem de abordagens relacionadas a três campos principais – o empresarial-administrativo, o jurídico e o da sociologia do trabalho – que se complementam, se justapõem, se contestam. A pretensão, aqui, é a de caracterizar o fenômeno e os discursos que o embasam, sustentam, refutam.

Para este trabalho, em específico, a terceirização e a subcontratação serão tratados como fenômenos em interseção, que podem se expressar simultaneamente na organização produtiva pelos processos flexibilizantes. Somente para fins didáticos, considerar-se-á a terceirização como a face hodierna da subcontratação, respaldada sob bases jurídico-legais.

2.1. Aspectos empresarial-administrativos

A visão aqui denominada empresarial-administrativa tende a conceber a terceirização como estratégia, técnica, ferramenta, que implantada pelas empresas visa alcançar eficiência, eficácia, redução de custos. Dessa forma, a organização contratante “focaliza” e envida esforços em torno de processos que se traduzam em vantagens competitivas, sobrevida no mercado, lucratividade. Parte da posição de que a terceirização lida com regras claras, formalizadas em contrato. Os agentes envolvidos na cadeia produtiva, a exemplo de fornecedores, cooperativas, empresas especializadas, estão pareados, nivelados em igualdade com as empresas contratantes, assim, nenhum deles se favorece ou perde para o outro, mas jogam a favor do “ganha-ganha”. Eles são visualizados como “parceiros”, conformando uma

“nova visão de relacionamento” e de interdependência, o que implicaria “lealdade comercial” entre as partes.

Conforme Giosa (2003),

a Terceirização se investe de uma ação mais caracterizada como sendo uma técnica moderna de administração e que se baseia num processo de gestão, que leva a mudanças estruturais da empresa, a mudanças de cultura, procedimentos, sistemas e controles, capilarizando toda a malha organizacional, com um objetivo único quando adotada: atingir melhores resultados, concentrando todos os esforços e energia da empresa para a sua atividade principal. (GIOSA, 2003, p. 11)

Racionalizar, reorganizar, enxugar, adaptar-se é o lema no qual está embebida a panacéia da terceirização. Os fatores pragmáticos que condicionam sua convocação tangenciam: (a) a transformação dos antigos custos fixos – manutenção de infraestrutura, equipamentos, pagamento de salários e encargos sociais – em custos variáveis, o que desonera a folha de pagamento da empresa de origem; (b) a requisição e o pagamento do bem ou serviço somente ocorre quando de sua efetiva utilização pela empresa contratante, implicando menor volume de capital de giro; (c) a plasticidade da produção, que é alterada de acordo com as necessidades, agilizando respostas das empresas às variações de mercado; (d) a alforria de investimento em equipamentos e insumos, agora cobrado dos “parceiros”, frente ao rápido desenvolvimento tecnológico e encurtamento do ciclo de vida de produtos e processos; (e) o aumento da capacidade produtiva e a intensificação do uso de ativos (equipamentos trabalhando diuturnamente, por exemplo); (f) a simplificação do processo operacional.

Dessa maneira, a “vocação” da empresa pode ser perseguida por meio da ocupação de atividades mais rentáveis e que agreguem valor à produção. A otimização do tempo e da energia do corpo funcional interno, bem como de suas competências, a exploração do marketing e do trabalho imaterial, a busca de certificações ISO, a criação de mecanismos de satisfação do cliente são alguns desses caminhos.

Já as dificuldades de implantação são abordadas como problemas relacionados à prestação de serviços, à incompatibilidade entre a expectativa e as necessidades da empresa de origem frente ao que é ofertado pelas terceirizadas, a percepção de

clima organizacional desfavorável num ambiente compartilhado entre trabalhadores de origens as mais diversas.

Essa abordagem tende a positivar as práticas de enxugamento da produção no contexto da flexibilização. Privilegia o caráter instrumental da terceirização, enfatizando as vantagens e os benefícios, sobretudo sob o ponto de vista da eficiência empresarial. A terceirização é abordada como processo de gestão, de tomada de decisão, sob o viés da otimização de procedimentos, prazos, recursos, sendo os humanos também denominados como tal. Enquanto os benefícios dessa estratégia estão vinculados a argumentos de ordem conjuntural de adaptação às condições de mercado, as desvantagens focam atos relacionais e técnicos, expondo a inadaptação e a indisciplina dos trabalhadores terceirizados à lógica de “parceria” e a sua incompetência para lidar com as solicitações e necessidades da contratante.

Esse discurso escamoteia a desigualdade entre sujeitos em relação comercial, entre capital e trabalho e minimiza os impactos da precarização sobre os/as trabalhadores/as, reforçando uma visão pacificadora dos processos flexibilizantes do capital.

2.2. Aspectos jurídicos

No Brasil, há quatro dispositivos que servem de parâmetro jurídico para a terceirização: (a) Lei 6019/74 (Trabalho Temporário); (b) Lei 7102/83 (Serviço de Vigilância); (c) TST – Súmula 256 – vincula o empregado da empresa prestadora de serviços com o tomador – hoje cancelada, mas que ainda se aplica às situações anteriores à Constituição de 1988; (d) TST – Súmula 331.

Em 1994, o Tribunal Superior do Trabalho editou o Enunciado 331 estabelecendo que “não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.012/83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistir a personalidade e a subordinação direta”. Este incorpora o conceito de “atividade-meio”, o princípio da “responsabilidade subsidiária”, que prevê que “o

inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações”.

Os argumentos legais que habilitam as práticas de terceirização sustentam-se 1) na impessoalidade – a empresa locatária não pode estar comprometida pessoalmente com a empresa contratada; 2) na responsabilidade subsidiária – que obriga a empresa locatária a honrar os compromissos caso a terceirizada não o faça, com exceção do INSS; 3) na discriminação das atividades-meio e das atividades-fim da organização, tratando as primeiras como acessórias, auxiliares em relação às segundas, que desempenhariam a função principal e na não-subordinação, a qual funcionários da empresa não podem estar hierarquicamente submissos aos funcionários da empresa contratante.

Entretanto, esses mesmos critérios jurídicos são questionados por seus operadores:

(...) para diferenciar a terceirização lícita da ilícita, partiu-se de um pressuposto muitas vezes não demonstrável, qual seja a diferença entre atividade-fim e atividade-meio. É plenamente inseguro tentar definir o que vem a ser uma e outra. O serviço de limpeza, por exemplo, normalmente apontado como atividade-meio, em se tratando de um hospital, seria realmente uma atividade-meio?

Mas, o mais grave é que a definição jurídica, estabelecida no Enunciado 331, do TST, afastou-se da própria realidade produtiva. Em outras palavras, o Enunciado 331, do TST, sob o pretexto de regular o fenômeno da terceirização, acabou legalizando a mera intermediação de mão-de-obra, que era considerada ilícita, no Brasil, conforme orientação que se continha no Enunciado n.256, do TST (SOUTO MAIOR, 2009, p.161)

Se os pressupostos do Enunciado 331, em tese, tem interpretação diversa e imprecisão de demonstração, na prática, abrem possibilidades para a legalização de relações fraudulentas e de dissimulação do vínculo empregatício, tornando viáveis medidas de precarização do trabalho. Dessa forma, tal enunciado ampliou as possibilidades, a liberdade e a legalidade de terceirização em nosso país, servindo de instrumento para o enraizamento de práticas flexíveis de produção e gestão. Houve, portanto, a criação de suporte legal-institucional que rege a precarização.

A realidade é que o direito somente está buscando ‘apagar os fogos do incêndio’, em vez de realizar uma função preventiva que impeça a má utilização do instituto da terceirização. Para isso é necessária uma mudança no paradigma, com a adoção de uma legislação inibitória, despidendo de sua

faceta atual de mera reparadora de danos causados por meio de indenizações buscadas na Justiça do Trabalho. (CARELLI, 2007, p.60)

Assim como qualquer outra instituição da sociedade, a Justiça do Trabalho sofre influências do mercado e atende aos anseios da classe empresarial. As reformas na legislação facilitaram a condição de desamparo do trabalhador frente as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva, e muitas normas tornaram-se passíveis de manipulação. Dessa maneira, é possível considerar que “a idéia de precarização é própria da lógica da terceirização” (SOUTO MAIOR, 2009, p.162).

2.3. Aspectos relacionados à condição do/a trabalhador/a

As pesquisas no âmbito da sociologia do trabalho e do sindicalismo têm demonstrado que a flexibilização e suas facetas tem resultado, na maioria dos casos, a precarização do trabalho. Ao reduzir custos para o empresário, a terceirização – que ocorre não somente nas áreas periféricas, mas centrais da produção – tem implicado subtração de direitos dos trabalhadores, redução de salários, deterioração das condições de saúde, intensificação do ritmo de trabalho, instabilidade, fragmentação da organização sindical. Além disso, a subcontratação expressa-se por relação de dominação, assimétrica e desigual entre as partes envolvidas, com imposição de trabalho, exigências e prazos.

Graça Druck (1999), ao pesquisar a indústria química e petroquímica em Camaçari, na Bahia, constata que a terceirização

- a. É a prática que mais tem se difundido na atividade industrial e também em outras áreas (serviços, comércio, setor público e outros) nesses últimos anos;
- b. Além da rapidez no seu crescimento, detecta-se uma mudança qualitativa fundamental, qual seja: intensifica-se a terceirização não somente nos serviços de apoio, considerados como atividades periféricas (alimentação, transporte, vigilância etc.) mas também atingindo as atividades nucleares/centrais da empresa, como produção e manutenção;
- c. É o processo que torna mais visíveis as transformações do espaço fabril e da cultura fabril, através de um movimento de desintegração dos coletivos de trabalho;
- d. As implicações para o mercado de trabalho já começam a ser observadas, agravando as suas características estruturais, como segmentação, fragmentação, desorganização, informalização;

- e. As conseqüências políticas, no plano da ação coletiva, principalmente dos sindicatos, tem sido de fragilizar cada vez mais as representações e as práticas sindicais, retornando as identidades corporativas em prejuízo das identidades de classe, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando a sua desunião, a sua dispersão e a concorrência entre eles. (DRUCK, 1999, p.128-129)

A referida autora apresenta os tipos mais comuns de precarização:

- a. Trabalho doméstico ou trabalho domiciliar - com a subcontratação de trabalhadores autônomos, em geral, sem contrato formal, prática mais recorrente nas empresas dos setores mais tradicionais da produção industrial.
- b. Empresas fornecedoras de componentes/peças - é a subcontratação na forma de redes de fornecedores, que produzem independentemente, isto é, que têm a sua própria instalação, maquinaria e mão-de-obra, embora sua produção esteja voltada, quase exclusivamente, para as grandes empresas contratantes.
- c. Subcontratação para serviços de apoio - é a subcontratação de empresas especializadas prestadoras de serviços realizados, em sua maioria, no interior das plantas das contratantes.
- d. Subcontratação de empresas e/ou trabalhadores autônomos nas áreas produtivas/nucleares - neste tipo podem ocorrer duas formas: a) realização do trabalho no interior da planta da contratante e b) realização do trabalho fora, na empresa contratada.
- e. Quarteirização - empresas contratadas com a única função de gerir os contratos com as terceiras".(1999, p. 157)

Ao ser considerada a principal forma ou dimensão da flexibilização do trabalho (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2002, p.28) e a principal política de gestão e organização do trabalho no interior da reestruturação produtiva (DRUCK; BORGES, 2002), a terceirização passa a ocupar papel central na organização do trabalho,

reunindo o que há de pior em termos de precarização, seja no que é coberto pela nova legislação, seja no recurso às formas ilegais e à informalidade, contribuindo fortemente para aprofundar a flexibilização no mercado de trabalho no Brasil, no qual a informalização (trabalho sem registro, sem contrato, o trabalho autônomo, as cooperativas, o estágio – que se caracterizam como trabalho não assalariado no sentido legal do termo) passa a ser regra não só demonstrada como tendência ou como horizonte, mas comprovada pelas estatísticas oficiais. (2002, p.112-113)

Em estudo do DIEESE– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – (1993) no setor automobilístico, o processo de terceirização significou a) fragmentação da representatividade sindical, pois mediante a redefinição legal do enquadramento, os trabalhadores terceirizados passaram a constituir categoria

diversa dos demais companheiros da fábrica, que estavam contratados pelo regime da CLT; b) precarização dos direitos, pois a lei especifica quais são os direitos do trabalhador temporário, restringindo-os em relação às garantias contidas na CLT; c) passar a existir um maior controle da empresa tomadora sobre o empregado terceirizado, o que facilitou a repressão de sua participação sindical; e d) a desconcentração do número de empregados num mesmo local de trabalho, face à descentralização da atividade produtiva das empresas (DIEESE, 1993).

Conforme Araújo e Amorim (2001/2002), a subcontratação constitui-se como um elemento central dos novos modelos produtivos e da busca de maior flexibilidade da produção e das relações de emprego. Segundo essas autoras, é possível encontrar no país extensas redes de subcontratação que congregam grandes empresas multinacionais na ponta superior, empresas atuando como subcontratadas numa cadeia global, pequenas redes de subcontratação vinculadas a empresas de pequeno e médio porte e uso do trabalho a domicílio.

E a partir do setor de confecções as autoras tipificam os tipos de terceirização no Brasil, com base nas análises de Ypeij :

Na subcontratação parcial, a empresa contratante transfere parte da produção a uma terceira parte, mas fornece as matérias primas e/ou produtos semi-manufaturados necessários e, em alguns casos, inclusive o maquinário. A subcontratada é responsável por uma parte do processo de fabricação e, em geral, quando ela termina sua tarefa, o produto recebe ainda um processamento final na firma contratante. No caso da subcontratação completa, a empresa contratante transfere à subcontratada a fabricação completa do produto, provendo a ela apenas suas etiquetas e material de embalagem. Estas duas modalidades de subcontratação não são mutuamente excludentes, mas constituem pólos de um *continuum* (ARAÚJO e AMORIM, 2001/02, p. 272 e 273).

E suas formas podem adotar cunho assimétrico, que “geralmente se estabelece entre empresas de porte diferente, ou seja, entre grandes e pequenas empresas e envolve relações desiguais de poder e subordinação” (ARAÚJO; AMORIM, 2001/2002, p.273) ou equivalente, a qual envolve empresas que tem tamanhos semelhantes.

No caso da subcontratação parcial, como os produtores se envolvem em apenas parte da produção, seu controle sobre o processo produtivo é mais limitado e é

maior sua subordinação ao contratante (ARAÚJO; AMORIM, 2001/2002, 273-274). Essa situação agrava-se quando o contratante fornece o maquinário para a fabricação.

Nesta abordagem, a terceirização, expediente de redução de custos,

tem imposto aos trabalhadores relações de emprego instáveis, redução de salários e benefícios e condição de salário degradadas, que tem como consequência o aumento dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Além disso, ela tem levado ao desalojamento de uma parcela dos/as trabalhadores/as para a economia informal, submetendo-os/as a condições precárias de trabalho e excluindo-os/as dos benefícios assegurados por lei e da representação sindical (ARAÚJO; AMORIM, 2001/2002, p.275).

Em pesquisa realizada com costureiras que prestavam serviços para a Levi Strauss do Brasil, Amorim (2003) constatou que a terceirização foi

(...) aprofundada não só por ter se difundido entre empresas de diferentes tamanhos, mas por ter suas distintas modalidades de subcontratação resgatadas e generalizadas como sendo a melhor alternativa para se obter lucratividade em escala ampliada. Entre estas modalidades destacam-se a revitalização do trabalho domiciliar e a implantação de cooperativas. Como os salários pagos pelo setor de confecções já são baixos, os empregadores procuraram reduzir os custos com os encargos da produção, transferindo-os para as trabalhadoras domiciliares ou para as trabalhadoras em cooperativas (AMORIM, 2003, p.89)

Para Leite (2004), o contínuo processo de terceirização no setor de confecções

expulsa o trabalho das empresas confeccionistas, concentrando-o cada vez mais nas oficinas de costura, onde predomina o trabalho informal, mal pago, desqualificado, com altas taxas de doenças profissionais e, muitas vezes, a domicílio. Essa tendência se expressa no brutal crescimento do trabalho informal nos últimos anos, tornando-o praticamente uma regra no setor (LEITE, 2004, p.10).

2.4. - Setor Têxtil e de Confecções e Reestruturação Produtiva

O setor têxtil e de confecções representa importante ramo de atividade econômica no Brasil, levando em consideração o número de empreendimentos, contingente de pessoas envolvidas e valor de produção. Esta cadeia produtiva compreende conjunto de atividades que se inicia com a escolha de matéria prima (fibras sintéticas, artificiais ou naturais), passando pela fiação, tecelagem (tecidos planos) ou malharia (tecidos de malha), beneficiamento até atingir a confecção. Afinal,

engloba produtos do vestuário e de uso industrial (embalagens, por exemplo), artigos para o lar (roupas de cama, mesa, banho, decoração).

Numa linha de produção industrial convencional, a confecção comporta a criação, a modelagem, o encaixe e o risco, o enfesto, o corte, a montagem ou costura, o acabamento. Cada uma dessas etapas é dependente da outra. A modelagem (arquitetura da roupa), o corte e a costura, dentre todas as atividades, são as mais decisivas para a aparência e estrutura da peça final.

Pioneira no Brasil, a indústria têxtil tem sua origem no período colonial. Seu maior ciclo de desenvolvimento ocorre ao longo do século XX, com especial desenvoltura no campo das exportações no período da Segunda Guerra Mundial. Na década de 1960, a produção industrial do setor era praticamente auto suficiente para a demanda, o que diminuiu substancialmente o impacto das importações na economia. Nas décadas seguintes, o foco no mercado interno somado aos baixos investimentos decorrentes da estagnação econômica dos anos 1980 não permitiram que o empresariado nacional acompanhasse o desenho internacional de introdução de inovações tecnológicas, organizacionais, de processo e de produto. Com a abertura da economia e eliminação das barreiras protecionistas contra as importações nos anos 1990, o setor fraqueja, perde competitividade, tem unidades fabris fechadas e desemprego massivo. Segundo dados do IBGE/IEMI (1999), os 890 mil trabalhadores em 1990 foram reduzidos a 300 mil em 1999, somente nos setores de fiação, tecelagem e malharia.

De forma gradual e heterogênea, o reposicionamento “forçado” da indústria têxtil no cenário mundial impôs mudanças no processo produtivo – importação enérgica de máquinas e equipamentos, informatização, diversificação de produtos – que resultaram em aumento da produtividade, ganho de qualidade. “Entretanto, esta é uma indústria intensiva em mão-de-obra, cuja etapa principal do ciclo produtivo, a costura, absorve 80% do trabalho vivo, que tem alta participação no custo total” (ARAÚJO; AMORIM, 2002, p.278). Comparativamente, o setor de confecções não passou por alterações substanciais nas máquinas, nas técnicas e nos processos de trabalho. Retraído em automatização, prevaleceu a relação costureira - máquina de

costura, que apesar das diversas gerações e especificidades, mantém praticamente a mesma função desde os primórdios da Revolução Industrial.

Conforme Abreu (1986), a indústria de confecção brasileira, em específico, desenvolveu-se com base no uso da subcontratação, com peso dos setores não organizados, dificuldade de incorporação de inovações técnicas em virtude do centramento do binômio máquina de costura/costureira, feminização crescente.

Em meio à concorrência com importados mais baratos e contrabando e à reestruturação gerencial-tecnológica, o ramo de confecções tendeu a revitalizar diversas formas de trabalho terceirizado e subcontratado, como o realizado em oficinas de costura e trabalho em domicílio, recorreu a práticas antigas como o trabalho escravo e o trabalho ilegal de imigrantes. O desenvolvimento do setor de confecções está, assim, atrelado à convivência de novas e velhas práticas organizacionais, enfim, aquelas necessárias à reprodução da lógica mesmo que isso signifique inserção laboral ainda mais perversa. De um lado, a intensificação do trabalho remete à disciplina fordista-taylorista; por outro, o fracionamento da produção mostrou-se altamente compatível e orgânico ao discurso flexível referendado na terceirização - desprendimento de atividades acessórias para atingir o objetivo fim (missão) da organização.

Na atualidade, o setor de confecções compreende: uso intensivo de mão de obra, preferencialmente feminina, que tende a ser pouco qualificada e mais propensa a baixas remunerações; alto índices de informalidade; alta concentração de micro e pequenas empresas; heterogeneidade de produtos e processos; divisibilidade das etapas produtivas, que podem ser repassadas para empresas de diferentes portes e pessoas físicas; baixa profusão de conteúdo de inovação e tecnologia de ponta, o que permite a convivência de diferentes padrões tecnológicos; investimento inicial relativamente baixo em capital fixo (máquina e pequenos equipamentos) e infraestrutura (pode ser realizado na residência); elevado grau de competitividade; acirramento de preço; alta produtividade; enraizamento do uso da estratégia da terceirização.

2.4.1. Fação de Costura

O uso denotativo da palavra *facção* está atrelado à identificação de grupo de indivíduos que movidos por uma causa comum se opõem ao grupo de origem principal. Popularmente, lembra dissidentes de atividades clandestinas, criminosas. Na sua raiz, pode-se extrair que trata de separar, seccionar, rachar, dividir. E aqui se encontra o gancho para o setor têxtil: pelo próprio processo de costura ser altamente divisível em uma multiplicidade de pequenas tarefas (ABREU, 1986, p.102), a *facção* lida com a fragmentação e pulverização de etapas da produção, outrora internas à empresa contratante, entre diversos agentes da cadeia do vestuário.

Conforme Colli (2000), a palavra '*facção*' é o uso em português de à *façon*, originária do francês. Corresponde à simples prestação de serviços e remetia a vínculos de trabalho precedentes à industrialização da produção de tecidos e de roupas no século XIX (2000, p.14). Tendo como parâmetro o pólo têxtil de Americana, em especial a tecelagem, esta autora procura caracterizar o que chama de antigo e novo *façonismo*¹. O primeiro tratava de

uma forma de prestação de serviços em que as firmas autônomas, com o aumento súbito da demanda, contratavam a *fação*. Assim, as empresas subcontratadas eram encaradas como uma espécie de 'capacidade de reserva' para a produção de firmas subcontratantes autônomas ou até mesmo mistas. Quando as empresas contratavam seus *façonistas* o ano todo, tinham como política a manutenção de preços constantemente baixos. Assim, a empresa subcontratada era obrigada a se sujeitar aos preços baixos praticados pelos subcontratantes mais 'efetivos' ou optar pela insegurança representada pelos subcontratantes 'sazonais' (COLLI, 2000, p.30).

A externalização de atividades, dessa forma, era realizada para atender a demanda de produção em momentos de pico. As relações de trabalho "tradicionais", apesar de ilegais, eram mais amistosas, muitas vezes, baseadas na informalidade e na confiança, funcionando como complemento de renda para o *façonista*. A novidade do *façonismo*, segundo Colli (2000), situa-se em duas tendências principais:

- a. A utilização da *fação* não mais como forma de complementação da reserva produtiva das grandes e médias empresas e sim como uma forma de utilização contínua e necessária do *façonismo* como terceirização da produção;
- b. O *façonismo* aparece agora reorganizado sob novas formas produtivas e tecnológicas como 'células produtivas' modernas que permitem aliviar as

¹ A autora Juliana Colli lida com o termo *fação* em lugar de *facção*.

grandes empresas do excesso de capital fixo, diminuindo assim a força de trabalho por meio da adoção de alta tecnologia e, ao mesmo tempo, recriando fora dela um conjunto de pequenas unidades produtivas, pequenas empresas – e também algumas células familiares, como no início do feijão -, agora todas elas subordinadas ao grande capital. (COLLI, 2000, p.81)

A autora (2000, p.60), assim, sintetiza a feijão como “uma empresa que presta serviços a confecções, ou seja, que cuida da produção sem os riscos da comercialização, mediante encomendas detalhadas”, eliminando os riscos maiores com os custos da produção para quem subcontrata.

Ao abordar o trabalho a domicílio nos anos 80, Abreu (1986) apresenta as seguintes considerações sobre o trabalho externo:

A utilização em larga escala de serviços de terceiros ocorre, portanto, na etapa de montagem propriamente dita e para algumas tarefas relacionadas ao acabamento. Essas tarefas podem ser subcontratadas para diversos tipos de produtores. As empresas podem utilizar os serviços dos chamados feijonistas, cuja diferenciação em relação a pequenas empresas capitalistas é muitas vezes difícil de definir. O termo feijonista no setor de confecção é geralmente utilizado para se referir a proprietários de oficinas especializadas em apenas algumas fases da produção, empregando para isso trabalho assalariado, mas que na maior parte das vezes está envolvido pessoalmente no processo produtivo. (Abreu, 1986, p.154)

Conforme Sampaio e Mello (1988), a feijão pode ocorrer (a) quando uma empresa (de qualquer porte) não tem como suprir seus pedidos e recorre à feijão como auxílio, sendo o mesmo por tempo determinado ou não (b) quando as empresas fazem somente o processo de criação até o corte, o processo de fabricação, inclusive o acabamento, fica a cargo das feijões; (c) quando a empresa necessita de uma feijão devido ao tipo de peça que ela produz. Nesse caso, a feijão pode se especializar na produção de alguns artigos do interesse da empresa que a subcontrata.

Para a Associação Brasileira do Vestuário (2011), as feijões são pequenas confecções que tem como principal característica o trabalho doméstico.

Muitas vezes, são de propriedades de costureiras que um dia tiveram trabalho formal em alguma grande ou média confecção e que conseguiram adquirir algumas máquinas de costura. Essas proprietárias contratam outras costureiras que recebem por produção. Pessoas que possuam máquinas próprias também podem ser agregadas a essas feijões, também sob a forma

de remuneração por produtividade. A principal característica das facções é o trabalho doméstico.

Neves e Pedrosa (2007, p.23) concebem a facção como trabalho informal e precário de costureiras domiciliares. Para o SEBRAE (2011), facção é o nome dado a uma confecção que não possui marca própria, estilistas, desenhistas, lojas etc. Está disponível no site da instituição um receituário para a implantação deste negócio para futuros empreendedores. Localização, estrutura, estimativa de investimento, equipamentos, pessoal são elencados, bem os clientes “aqueles que não querem ter dores de cabeça com a compra de mais máquinas, contratação de pessoal, etc., por isso ele terceiriza a produção”. A sua escolha

é resultado de uma identificação como uma saída para o empresário que montou uma confecção, mas não conseguiu sucesso com sua marca própria. Assim, já que ele possui máquinas e empregados, ele oferece seus serviços a uma confecção de sucesso, que se tiver interesse irá contratá-lo para produzir suas roupas.

Dentro de um panorama geral, as relações travadas em torno da facção caracterizam-se:

- a. Pela prestação de serviço, temporária e/ou permanente, de etapa(s) do processo de trabalho nas confecções, realizada por empreendimentos produtivos, pequenas e médias empresas, intermediários, trabalhadores em domicílio e autônomos para empresas contratantes principais;
- b. Pela informalidade dos contratos e falta de registro dos trabalhadores inscritos nas redes de subcontratação;
- c. Pela tendência do contratante fornecer a matéria prima e estabelecer o preço e o prazo de entrega de etapa ou produto final;
- d. Pela irregularidade e sazonalidade da produção, dependente das demandas da empresa contratante, o que implica falta de planejamento e organização para as subcontratadas;
- e. Pela forma de pagamento por peça, vinculada à produtividade;

- f. Por preferencialmente compreender etapas de menor valor agregado do setor da confecção, como a costura, intensivas em trabalho e que exigem baixa qualificação.
- g. Pelo volume de peças repassadas pela empresa contratante.
- h. Pelos meios de produção que podem ser alugados, cedidos, inclusive pelo contratante, ou de posse das subcontratadas.
- i. Pelo aumento da jornada de trabalho em vista da necessidade de atender os prazos pré- estabelecidos.

A revitalização da facção no Brasil nos anos 1990 está associada à abertura econômica dirigida pelo desenvolvimento do padrão de acumulação flexível. A facção que “já era uma estrutura flexível pronta (...) agora se torna parte do processo produtivo como trabalho terceirizado” (COLLI, 2000, p.59). Num (des) continuum histórico, a persistência da prática faccionista, a qual congrega processos de trabalho e formas de pagamento pretéritas e contemporâneas ao capitalismo, está vinculada ao seu uso: mecanismo de transferência de riscos para elos mais fracos da cadeia de subcontratação e de redução de custos – capital fixo, encargos sociais, força de trabalho – que tem entranhado a exploração do trabalho, em simbiose da mais valia absoluta e relativa (extensão e intensificação do trabalho).

Apesar de ser uma das principais personagens no segmento do vestuário, a facção opera nas sombras dos holofotes. Informações precisas não são encontradas, mas oficiosamente Colli (2000, p.60) estima que sua “participação é calculada em aproximadamente 25% do total da produção”. Por debaixo dos panos, pessoas físicas e jurídicas, além de grupos informais vivenciam o faccionismo como a depuração de relações de trabalho precarizadas, nas quais são aviltados os direitos e as garantias, objeto de luta histórica, bem como ressignificadas práticas pré industriais de exploração laboral. Expressão de subcontratação, a facção torna-se funcional para o sistema metabólico do capital quando alarga as possibilidades de acumulação para o capitalista. Deste modo, a facção têxtil não rivaliza com os

setores visíveis da costura, pelo contrário: embora subterrânea e camuflada, mostra-se orgânica e coerente aos preceitos de subordinação do trabalho ao capital.

2.5. O feminino e a precarização do trabalho

A narrativa de precarização atinge diversos segmentos sociais indiscriminadamente: jovens e idosos, homens e mulheres, menos e mais qualificados, o que permite confirmar a generalização deste fenômeno e das suas repercussões para toda a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009). Seus efeitos, entretanto, são distribuídos, sentidos e ressignificados desigualmente, afetando de forma desigual não somente as relações de trabalho, mas aquelas inscritas em outras esferas da vida. As iniquidades e os contrastes de gênero inserem-se nesta seara. Neste sentido, desigualdades históricas foram acentuadas, reafirmadas, reforçadas, potencializadas como resultado de processos flexibilizantes do capital. De maneira geral, as novas condições do mercado de trabalho reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados (HARVEY, 2010, p.145).

Estudos e estatísticas oficiais tem indicado o aumento e a diversificação da participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil ao longo das últimas décadas. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ IBGE (2008), o crescimento feminino na População Economicamente Ativa (PEA) do país beirou 43,6% em 2008, dado expressivo comparado aos 23% do ano de 1976. Esta inserção, entretanto, está concentrada (a) nas franjas da hierarquia das redes de subcontratação e nas relações informais, facilitando e/ou potencializando a incidência de processos de precarização; e (b) em setores e ocupações tradicionalmente femininos, a exemplo do setor têxtil e do vestuário, expressão da qualidade da absorção do trabalho feminino.

A feminização no mundo do trabalho é por certo positiva, uma vez que permite avançar o difícil processo de emancipação feminina e, desse modo, minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Mas é também marcada por forte negatividade, pois ela vem agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora. (NOGUEIRA, 2004, p.227)

Em 2009, segundo informações da Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE (2009), aproximadamente 35,5% das mulheres brasileiras estavam inseridas no mercado de

trabalho com carteira assinada, percentual inferior em relação aos 43,9% dos homens. Inversamente, elas compunham a maioria da população desocupada. O estudo confirmou que o rendimento médio de trabalho da população feminina – R\$ 1.097, 93 – continua inferior a dos homens – R\$ 1.518, 31 – mesmo considerando que a escolaridade é maior entre elas – 61,2% contra 53,2%. A diferença, inclusive, foi acentuada de 2003 para 2009: se antes elas ganhavam em torno de 70,8% dos rendimentos masculinos, este percentual passou para 72,3%. Proporcionalmente, a contribuição da previdência entre as mulheres (64,7%) é também inferior a dos homens (68,5%).

Conforme dados do DIEESE (2009), as mulheres ocupadas estão inseridas majoritariamente no setor de serviços seguido das atividades relacionadas ao comércio e aos serviços domésticos no Brasil. Essa configuração é preservada na região metropolitana de Salvador, sendo que 60,9% das mulheres encontram-se no setor de serviços, 17,1% no comércio e 15,8% nos serviços domésticos. Aqui a remuneração das mulheres é menor 17,5% em relação a dos homens.

No ramo específico da cadeia têxtil e vestuário, o preconceito de gênero reflete-se na remuneração. Conforme dados do RAIS (2008) e do CAGED (fevereiro de 2010), 58,3% dos trabalhadores formais situam-se nos ramos têxtil e do vestuário, totalizando 1.342.743 pessoas. A remuneração média das mulheres, em 2008, era de R\$634,46 e dos homens, R\$906,39 para as mesmas atividades.

Comparativamente, cinco são as principais características da relação de trabalho maculadas no contexto de precarização para a população feminina: a) a qualidade, sendo a elas dispensados os postos com jornada em período parcial, sem carteira assinada, sem recolhimento para a previdência; b) a remuneração, menor nas relações homem – mulher, mulheres brancas – mulheres negras; c) a estabilidade, segregada a trabalhos temporários; d) a qualificação, endereçando atividades que necessitem baixo nível de capacitação, exercidas mecanicamente, próximas ao aprendizado adquirido nos processos de socialização no universo doméstico, vinculadas a argumentos construídos sócio-culturalmente que naturalizam o feminino – “graciosidade”, “docilidade”; e) as condições de trabalho e de saúde,

alinhadas com ambientes inadequados, insalubres, disseminadores de situações propícias de acidentes laborais.

A política de contratação das empresas, não raras vezes, está baseada na desigualdade de gênero. Determinadas “características femininas”, são tratadas como pré requisitos favoráveis para a contratação ou para sua sumária dispensa. De um lado, a “feminilidade” é apreciada para protagonizar atividades relacionadas ao cuidado (assistência, serviços e afeto a crianças, idosos, enfermos designados a mulheres e que tem seu centro na esfera doméstica), ao atendimento direto ao público (voz meiga e paciente, menor combatividade), a tarefas minuciosas (mãos delicadas, olhar atento a detalhes) ou disposição para as “artes do lar” (bordados, costura, alimentação). Por outro, esses mesmos predicados justificam a não absorção de mulheres como trabalhadoras: carreira permeada de descontinuidades por motivos da maternidade e da criação dos filhos, maior propensão à ausência do local de trabalho por conta do acompanhamento de parentes em situação de enfermidade, por exemplo. Assim, a depender das circunstâncias, é possível forjar argumentos biologizantes para justificar o alijamento ou a absorção de mulheres em determinados postos, reforçando a discriminação e a desigualdade, produtos da formação sócio-histórico-cultural, da socialização, da educação, dos sistemas de representação.

Esse contexto reforça a divisão sexual do trabalho – forma de divisão do trabalho social, modulada histórica e socialmente, decorrente das relações sociais entre os sexos, que tem dois princípios organizadores, o de separação (existem trabalhos de homens e de mulheres) e o de hierarquia (um trabalho de homem “vale” mais que um de mulher) (HIRATA, 2007). E as políticas de flexibilização provocam riscos em especial, para as mulheres que

podem ser mais facilmente “cobaias” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis. Embora o cenário mais provável seja o de uma dupla segmentação, com a constituição de dois segmentos do emprego masculino e dois segmentos do emprego feminino, um estabilizado, outro precarizado, a força dissuasiva e de pressão sobre salários, condições de trabalho e de negociação dos trabalhadores de ambos os sexos parece evidente (HIRATA, 2001-2002, p.144)

Amorim (2003) reforça o aspecto assimétrico e hierárquico dessa forma particular de desigualdade:

em contraposição à valorização do trabalho masculino, o feminino é avaliado com base em estereótipos sexistas, que atribuem o lugar das mulheres na estrutura hierárquica das empresas ou a permanência delas no trabalho doméstico, ao 'destino biológico' do seu sexo, naturalizando, com isso, a condição desigual das mulheres na sociedade (AMORIM, 2003, p.24)

Tendências de mudanças são percebidas, mas que apresentam especificidades: o aumento da escolaridade e a diminuição das taxas de fecundidade têm sido apontados como fatores que impactam na progressão de carreira profissional e aumento salarial das mulheres no setor formal; segundo dados do IPEA (2009), entre 2001 e 2009, subiu de 27% para 35% o número de famílias, quase 22 milhões, chefiadas por mulheres no país, principalmente nos segmentos mais empobrecidos; a população feminina, negra, em idade adulta está mais propensa e vulnerável a condições de trabalho degradantes, instáveis, mal pagas, o que torna ainda mais acentuados para este público os impactos dos processos de flexibilização. E essa inserção, independente de ser mais ou menos qualificada, no mercado de trabalho não significa uma distribuição equitativa dos afazeres domésticos (NEVES; PEDROSA, 2007), pelo contrário:

as mulheres continuam dedicando maior tempo a estas atividades do que os homens. Esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido. (2007, p.15)

E através da duplicidade do ato laborativo,

a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, garantindo a esfera da reprodução societal, esfera do trabalho não diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital. (ANTUNES, 2008, p.119)

Esse panorama geral confirma que a precarização tem sexo (NOGUEIRA, 2004, p.87).

2.6. Velhas formas novas (e precárias) de inserção no mercado de trabalho no capitalismo flexível

As consequências dos processos de flexibilização para a configuração do mundo do trabalho são substantivas: aumento do trabalho assalariado sob a forma de serviços, “desproletarização” do trabalho industrial, expulsão de mão-de-obra considerada obsoleta, aumento do desemprego estrutural; trabalhadores formais, estáveis e socialmente protegidos e suas nuances (terceirizados, trabalhadores temporários etc.), grande parcela daqueles inscritos em situação de precarização, instabilidade, informalidade; expansão do trabalho feminino e exclusão dos mais jovens e mais idosos. Em outra frente, o modelo flexível demanda da multidão de pleiteantes às vagas e do reduzido quadro de efetivos um perfil qualificado e polivalente, compatível com as demandas e necessidades das empresas. Essa dinâmica, aparentemente caótica, torna-se funcional para a reprodução do capital, embasada na lei da oferta e da procura: barateamento dos salários em virtude da abundância e disponibilidade da força de trabalho, que mescla mais e menos qualificados na disputa por ocupações.

Conforme a PED/SEI (2010), a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS) passou de 13,6% em janeiro para 14,3%, totalizando contingente de 268 mil pessoas, da População Economicamente Ativa (PEA) em fevereiro de 2011, segundo informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Neste cenário de escassez do emprego, altos índices de informalidade e de exigências para contratar, governos, instituições privadas e organizações da sociedade civil estimulam políticas e iniciativas de auto-emprego, nas quais o trabalhador por conta-própria ou produtores associados tornam-se responsáveis pela entrada e continuidade no mercado de trabalho. Essa perspectiva está assentada em duas frentes principais. Uma delas é a de que se a conjuntura não se mostra favorável, o indivíduo deve calcular riscos, apostar em competências e potencialidades individuais e criar oportunidades. Motivação, visão empreendedora, atributos personalistas e conhecimentos gerenciais seriam os ingredientes auspiciosos da receita de sucesso. O que sustenta essa abordagem é a noção de empregabilidade – “conjunto de qualidades típicas daqueles que se adaptam facilmente a novas situações, que tem iniciativa, que são ágeis, que são flexíveis” (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p.26). Disseminada no Brasil a partir da década

de 90, a palavra originária do campo empresarial encontrou respaldo e adeptos de segmentos políticos, midiáticos, acadêmicos.

Mais que teorizações, os escritos refletem pronunciamentos e testemunhos de *experts*, administradores de empresas, consultores, enfim, todo um rol de profissionais que expõe sua vivência e percepção acerca do mundo do trabalho na atualidade. As narrativas são traçadas a partir da ação prática, de *cases* bem sucedidos, de exemplos de pessoas públicas que conseguiram “vencer na vida”. Ao tempo que estabelecem o seu referencial de campo empírico, receitam soluções para que o indivíduo saiba tirar o máximo proveito das circunstâncias quase exclusivamente por meio de atitude e competências pessoais, dentre elas, encontram-se liderança, facilidade de comunicação, criatividade, flexibilidade, capacidade de adaptação às mudanças, iniciativa, ambição, otimismo, persistência.

Postura corporal, cumprimento e asseio da vestimenta disputam notoriedade com os elementos formais da experiência profissional, num páreo acirrado, transformando as dicas e as explicações do setor dos recursos humanos, responsável nas empresas por seleção e treinamento de funcionários, em referenciais (pseudo) científicos de uma nova disciplina do corpo e da mente, do espírito engajado. Cursos de etiqueta profissional são ofertados como solução para aqueles trabalhadores que não conseguiram se encaixar no perfil das vagas das organizações.

Ser patrão de si mesmo, independência, aumento de renda, horários flexíveis são elencados como vantagens para os adeptos; incremento à competitividade e à inovação, crescimento econômico são as contribuições para o cenário macro. “Vagas de emprego existem, falta pessoal adequado para preenchê-las” é a fala rotineiramente repetida na mídia por representantes de agências de emprego, causando a impressão de que o eixo central do problema é a inadaptabilidade do trabalhador para as condições do regime flexível.

As armadilhas dessa concepção percorrem três grandes campos: a) o reforço de elementos de capitulação subjetiva do trabalhador pelo capital, por meio da manipulação de critérios e mecanismos de inserção para o trabalho. Dessa maneira, há a diminuição da capacidade de contestação por parte dos pleiteantes de vagas,

que se sujeitam “ao que aparece” para garantir as condições básicas de reprodução.

b) Justifica como salutar a disputa por emprego e aceitável a falta dele, naturalizando a existência de atributos de ordem física e psicológica, imputando ao indivíduo seu sucesso, despreparo ou fracasso. Este tipo de discurso culpabiliza o trabalhador por sua própria inscrição em trabalhos precários ou nos índices de desemprego, e por seu desencaixe ao mundo de trabalho flexível e de liberdade noticiado.

c) Ao impingir o ônus à personalidade, torna menores as determinantes macro estruturais e conjunturais, políticas e econômicas, para a análise sócio-histórica do fenômeno trabalho ou inverte a relação de dependência entre as variáveis.

Assim, o termo e a concepção de empregabilidade causam impactos na construção e na lógica interna do trabalho, afirmando *modus operandi* próprio dos tempos, dos mercados, dos homens e das mulheres flexíveis. Este todo, aparentemente coerente, ao nomear sua existência, estabelece regras, tácitas e formais, e influencia nas práticas sociais, configurando mais uma das ideologias do capitalismo.

A outra frente é a que privilegia geração de trabalho e renda para empreendimentos ou agrupamentos produtivos e econômicos. Nas últimas décadas, distintas experiências assentadas no associativismo tem se disseminado no Brasil. Análises têm sido elaboradas visando situar esse fenômeno frente ao cenário do trabalho no capitalismo flexível. Uma das vertentes defende esse tipo de organização como alternativa de trabalho e renda, a outra, intitula como forma escamoteada de exploração dos trabalhadores.

Para os defensores da primeira vertente, “a organização de populações excluídas em bases associativo-solidárias pode ser entendida, também como uma reação deste extrato da população e da própria sociedade civil organizada contra o aumento desta situação de desemprego” (CANÇADO, 2007, p.46).

Sua atuação está vinculada a atividades de produtores agrícolas/rurais e sua proliferação, nas últimas décadas, deve-se à criação de programas federais de empréstimos e benefícios, a exemplo do Pronaf – Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar – que destinam recursos para agricultores formalmente associados. Somente no Nordeste, conforme dados da pesquisa IBGE/IPEA, são 12.590 associações, totalizando 44% do segmento no país.

O associativismo popular, nesse sentido, são espaços econômicos em que predominam, em termos ideais, a distribuição equitativa dos frutos do trabalho e a tomada de decisões implica a participação de todos.

No ano de 2006, a Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (MTE, 2006) divulgou os resultados do primeiro mapeamento sobre o perfil dos empreendimentos populares no Brasil. Neste, foi possível constatar que a maior parte dos grupos se estruturou em função do desemprego, seguida de complementação da renda. Apenas 6% deles produzem exclusivamente para o auto-consumo dos seus sócios e ainda: somente 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra.

Sua disseminação tem ocorrido também nos centros urbanos. Em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (2005), foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários em 2.274 municípios do Brasil, sendo 54% deles sob o formato associativo.

As iniciativas de trabalho associado ao tempo que são apresentadas como alternativa ao desemprego assumem também discurso emancipatório. Veiculando a solidariedade e a autogestão como fatores de organização da produção, o movimento social e político denominado economia solidária constituiria um modelo alternativo à ordem capitalista. Em outras palavras, seria a reconfiguração do socialismo por dentro da economia de mercado.

Singer (2000), um dos mais proeminentes defensores dessa perspectiva, concebe que

A economia solidária surge como modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios

de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...] ela não é a criação intelectual de alguém, mas uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução (2000, p.13).

A cooperação, a propriedade coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e de decisão, a gestão democrática, a repartição igualitária do excedente de produção comporiam o cerne da mudança aos moldes individualistas e competitivos disseminados na sociedade capitalista.

A economia solidária propõe a reconciliação do trabalho com a vida, privilegiando o aprendizado, a experiência, a vivência em detrimento do lucro. E a cooperativa, sua unidade básica de sustentação, teria o papel de satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais de seus membros, valorizando as capacidades humanas. Assim, a integralidade do ser estaria impregnada neste outro padrão de sociabilidade, mais inclusivo e participativo.

Crédito, financiamento, assistência técnica, canais de comercialização, formação continuada dos trabalhadores, marco jurídico-institucional estariam entre as reivindicações do movimento, formado por empreendimentos populares (clubes de troca, cooperativas, associações, empresas recuperadas), assessorias (setores de sindicatos, universidades, organizações não governamentais) e gestores públicos. A proposta é que o estado possa prover as condições estruturais dessa “outra economia”.

Na outra ponta, estudos tem relacionado a emergência de empreendimentos produtivos à precarização das relações de trabalho no Brasil.

Para Lima (2002) permanece a dúvida se as cooperativas conseguem se manter autônomas frente às empresas que as subcontratam e em que medida mantem competitividade sem que isso signifique a auto exploração do trabalho pelos trabalhadores.

Já para Tavares (2004), o trabalho autônomo é funcional para o capital sem os custos sociais correspondentes; para que ele fosse verdade, tendências capitalistas

como a concentração e a centralização teriam que ser eliminadas, idéia improvável pelos limites estruturais do próprio sistema.

Segundo a autora (2004),

ao se propagar a pequena e a microempresa e outras formas de trabalho supostamente autônomas, subjaz a idéia de que o trabalho assalariado tende a ser abolido. Ora, se acaba o sistema assalariado, mas prevalece a sociedade de mercado, em que a única mercadoria que o trabalhador tem para vender é a força de trabalho, e não se quer decretar a sua morte, é preciso que se lhe ofereça uma alternativa que pareça melhor do que trabalhar para o capital. Neste sentido, instaura-se um conjunto de valores associados ao desejo da ordem social. Oferece-se a possibilidade de trabalhadores serem transformados em patrões, não necessariamente em capitalistas. (...) No entanto, essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário. (TAVARES, 2004, p.22)

A ausência física do patrão não implica o cancelamento do controle do capital sobre o trabalho, pois este continua determinando a natureza do trabalho e a quantidade a ser produzida. Permanece o antagonismo de classe.

Antunes (2008, p.108) considera que o exemplo das cooperativas é ainda mais eloqüente quanto à precarização do trabalho, uma vez que, em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego e o despotismo do trabalho.

Hoje, contrariamente, os capitais vem criando falsas cooperativas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho. As “cooperativas” patronais tem sentido contrário ao projeto original das cooperativas de trabalhadores, pois são verdadeiros empreendimentos para destruir direitos e aumentar ainda mais as condições de precarização da classe trabalhadora. São similares os caso do “empreendedorismo” e do “trabalho voluntário” (de fato obrigatório), que se configuram como formas ocultas e dissimuladas de trabalho, permitindo a proliferação, nesse cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, de distintas formas de precarização do trabalho, frequentemente sob o manto da “flexibilização”, seja salarial, de horário, funcional ou organizativa. (2008, p.108)

Este autor, em outra obra (2009), reconhece o momento de dispêndio de atividade útil e, portanto positiva, relativamente à margem dos mecanismos de acumulação nos moldes da economia solidária, mas reforça que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema capitalista.

CAPÍTULO 3 – MÉTODO

Se toda escolha é um ato político, o campo da pesquisa científica não está imune a essa determinação. Optar, selecionar, eleger implica partir de determinada visão de mundo, e tem consequências para a interpretação do fenômeno estudado. O método, dessa forma, é o veio mais declaradamente político de qualquer investigação; ele tem como função indicar o caminho a ser percorrido, dirigindo a escolha do objeto, dos textos, da aplicação de técnicas e procedimentos, da fundamentação, da exposição dos resultados. Portanto,

a opção teórico-metodológica que orienta, articula e perpassa a investigação de qualquer questão social, política, econômica ou jurídica não pode jamais ser ignorada, quando se elabora ou se lê um texto. Ela é fundamental na compreensão das categorias manejadas na análise e as consequências político-sociais que delas emanam.(SIQUEIRA; SILVA, 2010)

Na ciência, é necessário “referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada” (SEVERINO, 2007, p.100). O percurso da construção do conhecimento trata, então, da compreensão/explicação dos pressupostos epistemológicos com o emprego de procedimentos teóricos, metodológicos e técnicos coerentes com o paradigma em questão. E partir de determinadas perspectivas de interpretação da realidade exige do pesquisador que exponha a concepção da relação sujeito (que conhece) – objeto (conhecido). Compreender essa relação permite conhecer como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza, com a vida (PIRES, 1997, p.84).

A relação sujeito-objeto pode ser entendida de diferentes maneiras a partir da abordagem que se faça; dependendo da corrente filosófica, maior ou menor importância será dada aos dois pólos em questão – (in) dependência, exterioridade entre si. A dialética marxista é aquela “que surge como uma tentativa de superação da dicotomia, da separação entre o sujeito e o objeto” (PIRES, 1997, p.84). A reciprocidade, a interdependência e a interação são predicados constituintes dessa visão sobre ciência, que leva em consideração o vínculo do conhecimento com o exercício da política dos seres humanos no decurso histórico.

Como mencionado anteriormente, essa acepção de epistemologia mediada pela práxis – ação consciente do sujeito que, por isso, conjuga a interpretação da

realidade (teoria) à transformação dela (prática, criativa, trabalho) - não é única. A política, em alguns casos, é considerada um elemento estrangeiro, demasiado intransigente e parcial. A pretensa assepsia nas ciências sociais tem uma grande influência de Augusto Comte (1798-1857), um dos principais formuladores da concepção positivista da ciência moderna. Difundindo a idéia de que as ciências da sociedade deveriam seguir, a rigor, os modelos, parâmetros, pressupostos e métodos das ciências da natureza. Tal transferência de procedimentos permitiria, assim, a garantia da racionalidade nas análises, submetendo-as à precisão do cálculo, da lógica formal. Longe de componentes emocionais, a ciência demonstraria as desejáveis objetividade e neutralidade. Com base nesses elementos, os fatos alcançariam o estágio de veracidade.

Partindo da visão de que haveria uma única raiz da teoria do conhecimento, fundada nas ciências naturais, a vida social seria passível de compreensão a partir do conceito de lei similar ao das ciências naturais. Um carimbo que autenticaria a perspectiva naturalizante dos fenômenos, identidade entre sociedade e natureza, deixando de considerar as condições sócio-históricas de produção do conhecimento, do ser humano e da sociedade. Neste sentido, ideologia, juízos de valor, e, claramente, a política estão dissociados da ciência; as relações sociais estão “condenadas à condição de relações supra-históricas” (SIQUEIRA; SILVA, 2010).

O desenvolvimento das bases materiais, cognitivas e técnicas na modernidade exerceu papel importante ao possibilitar a emergência da ciência, enquanto campo de construção de conhecimento específico e sistematizado pela via da racionalidade, uma visão diferenciada daquela disseminada pela religião (tautologia fé / razão). Com a sua consolidação na época de acumulação do capital, é possível afirmar que a simbiose da ciência com o modo de produção hegemônico exerce papel funcional para a reprodução do capital, do domínio da classe dirigente e da ordem por ela legitimada. As características metodológicas e as respostas teóricas, ainda que refrescadas de modificações e reafirmações, tendem a seguir as convenções da estrutura macro, definida no transcurso da época. A produção de outra concepção e prática científica, portanto, implicaria mudar os pilares do modo de produção material e simbólico vigente.

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p.48)

Nesse movimento de superação da ciência positivista surgem novas proposições acerca do conhecimento. Karl Marx (1818-1883) envidou esforços teórico-filosóficos para superação dos pressupostos positivistas naturalizantes e idealistas. Esta outra teoria, de caráter engajado e crítico, está ligada à política, à história e às condições objetivas de existência humana. A partir deste olhar, os fenômenos são tratados como sociais, históricos, transitórios e suscetíveis a transformações. As relações sociais estão inscritas em seu devir. E essencialmente as ciências sociais estão vinculadas com a luta de classes, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo porque interferem e são interferidas pelo mundo. Elas são produtos e produções sociais também.

A dialética é retomada e torna-se substância dessa visão de ciência. Uma das contribuições que o idealismo de Hegel traz para a dialética marxista parte da busca pela superação do dualismo cartesiano, considerando que a realidade se apresenta intrinsecamente contraditória e em permanente transformação, a qual precisa ser captada pelo pensamento em seu movimento. O pensamento, dessa forma, situa-se como base do processo de compreensão da realidade e a realidade como produto do pensamento humano, pretendendo superar a distinção entre a idéia e o real.

A conjunção da concepção materialista da história, que reconhece o processo material na criação das condições para a mudança, com a dialética, e a defesa da intervenção ativa de homens e mulheres na transformação do mundo permitem a reconfiguração da abordagem científica e de construção do conhecimento. A epistemologia no materialismo histórico dialético toma a prática social concreta como referência fundamental na construção de conhecimentos, pois estes surgem na prática do indivíduo e como produto da reflexão sobre sua atividade prática.

A produção do conhecimento, fenômeno historicamente situado, é concretizada pelas mediações entre o sujeito cognoscente e o mundo, fundadas em relação de reciprocidade e de interdependência. Este mundo (realidade), composto por condições objetivas, é um todo que existe independentemente das idéias que se façam dele. Os fenômenos existem independentemente do pensamento e da consciência humana. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p.47). A realidade apresenta-se emaranhada, caótica, aparente, superficial, imediata. À primeira vista, é captada pelos sentidos, pulsa do empírico. Torna-se decodificável por meio de abstrações calçadas na reflexão, nas elaborações do pensamento, possibilitando o acesso ao real concreto. Embora pareça dado e acabado para o pensamento, o objeto realidade comporta, em unidade micro, as relações sociais de produção. Essa expressão da realidade não se apresenta como mero espelho, mas sim dinâmica e contraditória, uma vez que o indivíduo reflete a realidade a partir de determinadas condições da vida situadas historicamente, em constante movimento. O processo de conhecer passa necessariamente pela apreensão do objeto pelo sujeito por meio da representação mental. “O conhecimento, na concepção marxista, é propriamente uma produção no pensamento, resultado de operações mentais com que se representa – e não repete, reproduz ou reflete – a realidade objetiva, suas feições e situações” (PRADO Jr., 2010, p.10).

Desnudar a realidade, enquanto conjunto embaralhado apreendido pelos sentidos, para torná-lo realidade apropriada pelo pensamento, e, assim, passível de intervenção transformadora: a prática social (empírica), ao mesmo tempo em que inicia o percurso do conhecer, expressa seus resultados – síntese. E os sujeitos coletivos são resultado do conhecimento acumulado e transformado no decorrer da história, configurando-se como patrimônio cultural da humanidade (apesar de apropriado predominantemente por privados).

Em síntese, para o materialismo dialético, a realidade objetiva é captada pela experiência sensível, que examinada e ordenada pela lógica racional (consciência subjetiva), será confrontada e aplicada na prática social. Da matéria à consciência e da consciência à matéria; da prática à teoria e da teoria à prática. A dialética marxista, “(...) o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de

compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p.8), situa-se no devir, que antagônico à mecanicidade, homogeneidade, linearidade de interpretação dos fenômenos e dos seres humanos, exige senso crítico e permanente ajustamento entre a avaliação teórica e a prática.

Para a dialética marxista, a realidade é interligada, na qual os fenômenos e os seres humanos relacionam-se reciprocamente. E por ser um todo, complexo (uno e múltiplo) e contraditório, não pode ser explicado isoladamente, sem que se busque a gênese no processo mais amplo, assumindo uma visão de conjunto. Dessa forma, a realidade é concebida como um sistema aberto e dinâmico, em permanente movimento e conseqüentemente em transformação incessante. Como qualquer outro campo, o conhecimento não está isento da tensão das unidades aparência-essência, idéia-prática, teoria-ação, concreto-abstrato. Esses elementos manifestam-se através das contradições internas presentes nos fenômenos. A luta e a complementaridade dos contrários permitem a afirmação, a negação, a produção e a superação de sínteses.

As sínteses tornam-se matérias-primas de outras sínteses. Essa realidade conserva a essência do processo estrutural e se disponibiliza para o nascimento do novo. O tempo histórico, como processo de humanização e de desenvolvimento do ser social, é o fio condutor do percurso teórico-metodológico do materialismo dialético, que se dá em diferentes ritmos nos diferentes espaços geográficos. “A visão de conjunto – ressalve-se – é sempre provisória e nunca pode pretender *esgotar* a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela” (KONDER, 2008,p.36). Essas sínteses que desvelam as estruturas da realidade compõem corpus da totalidade social, que

na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, numa série as “totalidades parciais” – estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a estrutura de determinada totalidade social (BOTTOMORE (org.), 2001, p.381)

A totalidade pode ser desmembrada em mais abrangentes e menos abrangentes (KONDER, 2008, p.37), que se interpenetram. Essas gradações, em devir, de análise-síntese, concreto-abstrato-concreto ressignificado, singular-particular-universal, são ancoradas em relações imediatas e mediatas. Uma das mais abrangentes é a engendradora entre ser humano -natureza.

Se a lógica dialética permite e exige o movimento do pensamento, a materialidade histórica diz respeito à forma de organização dos homens em sociedade através da história, isto é, diz respeito às relações sociais construídas pela humanidade durante todos os séculos de sua existência. E, para o pensamento marxista, esta materialidade histórica pode ser compreendida a partir das análises empreendidas sobre uma categoria considerada central: o trabalho” (PRADO Jr., 2010,p.88)

3.1. Procedimentos

Os primeiros contatos com as associações de costureiras foram deflagrados quando a pesquisadora ainda era bolsista de graduação de um projeto de extensão da Universidade Federal da Bahia. Entre 2006 e 2009, alçada para a pasta da comunicação, estava encarregada de trabalhar as técnicas e os instrumentos da área com empreendimentos de costura e bordado na Península de Itapagipe. Oficinas de produção de projetos e de convivência grupal, de resolução de conflitos, de estratégias de comunicação, por exemplo, foram “aplicadas” com o intuito das associações alcançarem a sonhada sustentabilidade. O território era, ainda que inconscientemente, tratado como laboratório, passível de experimentação de métodos de pesquisa qualitativos, da análise de variáveis sociais e no campo da linguagem acadêmica e popular. Nessa perspectiva, o “social” poderia ser modificado a partir da aplicação de técnicas reguladas pela aprendizagem obtida e certificada pela universidade. À época, o processo faccionista era considerado predatório, porém reversível desde que os grupos se empenhassem e se comprometessem com sua própria “alforria”.

O projeto objetivava o desenvolvimento sócio-territorial da Península de Itapagipe por meio da geração de trabalho e renda de empreendimentos sócio-produtivos na cadeia produtiva do bordado e da costura. De um lado, buscava assessorar as associações, formais e informais, em questões gerenciais (preço de venda, viabilidade econômica, planejamento estratégico) e, de outro, focava pontos técnico-

produtivos (*design*, introdução de novas técnicas de trabalho), com o desenvolvimento de peças do vestuário e acessórios, exclusivos e de alto valor agregado, que comercializados em parceria com grifes, possibilitassem retorno financeiro para as mulheres envolvidas. O término do projeto, em 2009, entretanto, não significou melhoria das condições de vida e de trabalho das costureiras. A tecnologia, principalmente no campo do *design*, não foi repassada adequadamente e as associadas continuaram presas à atividade produtiva precedente.

A interação com as costureiras não cessou com a conclusão do projeto. Em 2009, focando a elaboração do projeto de pesquisa, as doze associações contempladas com o projeto de extensão da UFBA, 2006/2009, foram visitadas formalmente, e desse montante, foi constatado que somente cinco funcionavam. Duas trabalhavam com bordado, duas com facção de costura e uma com artesanato. As outras sete tiveram suas atividades paralisadas por uma conjunção de fatores – dificuldade de comercialização, falta de crédito, alta concorrência, remuneração escassa, desentendimentos pessoais, retorno de antigas sócias para o mercado de trabalho formal.

Partindo dessas informações, foi iniciado o mapeamento das associações de costura e de sujeitos envolvidos nas redes de subcontratação da costura no território. Contudo, não havia qualquer levantamento oficial de números de oficinas/empreendimentos em Itapagipe. Neste cenário de escassez de informação, partiu-se para o diálogo com lideranças locais. Representantes da CAMMPI não possuíam qualquer outra referência para além das associações conhecidas. Contatos com empresários e com intermediários de empresas de fardamento foram realizados, porém com convites regidamente negados para qualquer tipo de conversação. Escancarar as relações de trabalho e assalariamento escamoteados poderia respingar negativamente na imagem e na própria continuidade do negócio. Além disso, seus depoimentos poderiam servir de prova para futuras fiscalizações do setor estatal, que possivelmente resvalariam nos problemas jurídicos que circundam a subcontratação. Evasivas e escapadelas também foram as estratégias utilizadas pelos donos de cinco empresas de fardamento para declinar as entrevistas por via oral ou escrita. O Arranjo Produtivo Local de confecções da

Rua do Uruguai e o sindicato do vestuário, apesar de continuamente requisitados, não se posicionaram com qualquer tipo de retorno.

Diante do quadro de negativas, optou-se pela captação de informações sob a perspectiva das costureiras. Esses cortes tiveram impactos para o andamento da pesquisa, obrigatoriamente reordenada com base nos cenários reais de acesso à informação, mas que, por outro lado, possibilitaram o aprofundamento da visão daquelas que vivem, objetiva e subjetivamente, o fenômeno da precarização, atrelado ao associativismo.

A amostra de pesquisa foi, então, delimitada nas associações faccionistas, compostas de maior número de associadas, produção volumosa e menos sazonal que a dos bordados. Apesar do vínculo prévio entre associadas e pesquisadora, uma recomendação foi feita: a de que as pessoas físicas e jurídicas envolvidas tivessem seus nomes substituídos no corpo do texto. Os nomes das costureiras foram eclipsados, bem como o das associações. As mulheres intimidaram-se com o registro e a publicização de nomes que as identificassem ou a seus parceiros. No imaginário das costureiras, poderia haver repercussão direta dos dados aqui postados com retaliação dos “fornecedores”, que desmanchariam o vínculo com a associação. Dentre as solicitações feitas, houve também a de ocultar o nome das organizações interventoras, sob a alegação de que poderiam desgostar do envolvimento numa pesquisa alheia.

A partir de junho de 2009 visitas rotineiras foram então realizadas aos dois empreendimentos sócio-produtivos. À época, a associação A contava com dez sócias e a associação B, com quatro. Nestes momentos, as condições e a rotina de trabalho começaram a ser apreendidos, bem como as inter-relações do universo micro com macro e vice versa, as tonalidades de exploração inscritas na facção, as conexões entre os agentes do sistema, a percepção e o sentido que as costureiras dão a seu trabalho inscrito na dinâmica das tramas da subcontratação. Houve, portanto, visualização da rotina das associações como mini-fábrica. Para tanto, a observação participante foi procedimento essencial utilizado em todas as etapas da pesquisa de campo.

Nesta fase, a discussão epistemológica foi traçada e balizou a orientação política da escolha da bibliografia, dos instrumentos de coleta de dados, da análise, dos sujeitos que comporiam o universo da pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi sendo desenhada por meio dos confrontos, das similitudes, das antíteses com a realidade vivida. Precarização do trabalho, flexibilização, subcontratação, associativismo compuseram as temáticas básicas da bibliografia consultada. Artigos, livros e textos impressos e virtuais compuseram esse mosaico. A convivência com as costureiras demandava amarrações com as temáticas e os autores chave da abordagem teórica e vice-versa. O empírico foi sendo entrelaçado com o teórico, num movimento aproximativo, conflituoso, rico. Enveredar por discussões de área do conhecimento específica, ciências sociais, ainda que afinada com a da formação inicial, comunicação, demandava certo tom de desapego e célere entrosamento da pesquisadora com a gramática própria daquele corpus que ainda se mostrava estrangeiro.

O período de realização das entrevistas lidou com uma variável – o esvaziamento do contingente de associadas. O mês de janeiro de 2011 mostrou-se particularmente favorável para empregos temporários, fazendo com que as mulheres se afastassem das atividades da associação. Permaneceram duas costureiras em cada associação, totalizando quatro entrevistas. Assinala-se que tal condição, apesar de real e objetiva, dá margem a contornos frágeis para a pesquisa de campo.

A feitura de roteiros de entrevista e de observação foi desenvolvida e consolidada a partir da interação com as costureiras, da leitura de roteiros de pesquisa congêneres, da observação intensiva e sistemática do cotidiano de trabalho das associações. Neles constam questões sobre trajetória laboral das associadas, funções desempenhadas na associação, fases do processo produtivo da facção, jornada de trabalho, quantidade de horas trabalhadas por dia, remuneração obtida, relações com empresários. A intenção era conciliar questões substantivas do campo laboral e dos seus aspectos precarizantes com relatos das histórias de vida, enquanto filha, mãe, esposa, mulher, e profissional das costureiras, pregressas à e vividas com a entrada na associação. A convergência dessas duas esferas proporcionou a construção de um panorama sólido da percepção das costureiras sobre elas mesmas e do seu trabalho.

CAPÍTULO 4 – AS ASSOCIAÇÕES DE COSTUREIRAS E O JEITO ITAPAGIPANO DE FACCIÓNAR

Neste capítulo faz-se a contextualização da Península de Itapagipe e os aspectos históricos que condicionaram a fixação de atividades ligadas ao ramo têxtil e do vestuário, bem como a disseminação do associativismo produtivo. Em seguida, abordar-se-ão as particularidades que o fenômeno da subcontratação assume nos processos de trabalho de duas associações de costureiras que trabalham com facção no território.

4.1. O que é que a Península de Itapagipe tem?

A Península de Itapagipe é um daqueles territórios que apóia a identidade também na nostalgia. Os primeiros fortes de defesa militar dos portugueses, algumas das mais antigas e reverenciadas das igrejas católicas, os casarões hoje deteriorados da antiga elite que ali fazia veraneio, os amplos galpões das antigas fábricas, o mar pacífico das regatas que apinhavam de apreciadores a enseada de Tainheiros, o ar interiorano das casas e de algumas de suas senhoras, que posicionavam cadeiras na calçada para “bater papo”. Eis o cenário que marca fases da formação e da consolidação da cidade do São Salvador nas tangentes paisagística, ambiental, religiosa, arquitetônica, histórica, social. Esse jeito itapagipano do passado tem repercussões agudas para a compreensão da heterogeneidade das relações ali travadas no presente. Eis um breve passeio sobre algumas delas.

No século XVI, os primeiros relatos sobre a região estão vinculados à aldeia tupinambá ali encontrada. Não é à toa a origem do nome: do tupi, Itapagipe significa “pedra que avança para o mar”. Foi uma das últimas a sucumbir ao poderio dos colonos portugueses e às ambições de Garcia D’Ávila, que ali iniciou seus negócios lucrativos, instalando currais e olarias. Neste mesmo período, estaleiros para a construção e consertos de naus foram ali montados em virtude das condições náuticas favoráveis. O Forte de Monte Serrat foi construído com o intuito de fundar, a partir dali, a cidade de São Salvador. Em pouco tempo, os portugueses renunciaram a tal proposta por receio de ataques por via marítima.

No século seguinte, há relatos da existência de uma vila de pescadores, que impulsionou a atividade pesqueira. Destaca-se a pesca de baleias. A partir do século XVIII a ocupação da Península Itapagipana foi estimulada, especialmente com a construção da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, obra iniciada por apelos do Capitão Theodósio de Faria em 1745, e concluída nove anos depois. Depois desta, outras edificações religiosas tiveram andamento, como a de Nossa Senhora de Monte Serrat, construída sob as prerrogativas de proteção dos militares; a de Nossa Senhora da Boa Viagem e Bom Jesus dos Navegantes, vinculada à benção dos navegadores; de Nossa Senhora da Penha de Itapagipe, para consolo dos perseguidos.

Ainda nesta época, Itapagipe tornou-se local de desembarque de navios negreiros e de leilão de escravos. Quando possível, era esconderijo para aqueles que conseguiam fugir dos senhores. No século XIX, com a construção do Solar Amado Bahia, os quatro quilômetros de praias da Península foram transformados em local de veraneio para as famílias abastadas de Salvador. Casarios imponentes tornaram-se, assim, imagem comum na região e ícones de uma época. Zona de praias calmas formava um cenário natural propício para práticas esportivas como o remo, que ganhou notoriedade com a realização de grandes torneios. Remonta deste mesmo período, a instalação das primeiras indústrias em Itapagipe, sendo a pioneira o Empório Industrial do Norte, no bairro de Boa Viagem, fundada pelo rico comerciante Luis Tarquínio, em 1891. Esta foi uma das primeiras experiências de constituição de vila operária modelo, na qual os funcionários tinham direito a armazéns, casa com jardim, creche, médico, biblioteca, abastecimento de água e coleta de esgotos. Nos tempos áureos, aglutinou 697 operários e 899 teares, constituindo, nos dois primeiros anos, a terça parte da mão de obra empregada e metade da produção têxtil baiana. Fechou em 1973.

A industrialização congregou trinta diferentes fábricas na região, promovendo Itapagipe ao primeiro eixo industrial da história da Bahia. Em 1930, a existência de dois cinemas, uma sorveteria e um hidroporto, tornou a península símbolo do crescimento econômico local. A chegada de grandes nomes como a Chadler (chocolate), Alfred (roupas), a Souza Cruz (cigarros), a Toster, a Daw Química, a Fratelli Vita (cristais) provocou a vinda de grande contingente de pessoas ansiosas

por emprego. Estas fábricas, entretanto, não conseguiram absorver a mão de obra existente. Grande parte desse total, advinda do interior do estado e com baixa escolarização, mesmo não conseguindo uma ocupação, buscava se instalar em áreas próximas às fábricas. Sem condições financeiras e estruturais, novos moradores levantaram seus casebres em aterramentos improvisados, que desviaram curso de riachos e geraram áreas insalubres, permanentemente sujeitas a enchentes. Dessa forma, deu-se a acelerada ocupação da Península Itapagipana, sem qualquer planejamento urbano ou adequação de infra-estrutura.

O declínio econômico, a partir dos anos 40, é desencadeado por uma série de fatores, de ordem conjuntural e sistêmica. O crescimento industrial e urbano de outras áreas da cidade, em especial de Camaçari e Aratu, e o aumento de incentivos fiscais em outros espaços do globo, influenciaram na transferência de muitas fábricas ou indicaram a perda de competitividade de outras, inviabilizando a continuidade no mercado.

A poluição proveniente das fábricas afastou de forma permanente os veranistas. Às famílias endinheiradas, que outrora se banhavam nas águas mornas e calmas, tornou-se incompatível conviver com a poluição oceânica, decorrente do despejo dos esgotamentos sanitários tanto residenciais como fabris, e do ar, através das fumaças das chaminés, expelidas sem qualquer observância de parâmetros de contaminação. Dessa forma, optou por migrar, eximindo-se de qualquer ação reparadora. Outra parte desta elite, entretanto, teve que abandonar seus casarios por não ter mais condições financeiras de sustentá-las; a falência havia chegado com o fim do ciclo áureo da cana de açúcar, suporte do luxo e do requinte de antigamente.

O pescado tornou-se contaminado - estudos comprovam problemas com a contaminação por mercúrio na Enseada dos Tainheiros, relacionados com os mariscos de maior incidência como o “chumbinho” ou “papa fumo” já na década de 70. Num caso específico, a Companhia Química do Recôncavo, localizada na península do Joanes, num acidente despejou dez toneladas de mercúrio metálico no leito do rio. Neste veio, todo o ecossistema marinho foi impactado.

Outras conseqüências: houve deslocamento da centralidade das relações de troca do Bonfim e Calçada para o Comércio, quando ferry boats diminuíram o trabalho dos saveiristas e a feira local foi transferida para Água de Meninos por conta da grande concorrência dos mercados da cidade alta. Já em 1949, tem-se notícia da primeira invasão no atual bairro do Jardim Cruzeiro. Tal cenário tende a ser aprofundado para outros bairros e conduz à formação de Alagados, o maior conjunto de palafitas do país. A construção destes casebres construídos em madeiras e que se equilibram sobre a maré passavam por uma lógica imobiliária própria: pessoas compravam o lote d'água com negociantes locais, que vendiam também ponto de luz e de água; posteriormente subornavam os trabalhadores da Limpurb, empresa municipal de coleta de lixo, para ir despejando lixo para aterrar. Um cenário de mar, miserabilidade, lama, lixo e esgoto. A insegurança e a violência tornaram-se fenômenos incrustados a Alagados, com índices alarmantes em comparação com o restante da cidade.

Em breves quarenta anos, a Península percebe o agravamento da pauperização de seus trabalhadores. A partir da redução do número de fábricas, enquanto empregadoras de mão de obra, o desemprego em massa tornou-se realidade para a grande parte dos habitantes locais. Com a hiposuficiência de trabalho formal, o sustento proveniente de atividades informais é potencializado. Itapagipe torna-se área de economia deprimida e dona de um dos maiores bolsões de pobreza de Salvador.

Em 1980, a visita do papa João Paulo II a Alagados foi motivo de esperança para aqueles que sonhavam com uma Itapagipe menos desigual. Para além da visibilidade midiática da situação degradante por que passavam centenas de famílias, poucas foram as mudanças estruturais no local.

Possuidora de importante patrimônio natural, histórico, religioso e cultural, a Península concentra um dos maiores bolsões de pobreza da cidade do Salvador em quatorze bairros: Calçada, Mares, Roma, Boa Viagem (que inclui Luiz Tarquínio, Pedra Furada e Monte Serrat), Bonfim (com Belvedere, Dendezeiros, Baixa do Bonfim e Pompéia), Uruguai (que abarca Rua Direta e Bate Estaca), Jardim Cruzeiro (também conhecido com Vila Ruy Barbosa), Massaranduba, Mangueira e Ribeira

(Beira Mar, Enseada dos Tainheiros e Areal da Ribeira). Segundo dados Censo 2000 (IBGE), entre os empregados (72,56%), cerca de 44% possuem carteira assinada; 22,23% possuem relação de trabalho precária, sem carteira assinada; 23,32% trabalham por conta própria e apenas 2,78% são empregadores. O percentual de desempregados girava em torno de 27,5%, compatível com a taxa de desemprego na RMS à época. Ainda assim, os 74,28% dos trabalhadores que dedicam 40 ou mais horas às atividades laborais são os que recebem os menores proventos.

Desde então, projetos de reurbanização e revitalização se sucedem. O Programa Viver Melhor, programa de moradia do governo federal, possibilitou a construção de moradias no local ou permitiu o deslocamento de famílias para o bairro de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário. Contudo, nem todas as famílias foram contempladas com casas e, muitas das beneficiadas não conseguiram custear o ônus da urbanidade – contas de água, luz, imposto territorial urbano – e voltaram a montar palafitas.

Em 1993, o projeto Banco do Nordeste/PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - implementa a metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento) na Península de Itapagipe. A escolha do território deu-se pela percepção de que “existia um grande potencial de crescimento devido ao alto grau de associativismo – constatado pelo grande número de associações de moradores existente na área – e de projetos de intervenções governamentais instalados em sua extensão” (OLIVEIRA, 2004, p.35). Além da formação de parcerias institucionais, o projeto previa a realização de diagnóstico, da mobilização, da sensibilização e da capacitação da comunidade local, iniciado em 1997, para processos de desenvolvimento urbano. Mais de duzentas lideranças passaram por qualificações de ordem gerencial e sócio-política por cerca de três meses. Grande parte da mão de obra ociosa, principalmente no campo têxtil, foi convocada a trabalhar em forma de associação, em fabriquetas ou lojas de vestuário, revigorando, mas sem a amplitude de tempos findos, a vocação têxtil do território. Estes se tornaram parâmetro de avaliação da política de desenvolvimento, ao considerar que geravam trabalho e renda para mulheres e jovens, “público alvo” do Programa.

Com a ocorrência de incêndio nas palafitas, desabrigando cerca de 200 famílias, organizações locais requisitaram dos agentes do programa supracitado um posicionamento e os convidaram a organizar um seminário sobre moradia e qualidade de vida da região. Esta comissão organizadora promoveu outros seminários e impulsionou, em 1999, a formação da CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe - que definiu como missão ser “agente de articulação e mobilização da sociedade itapagipana em prol do seu desenvolvimento integrado e sustentável e do exercício pleno da cidadania” (CAMMPI, 2006), com a legitimidade de 22 organizações. Desde então a CAMMPI mostra-se agente atuante e provocador de mudanças em Itapagipe ao exigir posicionamentos do poder público e do empresariado local. No ano de 2007, foi realizado o Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, que prospectou cenários de desenvolvimento sustentável para Itapagipe para os dez anos seguintes, sendo a população e as organizações locais *designers* de proposta da política a ser adotada.

Outro ator importante no território é o NAI, Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe, composto por organismos institucionais, órgãos do poder público e iniciativa privada, responsável por aglutinar forças em torno de estratégias de desenvolvimento local.

Em pesquisa informal realizada pelo Bahia Outlet Center (CAMMPI, 2006), chegaram a ser identificadas trinta e quatro micro e pequenas empresas de confecção no bairro do Uruguai. No ramo têxtil, verifica-se que Itapagipe concentra cerca de 20% das indústrias de confecções da cidade de Salvador.

E tentando suprir as demandas deste setor, em 2003, o Programa de Competitividade da Micro e Pequena Empresa, do SEBRAE, mostrou os primeiros esforços para a estruturação de uma rede de empresas do setor de confecções. Em 2004, a proposta transformou-se no Arranjo Produtivo Local de Confecções da Rua do Uruguai, com protagonismo do Bahia Outlet Center, apoiado com recursos do Banco Mundial, uma iniciativa que visa a cooperação dos empresários entre si para aumentar a competitividade no mercado, dinamizando a economia local.

Para 2010 estava prevista a inauguração do Condomínio Bahia Têxtil, uma Parceria Público Privada encabeçada pelo Governo do Estado da Bahia. Lá seriam implantadas 20 fábricas do ramo de vestuário conjugado a centro de qualificação profissional especializado. Ação que não vingou no tempo esperado.

4.2. As Associações de Costureiras Pesquisadas

A Associação de Costureiras A surgiu no bojo de iniciativas institucionais recentes em torno do desenvolvimento sócio-territorial da Península de Itapagipe. Em 2001, o Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe – NAI, por meio de diagnóstico da subcomissão de Trabalho e Renda, identificou a aglomeração de um grande número de indústrias, de pequenos fabricos de confecção e de costureiras na localidade. Diante desta constatação e da divulgação da instalação de um condomínio de fábricas de confecção na Rua Direta do Uruguai, o NAI articulou parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (SETRAS), o SENAI e o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado da Bahia (SINDVEST) com o intuito de capacitar costureiras, possibilitando-lhes concorrer aos postos de trabalho ora sinalizados. No período de um ano (2001/2002), cerca de cem mulheres participaram da capacitação, sendo que deste total, vinte e cinco se dispuseram a montar uma associação. Algumas mulheres desistiram do projeto, preocupadas com a perda de pensão ou de benefícios governamentais: “elas pensavam que se o governo soubesse que elas estavam envolvidas, ia tirar delas a pensão do marido, né?! Mas se era o governo que apoiava?!”, diz costureira 1. E as que decidiram permanecer se negavam a exercer funções de diretoria porque não queriam “comprometer o nome e o CPF”. Pressionadas, as mulheres apostaram no projeto que julgavam promissor e fundaram a associação. Surge, assim, o empreendimento, formado por mulheres entre trinta e cinquenta anos, negras, com baixo nível de escolarização, e dentre elas, algumas com grande experiência trazida das antigas fábricas de confecções que existiam na região.

Em 2003, a associação A submeteu à antiga Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais (SECOMP) um projeto de estruturação inicial do empreendimento, que aprovado possibilitou a aquisição de máquinas, mobiliário e a

adequação da instalação elétrica do espaço. Em 2004, houve a formalização jurídica do empreendimento, com o registro estatutário e a eleição da diretoria.

Em meados de 2006, sem recursos financeiros suficientes para alugar o espaço produtivo, a associação A dividiu as instalações físicas com a associação B, situada no bairro do Uruguai, já na área limítrofe entre a Península de Itapagipe e o Subúrbio Ferroviário, a convite deste grupo. Após sete meses, a associação A decidiu providenciar um espaço próprio para garantir a continuidade da produção em condições mais adequadas, pois percebeu que aquele de menos de 10m² não poderia comportar confortavelmente a produção das duas associações, que à época, mantinham parte do maquinário guardado por conta da falta de lugar para instalá-lo.

Ao longo dos dez anos de existência do grupo, a facção tornou-se o eixo central da produção. E a experiência acumulada fez com que se auto intitulasse “referência”. Segundo depoimento das associadas, nenhuma outra associação de costura por elas conhecida trabalha com tal volume de “encomendas”.

A associação B foi formada a partir de critérios similares aos da associação A. A CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – empresa pública tem como objetivo a promoção, a coordenação e a execução de políticas de desenvolvimento social, urbano e habitacional de alcance metropolitano e estadual. Seu histórico está vinculado à construção de conjuntos habitacionais que são cedidos à população de baixa renda em situação de vulnerabilidade social. Entre os anos 1970-1980, o bairro do Lobato foi alvo dessa política. A metodologia priorizava a redução do déficit habitacional e, posteriormente, o trabalho de assistência social. E este ganha projeção nos anos 2000, quando ganha volume o programa de qualificação territorial sob prisma de formação de empreendimentos para a geração de trabalho e renda. Mulheres sem ocupação fixa, “público-alvo”, foram arregimentadas para participar do projeto. Cursos e reuniões de planejamento foram realizados com o intuito de formar grupo sócio-produtivo. E as opções delineadas beiravam o ramo da alimentação ou da costura. A última foi a escolhida.

Definidos grupo e atividade produtiva, a CONDER exigia a formalização do empreendimento. De posse da documentação, a instituição cumpriria a etapa final do projeto – disponibilizar, por meio de cessão, as máquinas e o espaço. As máquinas básicas – industrial reta, overlock – foram repassadas; outras foram compradas com dinheiro próprio das associadas. Mas o local tornou-se motivo de contenda: o Centro Social Urbano (CSU) – espaço multifuncional, construído por programa do governo federal anos atrás, destinado à convivência de moradores – estava, há alguns anos, vacante, servindo de refúgio para usuários de drogas e ações de vandalismo; vidros estilhaçados, telhado afundado, portas retiradas compunham o cenário do casarão. A proposta era revitalizar o local, instalando ali o empreendimento de costura. Os dirigentes da associação de moradores do bairro, entretanto, contestaram o intento e o trataram como uma afronta, pois nunca haviam sido favorecidos, apesar dos tantos anos de trabalho comunitário. Após muitas reuniões, uma permuta foi negociada: a sede da associação de moradores, menor e localizada próxima à rua principal Afrânio Peixoto, passaria a ser ocupada pelas costureiras, enquanto que o CSU seria administrado pela entidade de bairro. Esse acordo perdura, porém, por ter sido firmado sob bases informais, gerou repercussões posteriores: nos anos seguintes, o presidente da associação do bairro além de solicitar a devolução do espaço, sem agir com a mesma reciprocidade, queria “auxiliar” as costureiras na administração do negócio. A CONDER isentou-se de qualquer intervenção por já ter computado a finalização das metas do projeto.

Depois de inúmeras desistências, dez nomes de mulheres constavam na ata de eleição lavrada, mas somente seis participavam do cotidiano da associação. As outras eram amiga, cunhada, filha que persuadidas acataram vincular o RG e o CPF à fundação da associação, desde que permanecessem afastadas de “problemas”.

Facção, reformas de roupas e encomendas fortuitas foram atividades conciliadas desde o início. Mas a dissolução do empreendimento sempre esteve na pauta de discussões. As associadas não possuíam “tino” comercial para atrair clientes. E em alguns desses momentos, a associação A interveio, repassando-lhe parte da sua produção. Mas a maior dificuldade trazida pela dissolução é a necessidade de regularizar as pendências junto à Receita Federal: R\$1200 por atraso de entrega das declarações anuais de isento.

4.3. Mulher, esposa, mãe, trabalhadora, costureira, associada – perfil das faccionistas

Costureira 1 - 45 anos, casada, mãe de duas meninas e um menino adotivo, entusiasta dos cabelos tingidos, segundo grau inconcluso, onze anos como associada. Nascida no interior do estado, “na roça”, como designa, concomitantemente ao trabalho na agricultura, aprendeu os primeiros bordados na infância, por incitação de sua mãe, “aquela costureira de máquina doméstica, que trabalhava em casa, fazia roupa para os filhos”. Na tentativa de melhorar as condições de vida, decidiu morar na “cidade”, denominação dada à capital Salvador, acessando o mercado de trabalho como empregada doméstica, “em casa de família”, como “serviços gerais” em um mercadinho, e numa garagem de ônibus, todos com carteira assinada. Depois que “pegou família”, tornou-se dona de casa, sendo afastada de atividades laborais externas. Nesta fase, uma das primeiras investidas foi a compra da máquina de costura doméstica. Retomou a atividade que aprendera criança, fazendo pequenos consertos nas roupas da família, cosendo pequenas toalhas, panos de liquidificador. A partir desse movimento, o interesse de explorar as habilidades manuais foi sendo intensificado.

Costureira 2 - 33 anos, viúva, mãe de um menino e uma menina, estudou até a quarta série do primário, dois anos de associação. Considera “uma vergonha” não ter “terminado os estudos”. Desde muito jovem “se vira”, trabalhando como empregada doméstica, vendedora; em alguns desses intervalos a relação trabalhista foi formalizada. Sempre atrelando atividades externas aos afazeres domésticos, não se satisfazia com a “função do lar”; não tinha esse “dom”. Achava a costura “bonita”, mas exercê-la “fora de casa aconteceu por acaso”. Nas suas palavras, o trabalho de casa é “enjoativo”, repetitivo, pouco valorizado, além de deixar a auto-estima “lá embaixo”. Na “rua, ao contrário, sentimos a força que a mulher tem”.

Costureira 3 - 62 anos, casada, evangélica, mãe de três filhos. Desde jovem trabalha no ramo da costura. E por longos anos vivenciou o ambiente fabril da Alfred, uma das maiores indústrias de confecções de Itapagipe. Sindicalizada, distribuía panfletos, promoveu piquetes a favor de melhores condições de trabalho e remuneração. Quando a fábrica fechou as portas, viu-se desempregada. Costureira

habilidosa recomeçou a “costurar para fora” com a máquina que possuía em casa. Mas quando a prima, costureira 4, propôs a participação na associação recém formada, entendeu que era um sinal para o retorno à carreira de forma profissional. Por morar no Subúrbio Ferroviário, distante da sede, e viver outra condição financeira das outras associadas (marido aposentado pela Petrobras, possuía casa e carro próprios, os filhos estudavam em faculdade), sua presença na associação e o cargo de presidenta sempre se transformavam em motivo de discussão. Algumas associadas questionavam o não cumprimento dos critérios de admissão do estatuto – associada necessariamente precisa ser moradora do bairro. Em poucos anos de associada, passou por um acidente vascular cerebral, prejudicando-lhe um dos olhos. Desde então, o corpo já não respondia ao trabalho eletrizante da facção como antes. Estar fisicamente mais de um turno diário na associação tornou-se um transtorno.

Costureira 4 - 45 anos, casada, mãe de três filhos. Resume sua trajetória em poucas palavras: “só era dona de casa; vim para a associação e me tornei costureira”.

4.4. Associação – o que és e a quem serves?

Receio, medo, preocupação. Estas foram as sensações iniciais das mulheres pesquisadas acerca universo de pessoas jurídicas constituídas. A representação que se tinha era a de que se precisassem entrar nas “repartições do governo”, era porque havia alguma dívida, pendência ativa; a formação de empresa “era coisa de gente rica”, e associação, “só podia ser coisa de morador ligado a político”, pensava costureira 4. Assim, a compreensão geral era a de que a) estar inscrito ou mesmo adentrar numa organização não era coisa para pobre responsável, cumpridor de seus deveres e zelador de seu maior patrimônio: o nome limpo; b) o Estado age repressoramente de modo a vigiar e punir, a *la Foucault*, daí a importância de manter o distanciamento regulamentar. Diante deste quadro, a formação de associação não compunha imaginário daquelas mulheres até então dispersas espacialmente nos bairros. Mas quando este mesmo Estado encabeça projetos ou apóia e financia os de outras organizações, que pretendem desenvolver o bairro, a situação se inverte. O que parecia ser empecilho foi transformado em vantagem, pois agora o Estado “estava do nosso lado e confiava no nosso esforço”, comenta

costureira 4. Essas mulheres passaram então a se reconhecer e as suas potencialidades a partir do olhar e da aproximação centrífuga de diversas instituições. Supunham que era a vez da periferia.

As organizações interventoras são personagens importantes na história das associações aqui apresentadas. São programas governamentais, entidades do Terceiro Setor, projetos universitários, setores de responsabilidade social de empresas privadas que fomentam a organização de populações excluídas em base associativo-produtivas através de capacitação, assistência técnica (área gerencial, jurídica, comercialização, contabilidade etc.), doações a fundo perdido. Elas agem como interlocutoras de propostas de desenvolvimento social, local, endógeno durante determinado período de tempo. A empreitada torna fundamental a captação de recursos para assegurar a estrutura do projeto – técnicos, equipamentos, material de escritório – e a fonte pública de financiamento – editais, chamadas, convênios, contratos – é a mais representativa. Mas como os antropólogos de gabinete, que se serviam dos diários de viagem dos navegadores para analisar culturas pouco conhecidas do europeu ocidental, esses técnicos tendem a não se apresentar antes da aprovação do projeto pelo financiador.

No caso das associações aqui pesquisadas, estas organizações influenciaram na mobilização das mulheres, estimularam o trabalho em grupo, indicaram a configuração jurídica supostamente adequada aos propósitos de geração de trabalho e renda, deram assistência técnico-gerencial às associações depois de formalizadas. Até dezembro de 2010, a associação A havia sido assessorada por duas universidades privadas, duas universidades públicas, um projeto governamental e uma ação de responsabilidade social; já a associação B, por um programa governamental, duas universidades públicas e uma organização não governamental.

E todo o processo aproximativo é marcado por antecedentes: as organizações interventoras fizeram os primeiros contatos com lideranças locais que, incluíam desde representantes de associação de moradores, do NAI e empresários do APL de Confecções da Rua do Uruguai. Esses sujeitos funcionaram como pontes para a fixação das organizações interventoras no território. A partir daí, foram mapeadas as

condições da ação organizacional – projetos em andamento no local, empreendimentos já existentes, locais mais e menos acessíveis. Só então a população, “objeto”, “público-alvo”, “beneficiária” desses projetos, foi procurada. Mas tal foi a influência dessas organizações, nos primórdios, que a atividade produtiva foi definida em conformidade com as suas referências e “intuições” mercadológicas. Nenhum estudo de viabilidade ou análise de mercado foi confeccionado para o empreendimento, como postula o receituário de “sucesso” do marketing contemporâneo. A costura aparentava ser a saída mais rápida, segura e barata, porque atividade que já se aproximava das habilidades femininas atreladas aos afazeres domésticos, da vivência profissional prévia de algumas mulheres e que comparativamente exigia baixo investimento em equipamento e qualificação, resultando redução dos custos iniciais de implantação do “negócio”. A facção foi tratada como o caminho “natural” no segmento do vestuário, relembra costureira 1, apesar de não saber justificar o porquê.

As intervenções que se seguiram no decorrer dos anos, encabeçadas por outras organizações, apoiaram-se na aplicação de planos de trabalho. Estes, compostos por encontros periódicos, cursos, metas a serem cumpridas, eram apresentados às costureiras, que deveriam estar também comprometidas com o desenvolvimento do “espírito” de colaboração, participação, solidariedade nas relações de trabalho. A ação exógena intentava modelar a subjetividade, a produção, o grupo a partir de determinados repertórios, tendo a sustentabilidade como discurso condutor. Costureira 1 dá pistas sobre o seu significado: “sustentabilidade é aquela coisa de sobreviver no mercado, ter clientes. Eu não sei explicar com as palavras certas, mas a associação precisa estar estruturada, essas coisas”.

No campo dos estudos organizacionais, especialmente no ramo das organizações do terceiro setor, tem havido esforço para a compreensão da sustentabilidade enquanto conceito e fenômeno múltiplo, percebido em dimensões que não valorizem somente o viés econômico-financeiro (SIQUEIRA, 2007). Este termo relaciona-se à “capacidade de sobrevivência da Organização, através do tempo, garantida pela interrelação de diferentes dimensões – técnica, cognitiva, política, social, econômica – que, associadas, possibilitam a execução da missão organizacional e o enraizamento dos seus princípios e valores na sociedade” (SIQUEIRA, 2007, p.71).

O uso desse referencial torna-se pertinente pelo fato de delimitar o papel das organizações interventoras: as associações precisam encontrar mecanismos próprios para enfrentamento de seus problemas internos e dos “gargalos”, principalmente de ordem econômica. Esta dimensão torna-se, no mínimo, delicada diante das relações associação – empresariado.

A associação B está temporariamente sem “encomendas”, o que faz as associadas retomarem a discussão de dissolução. A associação A atualmente mantém “vínculos” temporários com cinco empresas de fardamento. Outros serviços – roupas de bebê, fardamento escolar, fantasias infantis, “modinha” (roupas de malha), moda praia – são demandados esporadicamente por empresas e autônomos, mas não suprem financeiramente as despesas da associação em virtude do volume menor de peças. Esse tipo de produção, inclusive, não é prontamente aceito porque arriscado: o contratante nem sempre tem condições de comprar o tecido e de disponibilizar a modelagem, solicitando esses serviços adicionais às associadas. Por estas não saberem calcular custos, preço de venda, bem como estimar quantidade de tecido, a possibilidade de prejuízo não pode ser descartada. Certa vez, comenta costureira 1, cortaram a peça de tecido antes de finalizar a modelagem e tiveram que comprar mais tecido, não previsto nos cálculos fornecidos ao contratante. Ao final, as associadas compartilharam os ganhos, menores que de uma facção convencional.

As coordenadas da produção, o valor das peças, o prazo de entrega são propriedades da empresa contratante. O empresário, pessoa física, nunca apareceu fisicamente na associação; trata-se de um sujeito virtual, mas que tem ordens e demandas reais, concretas, cumpridas à risca. E ambas as partes reconhecem o exercício dessa autoridade. Apesar da inconstância das “encomendas”, eufemismo que tem a função de crescer, ainda que simbolicamente, o poder de interferência das associadas sobre o processo produtivo, em virtude da não plasticidade da facção, e da dependência das empresas, as associadas reconhecem-se “donas” de um negócio:

O empresário não quer saber se seu filho está doente, se seu cachorro está doente quando a gente é empregada. Ele quer saber da sua produção de todos os dias. Aqui não. Aqui ele tem que respeitar nossas decisões. Nós respeitamos nossas colegas e o momento que elas estão passando. A gente se coloca no lugar de cada uma. Quando o empresário vem aqui trazer a

roupa, ele não te trata como empregada dele da fábrica, ele trata de igual para igual. E esse negócio de “seu fulano”, como eles querem que chame lá, não acontece aqui. A gente vê nosso valor. Eles pagam pouco, mas o respeito é igual. A gente não se sente menor, inferior, encostado no canto. Eu sou igualzinha a eles. Eu só não posso ter as condições financeiras que ele tem, mas somos iguais. A gente tem valor. A gente não tem ninguém para mandar na gente. (costureira 2, associação A)

O fato de comporem uma associação formalizada que não tem explícita a figura do patrão na organização interna, de prestarem serviços numa arena comercial faz com que as associadas tratem o trabalho associativo como avanço na vida pessoal e na carreira profissional. Autonomia e valorização são as palavras mais utilizadas para expressar os seus benefícios.

Dessa maneira, constata-se que a igualdade, mais que uma realização objetiva, é o argumento utilizado pelas associadas como elemento discursivo e âncora subjetiva de “conquista” de um projeto coletivo – “nem todas tem a mesma visão, o mesmo entusiasmo. Se a gente não se valoriza, quem vai? Nosso trabalho é importante para a sociedade”, emociona-se costureira 1.

Colli (2000) aborda essa trama:

Os subcontratados façonistas colocam-se no mercado em pé de igualdade com a empresa subcontratante para vender sua própria mercadoria acabada, com mais ‘liberdade’ para produzir. Oculta-se nesse processo o fato de que a exploração da mais-valia absoluta está muito mais aguçada nesse sistema por meio da intensificação e aumento da jornada de trabalho do façonista e que não existe relação de igualdade entre as subcontratantes e subcontratadas. Ao contrário, o sistema é altamente hierárquico (COLLI, 2000, p.60)

Nas entrevistas, a relação de subordinação aos ditames do contratante somente é verbalizada quando ocorrências fora do cotidiano eclodem. Situações de pressão e de intromissão externa impactam substantivamente nesta impressão.

Eu desisti de uma empresária por muita pressão. Ela não tratava a gente como prestadora de serviço, mas como empregada. Aí a gente desistiu dessa pessoa. A gente tava no prazo, mas ela não queria saber. Ela entregava o material com o prazo dela vencido e exigiu que entregasse a ela as peças em 24 horas, sendo que a gente não tinha capacidade de fazer isso. Para ela, a gente devia passar o dia e a noite trabalhando para entregar no prazo que ela queria. Chegou um tempo que a empresária ligou para minha casa e me ofendeu porque as palavras que ela usou foram muito fortes. Ela perguntou se eu estava com a roupa dela pronta, aí eu disse que não, aí ela disse: “por que você não pegou a merda do telefone e ligou para me dizer que o trabalho não estava pronto?” Aí eu achei uma grande falta de respeito. Aí eu fiz o

trabalho dela, entreguei e disse que a partir daquele dia eu não trabalhava mais para ela. Ela perdeu uma associação trabalhando para ela porque nós já trabalhávamos para ela há mais de três anos. (costureira 1, associação A)

Em termos gerais, a constituição da associação é percebida como avanço substancial nos campos pessoal, profissional e existencial das mulheres pesquisadas. Terem se tornado costureiras, desempenharem a atividade profissionalmente e fora dos limites geográficos do ambiente caseiro tem impactos substantivos em quatro grandes dimensões.

Uma delas é a psicológica, que remete a aspectos simbólico-relacionais, por meio da sensação de autonomia e liberdade como pessoa, mulher, trabalhadora. “É bom ter trabalho, ser reconhecida. As pessoas te respeitam, trata você de igual para igual”, comenta costureira 2; “o dinheiro é pouco, é. Mas você tem que trabalhar para oferecer algo para seu filho”, reconhece costureira 4. As associadas percebem-se como um exemplo virtuoso para a prole, digno de respeito e admiração, capaz de decidir, negociar, de agir numa transação comercial a rigor, além disso, conquistam o direito de ir e vir, de viver a urbanidade sem ser interpelada ou monitorada pelo companheiro, uma vez que trabalhadoras não vêem mais a necessidade de dar satisfação dos seus passos ao marido, enfim, um rol de possibilidades que influenciam diretamente na afirmação da autonomia e da auto-estima.

A costureira 1 orgulha-se da presidência da associação A:

É gostoso ser presidente de uma associação. É bom uma pessoa tá a frente de uma associação, assumir compromisso. A vantagem é o conhecimento, é se sentir capaz. É gostoso você dizer “eu sou presidente”, apesar que aqui na associação eu não me sinto melhor que ninguém, que nenhuma costureira aqui dentro. Mas só de você ter ali seu nome no estatuto. Chega alguém e pergunta “Onde está a presidente?” deixa a auto estima da gente lá em cima. Você sair de dona de casa, de boa filha, boa mãe para chegar à presidência de uma associação deixa a auto estima da gente lá em cima com possibilidade de alcançar muito mais. (costureira 1, associação A)

“Eu sou mulher guerreira. Eu já entrei na associação com o pensamento de crescer. E é por isso que eu estou aqui.”, reforça costureira 2. Afirmação feita e refeita no decorrer desta pesquisa tem a intenção de demarcar dois pontos: primeiro, o de que se reconhece como uma mulher com qualificativos específicos, que se distanciam da passividade e da improdutividade, porque confere ao trabalho os louros das conquistas recentes; o segundo é de expressar que o projeto associativo tem

propósito, que a luta não tem sido em vão, e dessa maneira, a reforço contínuo daquelas palavras serve ao mesmo tempo como alento pessoal e justificativa para continuar na jornada, longa e tortuosa.

Eu concordo com essas mulheres que querem ser donas de casa, tenho que respeitar o gosto. É gostoso quando se faz por amor. Fazia meus bordados, meus fuxicos, mas queria era ir para a rua. Eu queria conhecer o povo. Queria saber como era o mundo lá fora. E quando a gente sai, a gente vê que a vida não é bem aquilo quando a gente tá dentro de casa. A gente entra em depressão, fica estressada, briga com marido, com menino, com vizinho. Tem muita fofoca porque não procura o que fazer. Em casa não tem nada para fazer. Fez feijão, arroz, quer dizer, tem coisa para fazer, mas fazer todo dia as mesmas coisas é muito trabalho. Minha mãe, um bocado de dona de casa, se sente uma coitada, uma pobrezinha porque só tinha isso, mas a vida não é mais assim. Eu não me sinto coitada. (costureira 2, associação A)

Meu marido não queria que eu trabalhasse fora. Brigou muito, porque disse que eu ia largar as coisas da casa, mas eu enfrentei. Se você não tem uma ocupação, o filho pode procurar em outro lugar na rua; podem ir para o tráfico e aumentar a violência. E quando acontece alguma coisa com o filho, o marido logo culpa a mãe e diz “o filho é teu, a culpa é tua”. Antes era dele, quando o filho era bonzinho. (costureira 4, associação B)

O exercício do trabalho alarga a compreensão do mundo e favorece movimentos de resistência aos propósitos masculinos de dominação. Permanente nesse percurso é a rotina solitária dos afazeres domésticos; dele não há dispensa, apesar de considerado fastidioso.

A dimensão profissional, quando a mulher percebe sua utilidade na concretização de objetivos, se reconhece e é reconhecida pelo exercício de uma função que a distingue, distante do modelo caseiro “ultrapassado” de costurar exercido pelas antepassadas; distanciam-se da imagem de dona de casa, que equivocadamente não é considerado trabalho por não ser mensurável monetariamente. Além disso, se esquivar do mundo do trabalho significa vadiagem e preguiça para o ciclo de convivência próximo. “Não pode ter comodismo, ficar com aquela vidinha. Se a gente quer crescer, a gente tem que batalhar cada dia para subir o degrau da escada. Ninguém gosta de gente acomodada, que não quer trabalhar”, reforça costureira 1.

A dimensão financeira, ainda que de modo restrito, a partir do incremento sazonal da renda familiar, possibilitando, ainda que parcialmente, menor absolutismo dos desígnios masculinos acerca destinação de proventos.

A dimensão sócio-política, por permitir outros modos de socialização-inserção com outros empreendimentos, organizações, além da vivência de identidade, por estar partícipe, agente, interventora de processos que tem repercussões: “Eu fui para a primeira Feira de Economia Solidária aqui em Salvador. Hoje nós somos referência na área (associação A). Uma das mais respeitadas e com mais tempo de estrada”, orgulha-se costureira 1.

Para costureira 4, da associação B, “trabalhar debaixo de um teto” é também considerada uma vantagem. Ela comenta que a associação, no início, não tinha muitos “clientes”, então a solução proposta por algumas associadas foi costurar “modinha” – roupas casuais de malha – e vendê-la de porta em porta, como sacoleira. Mesmo afirmando a importância do trabalho, a associada diz que “ser sacoleira não traz muito respeito das pessoas e você se expõe muito. Meu marido disse que assim não dava”. Além disso, o conforto e a comodidade de estar num estabelecimento fixo são tratados como uma “benção”, comparado aos exemplos de ex-sócias que voltaram a realizar as atividades de baleira de ônibus, de empregada doméstica, de feirante.

Por vezes, escancaradas, por vezes, subliminares ou metaforizadas, é possível pinçar contribuições de duas narrativas que perpassam os discursos das costureiras acerca da existência da associação, mesmo sob condições tão adversas. Uma delas é a assimilação de elementos de cunho religioso, para justificar o passado e o presente de agruras, passagens importantes para o futuro glorioso de vitórias.

Eu não sou caranguejo que anda para trás; entrei aqui para andar para a frente. Eu quero chegar na montanha mais alta que tiver. Quero mostrar para meus filhos, meus netos que eu posso. É bom você ter uma história, uma lembrança positiva. Acho que Deus gosta de ouvir quando a gente fala bem das pessoas. (costureira 2, associação A)

O outro relato vigoroso é o de base ficcional, encerrado nas obras de teor romanesco e de contos de fada. As provações são traduzidas como fase, que, em breve, será seguida por conquistas, que serão “mais saborosas”, segundo as

costureiras. A labuta, a luta, a resistência não são somente importantes como reflexos do exercício do trabalho diário, mas para coroar a legitimidade e o destaque de quem as alcançou. Nem sorte, nem acaso justificam; mas sim o esforço cotidiano. A associação, assim, é percebida como saída para o desemprego – “nem todo mundo tem coragem” – além de ser a ponte para sair do anonimato e para a obtenção de prestígio social, transformando-se numa empresa referência na área de costura. A proposta é transformar a costureira explorada em empresária bem sucedida, buscando a consumação da história da “associada borralheira”.

Eu estou aqui por amor. Uma coisa que eu peguei, gosto. Eu não quero deixar de ser costureira, mas eu quero ser empresária. Eu tenho esse sonho de chegar às passarelas. Porque, na verdade, nós já chegamos um pouco à condição de empresárias. Mas ainda não somos aquelas empresárias do sucesso, mas a gente quer chegar lá. Ganhar, pelo menos, um salário mínimo. Quero ter meus empregados também, né?! (costureira 1, associação A)

Mas para alcançar esse estágio, as mulheres da associação A exigem maior ajuda daqueles que impulsionaram o projeto associativo. Para elas, o governo deveria “olhar” para as associações e pagar o aluguel, promover capacitações, incluir nas licitações de fardamento. Percebendo a dimensão do comentário, costureira 1 explicita que existem muitas associações e “providenciar” o pagamento do aluguel de todas elas ficaria oneroso; propõe assim que o Estado reformasse um prédio, por exemplo, e o disponibilizasse para aqueles empreendimentos que estão “na luta há muito tempo”.

Nessa perspectiva, tempo de existência e experiência são percebidos como troféus e avalistas de mais subsídios das organizações interventoras. A idéia do merecimento está embutida nessa visão, a qual pretende justificar o privilégio de alguns sobre outros. São ressignificados os antigos sentimentos de receio, medo, preocupação em relação à gestão pública, transformando-os em resistência e cobrança, mesmo que oscilantes ao utilitarismo e desprovidas de ação concreta.

Combinada a esse apoio, estaria o desejo de realização e de alcance do “sucesso” acoplado à capacidade e habilidade pessoal das associadas. “Eu acredito na minha capacidade e de minhas colegas. Apesar das antigas, das fundadoras não acreditarem, eu, ainda quando vida tiver, eu tô acreditando. E eu vou chegar lá!”,

emociona-se costureira 1. A realidade cotidiana microeconômica da associação é forjada e entronizada como campo possível de atuação das mulheres pesquisadas. É neste espaço-tempo que convivem, trabalham, interagem com outros sujeitos, fincam seus objetivos, desejos, sonhos. Ao mesmo tempo em que as associadas exercem sua autoridade, sua influência. A conjuntura macro de subcontratação e precarização, apesar de vivenciada na rotina de trabalho, é materializada e decodificada quando há recessão de “encomendas”. Não há vinculação direta entre as faces micro e macro da realidade. Problemas estruturais são tratados como questão de esforço pessoal e devoção às divindades.

4.5. Facção de Costura

São 17h45, de terça-feira. Um homem jovem estaciona o carro Fiorino branco defronte da sede da associação; abre as portas traseiras, retira fardos de brim vermelho e os amontoa no portão da frente. “Ô de casa!” – chama atenção para sua chegada, e imediatamente os cadeados da grade, que funciona como porta principal, são destrancados por uma associada. Sem cerimônias, ele puxa uma cadeira e comenta do dia exaustivo; era a sexta “viagem” transportando aquele tipo de material. Um copo d’água é ofertado e logo sorvido. Retomando o fôlego, ele diz que os pacotes somam, no total, 400 peças, no “preço de sempre”. Desamassa um papel e pede o “autógrafo” da presidente, rindo da galhofa. Esta via fica com ele, a outra, com ela. Despede-se de todos os presentes da sala, informando que retornará na sexta para “apanhar tudo pronto”. Não há qualquer evidência sobre o remetente da encomenda ou a natureza comercial da empresa, pois o encarregado da empresa de fardamento está à paisana, sem qualquer crachá ou fardamento, e o carro, despojado de marcas.

Ao desatarraxar os nós que envolvem os pacotes, costureira 1 pinça uma peça, a parte frontal de uma camisa com bolso pintado em silk screen, e murmura – “Dessa vez é para a VEGA (empresa terceirizada pela Prefeitura de Salvador para limpeza pública urbana)...”. A contagem do montante é feita e refeita, e não era surpresa para nenhuma das associadas a constatação de que a empresa não havia enviado cinco partes frontais de camisa, dois rolos de elástico para a calça, tubos de linha específicos para máquina overlock. Esse tipo de “esquecimento”, rotineiro e

intencional, acarreta o desenrolar de um ritual: ligação telefônica para o entregador, que diz contatar setor responsável na empresa para solução de pendências, que não se manifesta.

Aprioristicamente, dir-se-ia que tal gargalo é passível de resolução simples – as associadas confeririam, na presença do entregador, a quantidade de itens entregues, e o documento somente seria assinado se todo o material de trabalho estivesse disponível. Contudo, a cordialidade na interação entre despachante e associadas é mecanismo de sobrevivência para ambos, uma vez que o primeiro já comentou que tem a incumbência de lidar com muitos volumes para muitos destinatários ao mesmo tempo, não tem tempo a perder, que a empresa cobra dele o repasse eficiente das encomendas e, se negligente, sofre reprimendas e perdas na remuneração; por outro lado, as mulheres sentem que suas queixas não tem o devido eco na empresa de fardamento, mas não esboçam a abertura de outro canal de comunicação por medo que muitos questionamentos impliquem desligamento da associação da confecção de peças. Em termos práticos, os dois lados são reféns da lógica e cúmplices na vulnerabilidade.

Convencidas da persistência das falhas por tempo indeterminado, as associadas desistem de um posicionamento da empresa e iniciam o planejamento da produção acrescentando material próprio, com o intuito de cumprir o prazo unilateralmente firmado, pois acreditam no ressarcimento. Crença que jamais encontrou respaldo na realidade concreta durante os dez anos de existência da associação A.

Então, as meras tiras de pano são dispostas sobre a mesa e redistribuídas por tamanho, lado avesso, direito e esquerdo, compondo pilhas. As calças, cheias de minúcias, são separadas e cosidas depois que os montes de camisas são finalizados. Fardamento em brim, elástico na cintura, bolsos internos na calça, bolso sobressalente na camisa, costura reforçada, zíper falso, gola careca; máquina duas agulhas, industrial reta, overlock, interlock; duas costureiras. Eis que a divisão do trabalho é traçada com base na confrontação da tipologia da produção e do levantamento dos instrumentos de trabalho disponíveis com o contingente e as habilidades da força de trabalho.

Como nenhuma modelagem foi entregue, mais demorada se tornou a arquitetura da peça. Exhaustivamente discutido o plano para encaixe das peças, tendo como critério a economia de insumos (linha), tempo e manuseio (roupas brancas ou de ambientes hospitalares, por exemplo, devem ser confeccionadas de tal forma que a menor quantidade de pessoas possa manipulá-las para que o suor, a poeira não manchem/marquem a peça final) no fabrico, as atividades foram distribuídas entre as associadas. A presidenta, pessoa mais experiente, fica incumbida de dar a palavra final.

São levadas em consideração as habilidades de cada associada (algumas tornaram-se especialistas em gola ou colocação de zíper, por exemplo, e tendem a esticar o tempo de manuseio de cada peça; são encaminhadas para encomendas mais minuciosas e que demandam maior apuro), a agilidade (capacidade de efetuar trabalhos no menor tempo possível, mesmo que a costura não seja a das melhores), o prazo de entrega das encomendas, o perfil do “cliente” (se exigente, o padrão de costura tende a ser controlado), a disposição do encaixe, a disponibilidade de maquinário.

Especificamente com os fardamentos, são ponderadas a agilidade e a disponibilidade de máquinas. Por se tratar de brim, o tecido majoritariamente utilizado, material de algodão grosso, próximo ao jeans, o contratante exige costura reforçada, indicando, inclusive, a máquina apropriada.

Como numa linha de montagem improvisada, as mulheres segmentam as atividades e as funções. Cada qual precisa finalizar uma etapa para que a companheira inicie a seguinte. Quando há simultaneidade de encomendas é necessário estabelecer as prioridades, que convergem, respectivamente, nas variáveis valor da remuneração, prazo, complexidade da produção.

Então, os motores das máquinas são acionados e as frações de pano, esticadas daqui e de lá por mãos seguras, começam a ganhar forma de vestimenta. O pedal da máquina industrial é “acelerado”, dizem as costureiras, “não pode fazer esse trabalho desatenta”, principalmente com máquinas de desempenho similar a overlock porque além de emendar as partes, ela corta o excesso de tecido; qualquer

vacilo resulta diminuição do número do manequim. Amontoados de roupas semi-prontas vão sendo lançados ao chão, conforme arremate de cada etapa.

Já na quarta-feira, as associadas perceberam que a produção era excessiva para o tempo estabelecido. Depois de muitos telefonemas e negociações, uma costureira avulsa, é agregada ao grupo. Ela somente aceitou trabalhar sob o regime de diária, ou seja, independente de quanto produzisse, receberia um valor fixo, pago ao final das oito horas de jornada. “Já tentamos trazer ela pra dentro (da associação), mas não ela não quer, disse que dá muito problema”, comenta costureira 1, insatisfeita com as negativas da colega e com a necessidade de despender dinheiro para o pagamento, cotizado entre as associadas. R\$ 18,00 por dia é um luxo para aquelas mulheres que não alcançam sequer um salário mínimo após o rateio das sobras líquidas de um mês de trabalho.

O controle de qualidade tende a ser efetuado nas passagens desses montes entre as costureiras e foca erros grosseiros, visíveis, destoantes; as costureiras não priorizam a costura de alta qualidade, não seguem parâmetros técnicos, não foram orientadas para o rigor. Muitas vezes, o erro é constatado, mas não há como repará-lo; nesse caso, as associadas esperam que a empresa contratante se manifeste e retorne a peça, apesar deste ser um feito raro.

O momento de colocação de etiqueta, o qual encerra as etapas da costura, é sintomático do descolamento do conceber e do fazer na facção. “É nessa hora que a gente vê que ninguém sabe que foi a gente que costurou”, versa costureira 2. A marca da etiqueta contem dados da empresa contratante.

Os fardamentos são, então, dobrados um a um, contados e empilhados. A quantidade e o valor das peças não permitem passar a ferro e embalar, apesar de alguns contratantes sugerirem. “Dizem que ficaria mais apresentável, imagine só ?!”, ironiza costureira 2.

Três exaustivos dias de trabalho, dois deles iniciados às 7h e esticados até às 21h. Chega a sexta-feira e a ansiedade toma a face das mulheres. Não há como “dar conta da encomenda”. Como em outras ocasiões, a solução encontrada é ligar para

o encarregado do contratante. A presidenta recorre ao caderno multiuso, que ao mesmo tempo serve de registro de pagamentos, de controle de custos, de repositório de notas fiscais, de agenda de telefones; folheia-o diversas vezes, encontra o número e disca. “Vixe, ele disse que dá pra atrasar até amanhã de manhã”. Anunciava-se mais uma noite de trabalho.

Sábado, 10 horas da manhã. Fiorino estacionado, portão aberto. Ritos da facção em andamento. Peças entregues, pagamento não. Faltava completar as cinco famigeradas peças frontais; o encarregado traria o restante no decorrer da semana. O estratégico e, quiçá, intencional esquecimento, lacuna da empresa, foi transformado em punição para as associadas. Não era a primeira vez que isso acontecia, mas a possibilidade de calote não era cogitada porque os anos de facção haviam ensinado e confirmado uma regra: empresa grande, que dá comprovante, inclusive com CNPJ, é séria; já empresário pequeno, sem estrutura (carro, encarregado) é motivo de desconfiança e de preocupação. Aproximava-se o dia de pagamento do aluguel da sede, já haviam subtraído dinheiro próprio para a costureira avulsa e não havia recurso suficiente para suprir as despesas. Aquele mês terminaria no vermelho.

4.6. Negligência dos direitos

Os benefícios sociais são materialização de processos sócio-históricos de conflito entre o capital e o trabalho no marco capitalista. Num movimento (des)contínuo, permeado de avanços, manutenções e retrocessos, eles representam conquistas da ação organizada dos trabalhadores ao tempo em que expressam limites impostos pelas instituições e sujeitos que visam perpetuar o sistema metabólico do capital. Sua institucionalização (acordos coletivos, normas jurídicas, por exemplo) nos países industrializados centrais no período predominantemente fordista favoreceu a consolidação do novo modelo de organização produtiva, da sociedade centrada no consumo. Nos tempos flexibilizantes, são percebidos por algumas alas políticas e empresariais como empecilhos para a dinamização da economia porque supostamente inibidores do investimento privado (lucro) pelo custo trabalhista e de emprego. Os ataques vêm sob a forma de diminuição, negligência e desregulamentação dos direitos trabalhistas. Os primeiros já são a realidade vivida

por mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA) do país; os últimos têm suas ofensivas voltadas contra a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que unificou a legislação do trabalho no Brasil com o estabelecimento das relações patronais e empregatícias, no governo Getúlio Vargas, em 1943. Eis as nuances do contexto associativo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 serve de parâmetro para todas as demais espécies normativas no território nacional. No art. 5, parágrafo XVIII, a criação de associação “(...) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”, bem como é “plena a liberdade de associação para fins lícitos” (BRASIL, 2002), conforme parágrafo XVII. Também consta, no parágrafo XIX, que serão “compulsoriamente dissolvidas ou ter(ão) suas atividades suspensas por decisão judicial”.

Consoante artigo 53 do Código Civil, as associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Diferentemente das cooperativas, que tem finalidade econômica e não lucrativa, e das sociedades empresariais, que tem objetivo lucrativo.

O uso do formato organizacional “associação” está conectado à defesa, à proteção e à reivindicação de direitos individuais e coletivos, à disseminação de informações, à proposição de mudanças culturais, institucionais, legais para consecução da sua missão, à observância de cumprimento de deveres, nas fronteiras institucionalizadas de emancipação compreendidas por cidadania.

Entre sócios e associação não se caracterizam relações empregatícias. Esta decorre quando da contratação de funcionários, a qual está subordinada à lei. Não trata, portanto, de atribuições específicas ou de fixação de aparato de proteção para lidar com os aspectos do trabalho.

Os valores sociais do trabalho e da dignidade humana, na Constituição de 1988, são tratados como princípios fundamentais. Se fundamentais porque essenciais para a realização da vida social; significam a razão da existência e da manutenção do Estado Brasileiro. No artigo 6º, o trabalho, bem como a educação, a saúde, a

moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados são considerados direitos sociais. Em tese, inalienáveis. Logo em seguida, nos parágrafos do artigo 7º, são esmiuçados direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Lá estão prescritos majoritariamente o conteúdo e a qualidade da relação de emprego que se pretenda regulada e protegida, isto é, estão nominadas as conquistas dos trabalhadores, transformadas em garantias, numa situação de vínculo formal, inscrito na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou avulso.

Com base na CLT, a relação de emprego é firmada quando da celebração de contrato entre empregador e empregado, caracterizando ligação entre as partes. Esse acordo, tácito ou expresso, comporta quatro elementos principais: definição das competências do empregado e do empregador, tipologia de prestação de serviço (venda da força de trabalho), carga horária, fixação do salário. A vigência do vínculo empregatício implica, portanto, a) continuidade: o empregado cumpre rotina de trabalho por período indeterminado, b) subordinação: empregado vende sua força de trabalho em troca de remuneração, c) pessoalidade, pois a pessoa física que presta o serviço acata as regras, d) responsabilidade do empregador quanto ao risco do negócio.

Dentro do quadro regulatório supracitado, uma associação de costureiras cumpre com os regramentos que a caracterizam, social e juridicamente, enquanto pessoa jurídica de direito privado de interesse público – estatuto próprio, eleições periódicas, estrutura organizacional definida; está cadastrada como pessoa jurídica junto à Receita Federal; representa os interesses dos seus sócios e interage com outros organismos sociais – participa de projetos governamentais, programas de extensão/pesquisa universitários, capacitações. Por outro lado, essa mesma configuração torna ilegal a pura geração de trabalho, o exercício de atividades econômicas que garantam a renda de suas sócias, apesar de integrar o sistema produtivo no ramo de confecções. Por que então se privilegiou esse formato?

O que eu lembro mesmo é que alguém do Sebrae comentou que muitos empreendimentos trabalhavam desse jeito (associação), dizia que a gente não ia sofrer com a mesma burocracia de uma cooperativa, e como a gente trabalhava em grupo não podia ser empresa, né?! (costureira 1, associação A).

Aspectos importantes estão por trás desse comentário. Um deles é o de que modelo associativo se apresentaria mais adequado aos propósitos de gestão coletiva, de igualdade de participação no processo decisório e de divisão de sobras, de horizontalidade das relações em contraste com a hierarquia e a busca do lucro encarnadas na lógica de empresa. O discurso propagado pelas organizações interventoras e reproduzido pelas associadas prioriza o conteúdo à forma. Outro ponto está fundamentado na diferença de tratamento legal, contábil, tributário, econômico entre os formatos associação e cooperativa.

O estímulo à formalização de associações e, especificamente, ao registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) tem impactos para o SEBRAE em termos de incremento de atendimentos realizados por seus consultores e cumprimento de metas institucionais, e para as estatísticas oficiais que estimam números e cifras vinculadas a ocupações não formais e ao empreendedorismo. A informalidade aparenta recrudescer. A forma é o conteúdo.

Em termos legal-tributários, as associações constituem pessoas jurídicas sem fins lucrativos que podem exercer atividades econômicas desde que sejam meio de alcançar seus objetivos principais. Ou seja, a geração de recursos não é ilegal desde que sirva à manutenção das atividades e aos objetivos nucleicos da associação, estabelecidos em estatuto. O que deve ser observado é que toda e qualquer receita deve ser revertida em benefícios para a própria associação (reforma de sede, pagamento de custos fixos, pagamento de funcionário, por exemplo), impossibilitando a partilha explícita e direta dos recursos auferidos entre os sócios. Elas podem possuir imunidade – art. 15º da Constituição Federal às instituições sem fins lucrativos de educação ou de assistência social complementares às atividades do estado – ou isenção tributária – normas estabelecidas pelas leis 9532/97 e 9718/98, limitada ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Para acessar esse benefício, são requisitadas a correta contabilização das receitas e despesas, a apresentação anual da declaração de rendimentos para a Receita Federal, a conservação das escrituras e dos documentos contábeis por um prazo de cinco anos, e vedada a remuneração dos dirigentes. As inscrições – CNPJ, Estadual (se vender produtos), Alvará, INSS – e os tributos (federais, estaduais e municipais)

devem estar regularizados. Portanto, a constituição e o cumprimento de obrigações de uma associação não diferem daqueles demandados para uma empresa; em vias práticas, os órgãos competentes as analisam como micro ou pequena empresa.

Comparativamente, as sociedades cooperativas recebem tratamento mais minucioso que as associações porque legalmente possuem finalidade e atribuições econômicas. PIS (paga 1% sobre a folha de pagamento dos funcionários e, 0,65%, com não associados), FGTS (funcionários não associados), INSS (15% para associado inscrito na Previdência Social como autônomo e 20% sobre o salário base dos associados), fundo de reserva (10% das sobras líquidas do exercício) e de assistência técnica, educacional e social (5% das sobras líquidas) são acrescidos à lista de exigências.

Optar pelo formato “associação”, apesar de incompatível e restritivo com as finalidades de geração de trabalho e renda, denota escapar de trâmites administrativos, institucionais, burocráticos mais complexos, da fiscalização pública mais rigorosa, do atrelamento dos benefícios conjugados à relação de trabalho. Aqui, o critério de escolha está fincado na supremacia da forma em relação ao conteúdo.

Dessa maneira, o vínculo sócio-trabalhador e associação, consumando ato laboral, eclipsa direitos previstos em lei. Salário, gozo de férias, décimo terceiro salário, contribuição para a previdência social, licença-maternidade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aviso prévio e multa sobre o FGTS, em caso de demissão, horas extras, remuneração do trabalho noturno adicional, adicional de insalubridade e periculosidade, em casos específicos, duração do trabalho não superior a oito horas ou, no máximo, quarenta e quatro semanais, reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, seguro contra acidentes de trabalho são alguns dos direitos previstos em lei e que são obliterados na relação de trabalhadores associados com a associação.

Na prática, as percepções sobre o trabalho associado são traduzidas em vantagens e desvantagens. As primeiras estão relacionadas ao suposto distanciamento da relação de mando patrão – empregado no espaço laboral.

Nós temos nossa responsabilidade porque nós sabemos que somos donas. E a gente sabe onde quer chegar. E quando a gente é empregado, a gente sabe que tem que manter o horário, tem o patrão mandando. E a gente é obrigado a ir mesmo estando doente. E quando a gente é associada, a gente sabe respeitar quando a outra não está bem. A gente não tem ninguém para mandar na gente. (costureira 1, associação A)

As segundas são mencionadas pelas associadas, mas acrescidas de certo tom de pesar. Todas as entrevistadas “desabafam” ao tratar da inconstância da remuneração e a não proteção pela previdência social.

A gente luta para ganhar pelo menos o salário. Uma vez, eu e a vice tiramos cada uma um salário e pagando as despesas. Isso foi por conta de nossa força de vontade. Trabalhamos de domingo a domingo. Se todo mundo (associadas ausentes) tivesse aqui podia dar um pouquinho para cada. Mas como não tem, também fica mais para a gente dividir. (costureira 1, associação A)

Quero pagar o INSS para quando a gente ficar velhinha. Tem vezes que a gente gasta dinheiro com coisa que nem precisa. Acho justo, correto. Antigamente eu achava que não. Vale a pena pagar. Tem a questão de você ficar inválida, um acidente de trabalho. Se eu ficar hoje doente, eu não tenho como ganhar dinheiro. (costureira 2, associação A)

Eu deixei de pagar meu INSS. Tô pensando em pagar agora como autônoma. Hoje eu estou pensando melhor e vou começar a pagar como autônoma. (costureira 1, associação A)

Quiçá os demais benefícios sociais não tenham sido explicitados pelo fato de parte das mulheres entrevistadas não terem tido experiência de vínculo empregatício prévio consolidado ao trabalho associado e das outras estarem inscritas em situação de informalidade há alguns anos.

Diluídas na miríade da “irregular formal-informalidade”, as associações cunhadas em prol da geração de trabalho e renda são transformadas peças precarizantes porque escamoteiam e burlam relações trabalhistas, tornando-se estratégicas para a redução de custos do empresariado.

4.7. Condições de trabalho e de saúde

No endereço residencial a associação ocupa o piso térreo da laje de três pavimentos. Não há qualquer identificação externa que remeta à atividade ali exercida. Ao adentrar o pequeno portão de entrada, em poucos passos depara-se com outra grade vazada maior, trancada por cadeados. Cortinas de cor vermelha exercem a função de porta, ocultando e deixando ver, em movimentos incertos, o que é de dentro e o que é da rua. No ambiente interno, uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro. No vão principal, foram postas as máquinas de costura, araras de roupas de malha prontas para comercialização, bustos de manequins, prateleiras, armário. Os quartos servem ao mesmo tempo de depósito de tecidos, linhas excedentes de produção anteriores, de máquinas ociosas por falta de manutenção, bem como de estoque temporário dos fardos de roupas encaminhados pelas empresas contratantes. A cozinha, composta por geladeira e fogão, garante o conforto do acondicionamento e o aquecimento da alimentação trazida de casa pela manhã. A fronteira entre o banheiro e o restante da casa dá-se por uma cortina colorida vaporosa, pois a porta outrora afixada despencou por ação de cupins e desde então conserto não foi realizado pela locatária do imóvel, apesar de informada do evento.

Paredes de tinta envelhecida, descascadas, povoadas de infiltrações. Ar morno e rarefeito decantado pela ação lenta e ruidosa das pás de um velho ventilador de teto. Pó de tecido estacionado na sala de três metros quadrados, que tem sua única janela vedada por motivo de segurança. A instalação elétrica, desencapada e exposta, incompatível com máquinas de alta potência e de alta voltagem (220V), mostra-se também insuficiente – se mais de cinco forem acionadas, o fusível de energia cai, deixando a associação e a casa da inquilina, no andar superior, às escuras. Tubulações deterioradas que, em períodos chuvosos, expulsam populações de baratas e ratos, que além de transmitirem doenças, se abrigam entre e roem os panos, meios de trabalho primaciais. Foco de luz escasso e longínquo de olhos míopes e cansados, pousados sobre a máquina de costura.

Mas condições de trabalho mais complicadas seriam acatadas se os custos fixos do imóvel não corroessem grande volume de recursos da associação – cerca de quinhentos reais mensais. Esse “dispêndio” interfere de tal modo no cotidiano do empreendimento que, se por um lado, materializa a sua existência e permite a

continuidade do trabalho coletivo, de outro, regula os planos e justifica aqueles não alcançados. A obrigatoriedade do pagamento mensal de água, luz, telefone, aluguel da casa é tratada como elemento inibidor da sustentabilidade faccionista. E este ônus, em particular, é considerado o anti-herói do futuro pretendido pelas costureiras. Estas submeter-se-iam a provações piores, mesclando num mesmo discurso a necessidade econômica e um tom de sacrifício (“Deus ajuda a quem cedo madruga”, “Deus proverá”), se esta despesa deixasse de ser uma preocupação, mesmo que se tornasse a de outrem, o governo, por exemplo.

A nossa estrutura não é boa. A gente devia ter uma estrutura mais reservada de escritório. Um lugar com a cara da associação mesmo. O local não é o ideal para a gente porque também a gente não tem condições de pagar por lugar melhor, por isso, nós estamos aceitando trabalhar num lugar assim. Se viesse algum dinheiro de projeto, ajudaria muito. A gente até se apertava mais. (costureira 2, associação A)

O ambiente escuro e pouco ventilado conjugado ao pó expelido no manuseio da máquina overlock favorece a manifestação de alergias e doenças respiratórias nas associadas da associação A. Rinites e sinusites, coceiras e erupções na pele tornam-se problemas mais agudos no inverno, quando as infiltrações nas paredes e a umidade do estabelecimento fazem perdurar o efeito de abafamento já provocado pela obstrução de ar. A inexistência de janelas também isola os cômodos internos de captação de luz solar, o que requisitaria uso ininterrupto de energia elétrica para clarear o espaço. Contudo, economizar e reduzir custos fixos tornam-se ações prioritárias, e lâmpadas são suprimidas ou opta-se adiar sua ligação o máximo possível, mesmo considerando o gradual consumo da visão das costureiras.

“Nunca tirei férias, quer dizer, só quando eu fiquei internada no hospital” (costureira 1, associação A). Eis o diagnóstico de ambiente de trabalho com sintomas agudos de precarização: quando o período de recuperação de uma doença, seja ela adquirida ou potencializada por condições laborais inadequadas, é percebido como sinônimo de férias. A associada comenta que a urgência e a pressão para entrega de remessa de roupas de festejos juninos no ano de 2010 lhe usurparam o horário do almoço e a alimentação saudável. Comia biscoitos recheados, “salgadinhos”, em intervalos curtos, estabelecidos aleatoriamente, sem se despregar da cadeira à frente da máquina de costura. No início, sentia somente desconfortos; posteriormente, momentos de dores abdominais foram sofregamente alongados com

o intuito de “dar conta da costura e não deixar o cliente na mão”, comenta. O silencioso problema vesicular adquiriu status de gravidade cirúrgica. Entre internamento, UTI, quarto de hospital e resguardo no lar decorreram cerca de trinta dias. E como acordado entre as associadas, quem não produz, não recebe remuneração. E, num certo tom de pesar, costureira 1 completa: “por outro lado, quando eu não ganho dinheiro, minhas contas ficam todas paradas; tenho que apelar pro meu marido ou fico devendo na praça.”

No Brasil, a principal fonte de dados estatísticos sobre acidentes de trabalho é provida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), fato limitador por dois motivos: a) contempla somente eventos relacionados a trabalhadores contribuintes (com carteira assinada), fazendo sombra sobre os fatos ocorridos com os trabalhadores informais, mais da metade da PEA, e b) dentro desse universo de informações já restrito, o registro da ocorrência depende da empresa cadastrada, esta podendo optar por não fazê-lo em casos menos sérios.

Quando cortes, feridas e acidentes decorrentes da atividade laboral deixam de constar nas estatísticas oficiais, serenam possíveis questionamentos e reivindicações por parte da classe trabalhadora e acanham a constituição de *corpus* regulatório e a fiscalização pelos órgãos competentes. Ao passo que as grandes corporações alavancam medidas de segurança de diversas ordens para aderir programas de qualidade total e disseminar uma imagem pública positiva. Dessa maneira, a precarização que ronda as redes de subcontratação e suas teias ilegal-informais desclassifica os trabalhadores de condições de vida salutar, destinando-os a pecha de categoria menor ou subclasse. Essa estratificação, entre abonados e despossuídos, define quem pode e não pode conciliar saúde e trabalho.

4.8. Degradação da remuneração

Por lei, o salário, descrito como mínimo e nacionalmente unificado, deveria ser capaz de

atender às suas (trabalhadores) necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o

poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, p.21)

Quinhentos e quarenta e cinco reais – R\$ 545 – é a cifra do corrente ano, estipulada para jornada de oito horas diárias ou, no máximo, quarenta e quatro semanais no Brasil. Declinando, neste momento, aprofundar comentários acerca incompatibilidade do referido valor com o que a lei contempla e com as necessidades de reprodução da vida, o parâmetro “salário” é entronizado prêmio maior de uma verdadeira caçada, diante do acirramento da competição da massa de trabalhadores por vagas de trabalho, num país historicamente caracterizado pela informalidade e inserido nos apocalípticos tempos de desemprego estrutural. Mais que uma medida objetiva, que determina o poder de troca do trabalhador no mercado de bens, ele é percebido, pelo imaginário social, como signo de valorização e reconhecimento pessoal através do trabalho. A sobrevivência biológica e o sentido do existir psicossocial são perseguidos e materializados na relação salarial.

Esse cenário, já mínimo, é atípico na facção.

É a maior vergonha o preço pago para um fardamento. Um real, um real e cinqüenta, no máximo. Eles (empresas) trazem todo o material. Mas a gente já colocou linha nossa, elástico, e eles dizem que vão repor, mas depois não repõe isso não. (costureira 2, associação A)

Baseada no pagamento por peça, a facção resgata uma forma típica de remuneração e de trabalho da manufatura em favor da redução de custos para o empresariado nos tempos de acumulação flexível. O pagamento do trabalhador está atrelado à quantificação de energia vital ali aplicada. Ao impor o valor da peça e pagar pela produção individualmente, o empresário contabiliza o preço de uma mercadoria específica, que é a força de trabalho. Tendo a produtividade como fio condutor da rentabilidade, a prática faccionista implica necessariamente intensificação e aumento da jornada de trabalho, tornando “mais viva a unidade entre mais-valia absoluta e relativa, que oculta ainda mais as formas de exploração do trabalho com base na subsunção formal do trabalho pelo capital” (COLLI, 2000, p.15).

As associadas reconhecem que a competitividade no segmento do vestuário é grande e que, por isso, precisam lidar com a média, já aviltante, de preço do mercado. Recorrer à negociação, por outro lado, pode implicar perda de “encomendas” para o exército de trabalhadores independentes e de empreendimentos produtivos que irrompem nas periferias urbanas das grandes cidades brasileiras.

A gente não quer ser uma mão de obra assim tão cara porque a gente sabe que também não pode ser muito cara, mas também não tão barata. Alguns dos empresários vem aqui na porta trazer a encomenda. Eles sempre definem o preço da facção. Às vezes tem negociação. Mas quando a gente chega e diz que tá muito barato e que por esse preço não dá para pegar, eles chegam na cara da gente e diz “se vocês não querem pegar, tem aqui na frente outras que pegam.” Como nós pagamos aluguel, a gente fica a mercê deles. Para manter a associação viva e pagar nossas despesas, nós somos obrigados a pegar. Porque se a gente não pegar, tem outros lá que pegam. Se tivesse essa união das costureiras, para não pegar, eles [empresários] não chegavam para a gente para dizer isso. Eu já ouvi muito isso. E eles não voltam atrás. (costureira 2, associação B)

Ao forjar a condição de rivalidade entre os empobrecidos e a deterioração da remuneração, o capital esgarça as possibilidades de ação coletiva organizada. O empresário age conscientemente de acordo com as leis de mercado e de exploração da mais-valia, e os trabalhadores são induzidos à reprodução da lógica individualista, os quais devem priorizar quase que exclusivamente o ciclo de sobrevivência.

Quanto mais o trabalhador produz, maior é a possibilidade de obter retorno financeiro, o que provoca acatamento das demandas empresariais que porventura surjam. Tal fato potencializa as chances de auto-exploração, transferindo a responsabilidade para os trabalhadores por sua própria remuneração, exaustão, enfermidade. Além da própria renda, as associadas precisam cumprir com as obrigações advindas da manutenção física do empreendimento.

A gente trabalha e tira a despesa – aluguel, luz, telefone – tudo dá R\$500. Tirando isso tudo sobra R\$ 200/250 para cada uma que trabalhou. Mas agora, nesse mês, se muito nós vamos receber cada uma R\$100. Mas se a gente não tivesse a despesa do aluguel, que é pesada... Para ganhar um salário mínimo a gente teria que cortar todas as despesas ou então ter um dinheiro extra, de projeto, para pagar as despesas. (costureira 1, associação A)

A (sub)remuneração oscilante das associadas e os custos fixos da sede da associação compõem o destino primacial das receitas obtidas com a facção. A incapacidade de fazer reservas financeiras faz com que a associação não tenha condições de investir, de privilegiar produção própria, o que reduz a possibilidade de autonomia da produção frente às empresas de fardamento. E mesmo se o fizessem, a sonho estaria comprometido por conta da baixa qualificação da mão-de-obra, da falta de capital de giro, da concorrência, do inchaço do mercado etc.

A meta de ir além do salário mínimo somente foi alcançada pelas associações pesquisadas quando compartilharam a produção de uma “encomenda”.

A maior renda que a gente já teve aqui na associação foi quando a UFBA teve um evento e mandou fazer umas bolsas de algodão cru, com chita e tira de esteira. Foi nosso presente de Natal; cada associada ganhou mais que um salário inteiro (costureira 4, associação B)

Mas a costureira salienta: “deu muito trabalho; a gente colocou alça fora do lugar, comprou tecido a menos. Foi uma confusão porque o pessoal queria uma coisa de mais qualidade”.

As mulheres, associadas de um empreendimento, administradoras dos meios de produção, donas de negócio faccionista subcontratado e que subcontrata, trabalhadoras dependentes dos ditames empresariais vivenciam simultaneamente os papéis de pequenas capitalistas, de empregadas disfarçadas e de si mesmas. As idéias de autonomia da associação e da vigência de relação comercial bilateralmente acordada escamoteiam o papel central de exploração de mais-valia pelo capital.

O trabalhador se sente mais livre porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão, como ocorria antes no interior das grandes fábricas. Trata-se de um indivíduo que trabalha em seu próprio local de produção, sem ninguém para vigiá-lo ou dar ordens. É também o ‘patrão’ de si mesmo, dono de seu próprio negócio e igualmente livre porque é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração da jornada de trabalho. Na condição de vendedor de seu ‘trabalho objetivado’, sente-se um comerciante, parceiro de seus antigos empregadores. Como parte dessa nova lógica do capital, o novo façõnismo, enquanto terceirização da produção, repõe, sob novas bases, as leis da igualdade, liberdade e propriedade” (COLLI, 2000, p.100)

Diante da persistência de sobras parcas e flutuantes, algumas associadas recorrem a estratégias de incremento da renda. Atividades de representação de empresas de cosméticos e utilidades para o lar (Avon, Natura, Hermes) e reformas fortuitas de roupas da vizinhança com a máquina familiar são pequenos “ganhos” individuais, que exigem o desempenho de multiplicidade de tarefas num tempo cada vez mais controlado. O tempo livre, necessário para o convívio familiar e encontro com outras esferas da vida para além do trabalho, é percebido como perda de dinheiro. Conseqüentemente, o tempo social é consumido pelo tempo econômico.

Os benefícios vinculados a programas de transferência de renda para as associadas mães de filhos menores (máximo R\$ 120/mês) são aplicados na melhoria da alimentação familiar e na compra de material escolar.

A sujeição a trabalhos precários reforça a dependência dessas mulheres aos proventos do marido para o sustento da casa. As pensionistas e as aposentadas fazem da facção sua complementação de renda. De outro modo, não seria possível permanecer na associação.

Eu tenho meu marido que paga todas as despesas de casa. O que eu ganho aqui é um extra que eu coloco aqui dentro de casa. Se eu tô por aqui até hoje é por amor, acreditando que um dia eu vou chegar lá. E eu vou chegar lá ganhando mais que o salário. Eu acredito ainda no que eu estou fazendo. Um mês dando e outro não, eu seguro as pontas. (costureira 1, associação A)

Nessa perspectiva, o trabalho feminino é percebido como complementação à renda do marido, mas em condição subalterna, tutelada.

4.9. Trabalho menos qualificado

As associações aqui analisadas surgiram da empreitada de uma capacitação e, desde lá, os nomes de suas dirigentes são cativos de quase todas que foram e são ofertadas por organizações interventoras no território. O conteúdo, a metodologia, a carga horária são os mais diversificados; os cursos espraiam terapia grupal, tópicos de conhecimento geral, abordagens teóricas, habilidades técnicas voltadas para o trabalho.

Esses cursos são muito interessantes. Eles falam muito do trabalho de grupo, né?! Aí vai caindo a ficha de que o caminho é o trabalho em grupo mesmo. Até porque sozinha, como eles dizem, o governo não dá máquina, espaço, essas coisas. (costureira 4, associação B)

Aqui é possível afirmar que o produto “associativismo” é negociado como via de obter benefícios junto aos governos. O ideário de novo modelo de organização social para o trabalho é a estratégia traçada para alcançar êxito.

“Em ‘associativismo’ são, pelo menos, 5 certificados”, comenta Marlene, orgulhosa da façanha. O acúmulo de certificados causa sensação de segurança por a) materializar a busca de aprendizado e habilidades, b) por comprovar a alardeada “participação”, c) por indicar proatividade e “interesse de melhorar”, d) por destacar o sujeito de seu grupo, e e) o mais importante: por servir como diferencial competitivo caso infortúnios na associação obriguem a costureira a disputar, novamente, um posto de trabalho formal.

A abundância e a variedade dos cursos, entretanto, não estão respaldadas nas necessidades e reivindicações das associações de costureiras. Eles são elencados com base naquilo que as organizações interventoras sustentam como prioridade em seus projetos. Assim, as capacitações técnicas voltadas para o campo do vestuário tendem a reforçar conteúdos programáticos endereçados ao público principiante, perfil destoante do de costureiras já inseridas em associações há alguns anos. Manuseio de máquina reta e overlock são os treinamentos mais comuns porque o custo é relativamente baixo – uma costureira habilidosa pode ser transformada em instrutora e os equipamentos são encontrados com facilidade. Por outro lado, nenhum curso em modelagem e corte, fases que imprimem qualidade à costura, foi cogitado. Ele exigiria longa carga horária, instrutores especializados e fornecimento de variedade de insumos.

Nós mudamos 100% na qualidade da produção desde que começou a associação. E na rapidez também. A cara da associação é outra. Estamos sempre melhorando. No passado, no começo, a associação tinha a fama de “costureiras mamão”, ou seja, costureira que não tem boa qualidade. Hoje, a associação tá sendo referência, estamos em outro patamar, diferente do das outras associações que a gente conhece. É um grande avanço. Tenho orgulho de dizer isso. A gente aprendeu com as críticas. (costureira 1, associação A)

Esses ciclos de re-capacitação reforçam o aprendizado adquirido com a experiência prática, mas não ampliam as competências das associadas. Estas aprimoram a agilidade, mas não conseguem ter domínio de todas as etapas do processo de produção. As qualificações, dessa maneira, desembocam na super especialização e na automatização da associada. Na área do vestuário, inclusive, diferencia-se a costureira da operadora de máquina. A segunda é hábil na máquina de costura e a primeira, além de agregar essa característica, tira as medidas do corpo da cliente, sugere modelos de roupa, traça os moldes, corta, alinhava, customiza.

Nós não trabalhamos com tudo da costura. A gente trabalha mais com facção, que já vem tudo cortado em pedaços. A gente não faz modelagem, corte, mas quando precisa de se fazer alguma coisa para a comunidade, não todas as associadas, mas eu faço. Mas nossa habilidade mesmo é na costura reta. (costureira 1, associação A)

A qualidade do produto final não é o foco das faccionistas nem dos empresários por motivos diferentes: de um lado, as associadas prezam a concretização das etapas do processo produtivo no tempo estabelecido; de outro, a apropriação de trabalho barato compensa as falhas grosseiras encontradas nas peças. Percebe-se, dessa forma, que o uso da estratégia de subcontratação privilegia a redução de custos e não necessariamente o aumento da qualidade, como propõe a visão empresarial-gerencial.

4.10. Jornada de trabalho extensa, equipamentos defasados e aumento da produtividade

Nós conseguimos fazer entre 50 e 70 fardamentos por dia, a depender do tipo de fardamento. Começamos às 7h30 e vamos até às 17h30. Nós tiramos uma hora de almoço, às vezes. Mas nós já chegamos a ficar aqui até umas 9, 10 horas da noite para dar conta de encomenda. Sábado ficamos até meio dia. Hoje não trabalhamos mais domingo, mas já trabalhamos, principalmente, na época do carnaval. A gente deixou de fazer isso porque todo mundo se divertindo e nós aqui trabalhando. Assim não dá! (costureira 1, associação A)

Sazonalidade e sobretrabalho são elementos constituintes da pendular jornada de trabalho das faccionistas. Enredadas na escorregadiça produção sob encomenda, estão volúveis diante das exigências e do tempo do empresariado. Não há como planejar, interferir, negociar mínima parte, o quando e o quanto da produção. A conquista da maturidade no ramo, como as associadas enaltecem, permite que façam uso da espera. Apesar de calculado, afirmam que é “luxo arriscado”. Ainda

iniciantes, precisavam recorrer às táticas do segmento das sacoleiras: percorriam comércio em comércio, empunhando peça piloto e “oferecendo os serviços”. Quando os resultados dessas visitas mostraram-se infrutíferos, os pequenos consertos (bainhas, ajustes, colocação de botões) foram assumidos, apesar do pouco entusiasmo (esta não é uma área que garanta status ou altos proventos para uma costureira hábil).

Seis máquinas retas industriais (3 quebradas), três overlock (1 quebrada), duas galoneiras (1 quebrada), uma zigzag, uma duas agulhas, duas interlock (1 quebrada), uma elástiqueira. O funcionamento das máquinas é motivo de preocupação constante das associadas pela própria importância que possuem para a continuidade da engrenagem de produção. Entretanto, nenhuma ação prática em torno da manutenção preventiva reflete esse cuidado. Os recursos parcos advindos da facção e a sua sazonalidade não permitem o planejamento e a formação de reserva ou de fundo específico para esse fim. Conta-se, antecipadamente, com os instrumentos de trabalho em plena operação; não se conjecturam anormalidades, quebras, perdas. Mas se elas ocorrem no transcorrer da tarefa, improvisos são arranjados – o técnico da manutenção é chamado e elas solicitam “fiado”, peças defeituosas são repostas por outras de “ferro velho” ou de máquinas ainda mais antigas. E, muitas das vezes, as soluções provisórias são tornadas definitivas.

Nenhuma avaliação da capacidade produtiva do empreendimento foi realizada, mas diante da diversidade e da tipologia do maquinário estima-se que ali estejam dispostas as condições operacionais para a instalação de fabriqueta de confecções com produção de 150 peças/dia.

As associadas, por outro lado, consideram que estão “atrasadas”.

A gente ficou muito defasada na velocidade da produção porque a gente não tem as máquinas. Se a gente tivesse uma máquina de fechamento, a gente não gastava o mesmo tempo que tem que ir para a interlock, voltar para as duas agulhas, botar o elástico e ir para a elástiqueira. Porque se era para uma pessoa fazer a peça em 10 minutos, você gasta 50 só por não ter uma máquina moderna. (costureira 1, associação A)

Nós deixamos de pegar facção de uma empresa por não ter máquina de casear e nem de travecar. Já perdemos trabalho também por não ter máquina de bordar. A gente ainda está atrasada no maquinário. Precisamos de

máquina nova. Mas isso não impede que a gente trabalhe. Mas o trabalho é mais demorado. O tempo demora mais.(costureira 2, associação B)

Quando o contratante aponta determinado tipo de equipamento, ele supõe contar com o arsenal que estrutura uma fábrica de grande porte, com máquinas específicas, de alta produtividade e de alto valor. Impõe condições às associações e, muitas vezes, “desiste” de algumas por estas não acessarem as inovações e os incrementos do mercado de equipamentos do ramo de confecções. Exige eficiência desde que o ônus não lhe seja imputado, que fique a cargo de outrem, pois assim se descompromete dos custos inerentes à aquisição de equipamentos e contratação de pessoas.

Acessar tecnologia para ganhar eficiência e competitividade prevê mecanismos e capacidade de acumulação, situação hoje, destoante da vivenciada pelas associações de costureiras. Mas a réplica empresarial encontra soluções à altura: promove o Estado a agente primacial do “desenvolvimento social” e estimula as mulheres a exercer cidadania. “Eles chegam aqui colocando o que deve e não deve ser feito. Quando a gente diz que não tem a máquina que ele quer, ele pergunta o porquê da gente não pedir ao governo. Fala assim: ‘já não conseguiu isso aqui tudo?! É só pedir mais’”, comenta costureira 3. Percebida como alternativa legítima, as mulheres acionam as organizações interventoras que as acompanham e pedem apoio na confecção de projetos que possam ser submetidos a órgãos governamentais, editais públicos; consideram que o pedido será acatado, principalmente por estar justificado no perfil de “mulheres negras, mães de família, pobres, da periferia, que querem trabalhar”, como diz costureira 1.

Fatura de máquina, escassez de patrimônio. Cedidos, em sua maioria, pelo governo estadual, os equipamentos estão apenas sob a tutela da associação. Ela usufrui o bem enquanto a finalidade pública estiver sendo cumprida ou o financiador/gestor, também justificado pelo juízo público, requeira sua devolução. Por se tratar de cessão, a posse formal está vinculada ao remetente e não ao destinatário do benefício. Não há como vender ou permutar algo sem a prévia ciência e autorização do órgão concedente.

4.11. Quadro Síntese

As análises aqui realizadas não escapam das tendências das pesquisas relativas à precarização do trabalho no segmento das confecções. Sinteticamente, em Itapagipe, o processo de reestruturação produtiva no setor deu-se prioritariamente sob a forma de subcontratação da mão-de-obra feminina, estratégia das empresas na busca de redução de custos, especialmente dos encargos trabalhistas. A “modernização” baseou-se mais no rejuvenescimento de velhas práticas e processos de trabalho - facção - por meio de novas modalidades – associações produtivas - do que necessariamente na implantação de inovação tecnológica. Instabilidade, insegurança, ilegalidade, jornadas extensas de trabalho, condições de trabalho degradantes, remuneração aviltante, baixa qualificação, desorganização da ação coletiva, trabalho sem registro são características do processo de precarização em andamento.

Convergências são confirmadas, levando-se em consideração o contexto macro de acumulação flexível e as atuais mudanças no mundo do trabalho. Mas o jeito itapagipano de faccionar lida com particularidades e efeitos específicos. Alguns deles merecem destaque:

- O uso do formato jurídico “associação” para atividades de inserção sócio-produtiva e consecução de objetivos econômicos. A atuação, mais próxima da função da cooperativa, pretende conectar alternativa frente ao desemprego, geração de trabalho e renda, processos decisórios democráticos e meios de escapar dos custos e exigências institucionais da formalização de uma cooperativa. Porém, esta opção navega entre a irregular “formal informalidade”, a inexistência de amparo social para as costureiras e a prestação de serviços, esporádicos e baratos, para empresas de fardamento. Nesse sentido, a associação torna-se funcional para a reprodução do capital quando substitui relações empregatícias por outras mais precárias. A inexistência formal de dominação patrão-empregado aparenta igualdade, liberdade, propriedade (COLLI, 2000) nas relações, que são vistas pelo lado meramente comercial, mesmo que na prática reforcem exploração e subordinação reais. Independência disfarçada, autonomia tutelada.

Ideais de participação, cultura democrática, divisão equitativa de sobras convivem com as noções de meritocracia, de êxito de acumulação financeira, de “se tornar empresária com empregados”. As associadas atuam como administradoras de meios de produção, trabalhadoras do próprio negócio e autônomas, enveredando pelos caminhos disponíveis de acesso a recursos financeiros. Essas mulheres buscam condições de manter-se na lógica atual e a reproduzem; são subcontratadas que também subcontratam. Elas vivem, expressam, reforçam contradições inerentes ao modelo hegemônico.

- **A conjugação de processos como o pagamento por peça com processos tayloristas-fordistas** - produtos em série, standardizados, com controle rígido dos movimentos e do tempo, em linha de produção, especialização do trabalhador – **e flexíveis** – flexibilidade de atendimento de demandas oriundas da empresa contratante, comportamento de envolvimento e colaboração dos trabalhadores em torno da produção - **na facção em prol da redução de custos da produção, aumento da produtividade e potencialização do poder de competitividade das empresas contratantes no mercado.** A extração de mais-valia dá-se, majoritariamente, por meio do aumento da jornada de trabalho (absoluta) e do aproveitamento do que vem se a tornar o regime de trabalho flexível na produção (relativa).

- **A facção enquanto medida provisória-permanente de sustentação no mercado de trabalho para as associações.** O que parecia compor um “estágio inicial” foi transformado em solução definitiva. O esfacelamento da produção cria um fosso entre concepção e execução, e o produto final, propriedade de outrem, torna-se alheio e estranho para seu produtor. Perde-se a compreensão da totalidade dos processos e do próprio ato laboral.

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo ‘envolvimento cooptado’, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria (ANTUNES, 2008, p.40).

Remuneração parca, venda de trabalho objetivado, dependência dos interesses da empresa contratante são percebidos como ordem “natural” das coisas. As ambições, apesar de continuamente reproduzidas nas falas das mulheres, não encontram factibilidade diante do quadro geral de fragilidades internas e da conjuntura acirrada macro. O projeto de maior duração é o compromisso de manter “vivo” o empreendimento, é a responsabilidade com a produção, o que transforma as associadas objeto de sua criação. E as organizações tornam-se instrumentos de tirania e fonte de precarização.

Nas associações pesquisadas, a facção adquire gradações de exploração. Além da venda da força de trabalho, as associadas disponibilizam e aplicam insumos próprios, na ausência da entrega pela empresa contratante. O prejuízo é relativizado frente à possibilidade de perda do “cliente”.

- O estímulo governamental, por meio de programas/projetos/ações ou do financiamento e do apoio de organizações, ao fomento de iniciativas calcadas no auto emprego, induzindo que determinados territórios dêem respostas sustentáveis à condição de vulnerabilidade. Os exemplos aqui elencados dão a entender que o financiamento e o apoio estatal bem como a atuação das organizações interventoras tem conduzido à precarização da força de trabalho, apesar de pautadas nos discursos de solidariedade e sustentabilidade. A ação das organizações interventoras tende a legitimar a reprodução do capital, quando desonera o empresário dos custos de capacitação e prepara associadas, objetiva e subjetivamente, para cumprir seu papel de faccionista. Num ciclo vicioso, os empobrecidos são mantidos beneficiários de projetos.

Tendo se constituído como o mais poderoso e abrangente sistema de metabolismo social, o seu sistema de mediação de segunda ordem tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema (ANTUNES, 2009, p.24)

Os exemplos aqui elencados dão a entender que o financiamento e o apoio estatal bem como a atuação das organizações interventoras têm conduzido à precarização da força de trabalho, apesar de pautadas nos discursos de solidariedade e

sustentabilidade. A ação das organizações interventoras tende a legitimar a reprodução do capital, quando desonera o empresário dos custos de capacitação e prepara associadas, objetiva e subjetivamente, para cumprir seu papel de faccionista. Os empobrecidos, assim, permanecem beneficiários cíclicos de projetos. Ainda que o Estado tenha o papel histórico de cumprir sua função distributiva, atuando como agente redutor das desigualdades sociais e econômicas, em especial, arrefecendo o conflito capital – trabalho, aqui ele aparece como mantenedor de lógicas exploratórias. No curto prazo, não se vislumbra cenário possível de emancipação nos contextos aqui tratados.

Se houver um exercício de adequação das prescrições do campo técnico-teórico da sustentabilidade para a lógica da facção, ocorrerá a narração de uma antítese; uma decodificação às avessas. Desta forma, é possível perceber que o discurso da sustentabilidade é algo ainda distante e, quiçá contraditório nos moldes atuais, diante dos empreendimentos formados a partir de contextos de empobrecimento, permeados da ausência de direitos e de invisibilidade social.

Abaixo, algumas dimensões da sustentabilidade, narrativa alicerce da gestão hegemônica, que precisam ser analisadas para a compreensão do fenômeno.

Dimensão econômica – Esta dimensão, em termos técnicos, compreende a gestão eficiente dos recursos, sejam eles monetários ou não, necessários à consecução da missão organizacional. Neste âmbito, são encaixados produtos e serviços comercializados, doações recebidas que viabilizam a sobrevivência da organização com menores riscos/incertezas a longo prazo. No campo da facção, entretanto, a eficiência sucumbe frente à realidade da **gestão da escassez**, principalmente dos recursos monetários, que são “paridos” mensalmente para pagamento das contas fixas da associação (aluguel, água, luz). Costumeiramente, a remuneração de cada mulher flutua e não ultrapassa os 200/250 reais mensais, alcançados com jornada que excede às oito horas de trabalho e fora de condições seguras e saudáveis. Desta forma, é possível perceber que a facção: 1) é incapaz de sustentar os próprios custos de manutenção de produção; 2) impede tentativas de geração de recursos próprios, ficando a associação atrelada ao intermediário numa relação de parasitismo.

Dimensão técnica - Consoante Siqueira (2007), o fortalecimento da perspectiva técnica da sustentabilidade institucional está relacionado à capacidade da organização de se pensar estrategicamente, bem como ao grau de participação encontrado neste processo. Neste contexto, são compreendidos processos de gestão da organização e qualificação de seus membros. Sob a lógica da facção esta dimensão é, no mínimo, limitada porque as mulheres são convocadas a trabalhar de acordo com sua “especialidade” (quem costura zíper somente costura zíper; quem coloca gola somente costura gola – um arranjo híbrido que concilia o fordismo num contexto de flexibilização), cada qual conduzindo as atividades de forma quase mecanizada para garantir que a encomenda seja entregue em tempo hábil. Tal situação torna-se flagrante que existe uma diferenciação entre operadora de máquina de costura (associada que trabalha somente com costura reta, com perfil de baixa qualificação técnica) e costureira (associada que compreende todo o processo que comporta a costura, agregando inventividade ao produto final). No ritmo de contexto apresentado, torna-se pouco possível a prática da sistematização e repasse do saber, como propõe os estudos na área de gestão de pessoas. Ainda sobre a dimensão técnico-organizacional: dentre as funções clássicas da teoria da administração, controlar é aquela função mais observada por estas associações, desde quando relacionada à pontualidade da entrega da produção, à redução de gastos; as outras, como planejar, organizar, liderar, não podem e não são exeqüíveis porque o cotidiano das associações gira em torno do cumprimento das regras do jogo do patrão “biônico”.

Dimensão política – Nas associações que trabalham sob o prisma da facção, esta parece ser uma configuração bastante fragilizada já que a dispersão das etapas produtivas da cadeia produtiva inibe a mobilização das associações em torno de melhores condições de trabalho. O nível predatório de relações de trabalho também é encontrado nas relações entre as próprias associações. Os mesmos empreendimentos que não possuem “corpo técnico” suficiente e adequado para uma demanda sobressalente, encaminham esta para outras costureiras. São subcontratadas que subcontratam. A associação âncora, portanto, torna-se uma intermediária em segundo grau, supostamente com legitimidade para explorar este “nicho de mercado”, por ser a captadora de encomendas. A dureza da lógica

mercantil e seu caráter sistêmico não faz dos empobrecidos necessariamente solidários.

Dimensão jurídico – legal – Na facção, o vínculo do empresário com o modelo jurídico de associação é tático em vista das relações trabalhistas não se basearem na adoção da CLT, implicando a não observância de direitos e deveres da trabalhadora (exemplo: por se tratar de atividade extremamente repetitiva, tem provocado incidência de doenças laborais (DORT, LER) que não tem cobertura pela Previdência Social). Além disso, o negócio facção torna-se sustentável para o grande empresariado porque não está lastreado em contratos, assinaturas, notas fiscais. E como as associações não estão aptas a comercializar como atividade finalística (Novo Código Civil), apesar das exceções também previstas em lei, o estabelecimento de qualquer relação comercial formal também incorreria em ilegalidade.

Dimensão social – Dentre todas as variáveis elencadas, esta parece ser a menos ausente. Apesar de paradoxal, a atividade facção, tão fracionada, permite a sociabilidade das mulheres associadas, com trajetórias pessoais similares (situadas nas franjas da “idade economicamente ativa”). Como os laços de pertencimento estão tão esgarçados no seu meio social, a interação entre estas mulheres garante um meio de convivência grupal e de reconhecimento de si (**dimensão afetivo-emocional-relacional**) mesmo que isto implique trabalho em condições bastante precárias. Naquele espaço físico, é possível a construção de identidade mais autônoma, mesmo que regulada pelos maridos, que questionam veementemente o exercício de atividade mal remunerada fora dos muros do lar. No final das contas, apesar da natureza diferenciada das atividades, a facção funciona como uma extensão dos afazeres domésticos – uma atividade pouco reconhecida, parcamente remunerada e condicionada por papéis sexuais.

Insustentável crueza do coser, sustentável precarização do trabalho no capitalismo flexível. Eis que se verifica a atualidade da maior das contradições: trabalho-capital. Não caduca, como supunha alguns segmentos sociais, porque a lógica que a estruturou também não perece, apesar do incessante claudicar. Deste modo, é possível afirmar que este viés de empreendedorismo social parece ser mais uma

narrativa de adaptação à nova ordem velha de relações exploratórias de trabalho do que propriamente uma via de emancipação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de confecções tem inclinações à alta divisibilidade de tarefas e à dispersão dos processos de trabalho, caracterizando-se historicamente pela subcontratação da produção. Essa tendência foi potencializada e assumiu papel central em tempos de acirramento da competitividade no mercado globalizado e de reestruturação produtiva no capitalismo flexível, adquirindo novos contornos e características no Brasil a partir de 1990.

A pesquisa realizada revela que as mudanças em Itapagipe conjugaram a permanência de práticas tayloristas e o uso intensivo de trabalho feminino, a revitalização do processo faccionista e a introdução de novos formatos de flexibilização do trabalho, como as associações.

Aparentemente livre, independente, autônomo, emancipado, o associativismo produtivo é marcado, na prática, por relações de subordinação às condições de produção do grande capital, as quais são reguladas pelo mercado e que reproduzem a desigualdade entre classes. Para as empresas, a subcontratação da mão-de-obra nela inscrita significa a redução de custos, principalmente a partir da diminuição do número de trabalhadores efetivos e dos encargos sociais, reagem às demandas, oscilações e sazonalidades do mercado e reduzem os custos com capital imobilizado (estrutura, equipamentos). Para as faccionistas, a precarização torna-se a permanente condição instável de longas jornadas de trabalho, informalidade, baixos níveis de remuneração, deterioração das condições de saúde e de trabalho. Agindo sorrateiramente, o capital dribla olhares inquisidores e consegue, eficazmente, obter produtividade e lucro por meio de escapatórias dos direitos trabalhistas. São expressões da descentralização da produção, incrustada na facção, como meio de centralizar o capital.

Ainda que cotidianamente microscópicas e discretas, algumas dessas tramas são reveladas, de tempos em tempos, na mídia massiva. É o caso, por exemplo, da recente operação da fiscalização trabalhista do Ministério do Trabalho junto às oficinas subcontratadas da loja Zara. Nestes intercursos, trabalhadores estrangeiros encontravam-se submetidos a condições análogas à escravidão na capital paulista.

Cinquenta e duas pessoas foram flagradas em situação degradante e exercendo jornada exaustiva, sendo o espaço do trabalho o mesmo da moradia. Teor jornalístico similar é reproduzido nas reportagens relacionadas às lojas Riachuelo, Bo.Bô, Le Lis Blanc. O que diferencia é o apelo à terminologia de escravidão contemporânea.

Contradições. Um substantivo capaz de sintetizar a complexidade das relações laborais em associações de costureiras faccionistas. Elas perpassam a formalidade de organizações sociais e a irregularidade de sua atuação no mundo do trabalho, a autonomia de empreendimentos em situação comercial e a dependência visceral da exploração da força de trabalho desprovida de direitos trabalhistas, o ideário de emancipação da ditadura da hierarquia e a subordinação ao poder “virtual” do patronato, o domínio de técnicas de produção e o estranhamento frente ao produto etiquetado com nome de outrem, o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e a feminização da pobreza. Eis que se apresenta cenário de precarização nas associações de costureiras no território itapagipano e que confirma tendências globais do capitalismo em tempos de acumulação flexível.

Por fim, este trabalho apresenta as consequências das políticas públicas universalistas, que não abordam diretamente as especificidades do trabalho feminino. É preciso que estas sejam desenvolvidas em conjunto com o movimento social das trabalhadoras rurais e urbanas, sendo capazes de consolidar valores coletivos e subjetivos e de prover as condições da mudança. Gestão social não é suficiente quando os sujeitos não se apropriam do seu fazer, de seu querer; ela implica posicionamento político ideológico e engajamento frente às formas de iniquidade. E é isso que se espera na ação deste profissional-militante.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda**: trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ALVES, Giovanni. A experiência da precarização do trabalho e a redundância salarial no Brasil: notas teórico-críticas. In.: FIGARI, Cláudia; ALVES, Giovanni (org.). **La precarización del trabajo en America Latina**: perspectivas del Capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização?** Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. 238f. Dissertação (Mestrado de Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as etamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ed.rev.ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In.: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13-22.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ed. 10reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. Col. Mundo do Trabalho.

ARAÚJO, A.M.C.; AMORIM, E.R.A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, 2001/2002 p.267-331

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Perfil do setor: dados gerais do setor atualizados em 2011, referentes ao ano de 2010. Disponível: http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=1&id_sub=4&idioma=PT. Acesso em: 21 de julho de 2011.

Associação Brasileira do Vestuário. Facção. Disponível em: www.abravest.org.br. Acesso em: 20 de junho de 2011.

BARRETO, Theo da Rocha. Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”: um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. **Dissertação** (Mestrado de Sociologia). Universidade Federal da Bahia, 2000.

BORGES, Ângela; DRUCK, Maria Graça. **Terceirização**: balanço de uma década. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul/dez. 2002.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Contrafogos2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Código civil, 2002. Código civil. 53.ed. São Paulo: Saraiva; 2002.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002.

CAMMPI. Informativo. Ano 3, julho 2006, Salvador, p.2.

CANÇADO, Airton. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In.: CANÇADO, Airton et al (org.). **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão**: experiências em Palmas/TO. Palmas, TO: NESOL; UFT, 2007, p.45 – 73.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In.: DRCUK, G.; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. Col. Mundo do Trabalho, p.59-68.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 6ed. Petropolis, RJ:Vozes, 1998.

COLLI, Juliana Marília. **A trama da terceirização**: um estudo do trabalho no ramo de tecelagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

DAL ROSSO, SADI. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Os trabalhadores frente à terceirização**. São Paulo: DIEESE, 1993.

DIEESE; SEADE; MTE; FAT e convênios regionais. **Pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo, 2009.

DRUCK, Maria da Graça et al. Precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e sindicatos. In.: BRAGA, Thaiz (org.). **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. Série Estudos e Pesquisas.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

GIOSA, Lívio Antonio. **Terceirização**: uma abordagem estratégica. 5ed.rev.ampl. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HIRATA, Helena; Kergoat, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, 132 (37), 595-609, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 2001-2002, n17-18.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**: 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2011.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2011.

IEMI – Relatório conjuntural: têxtil e confecção, São Paulo, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2002.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL – IEMI. Disponível em: <www.iemi.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2002.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ed. Brasília: IPEA, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEITE, Márcia de Paula. **Tecendo a precarização**: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo. Caxambu: Anpocs, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MARX, Karl. Prefácio. In.: _____. Contribuição à crítica da economia política. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.45-50.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CD-ROM: Cadastro geral de empregados e desempregados. Série CAGED Estatístico. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CD-ROM: Cadastro geral de empregados e desempregados. Série CAGED Estatístico. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CD-ROM: Relação anual de Informações sociais - RAIS. 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CD-ROM: Relação anual de Informações sociais - RAIS. 2010.

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em julho de 2011.

MTE. Mapeamento da economia solidária. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em julho de 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 5ed. São Paulo: Cortez, 2009. Col. Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.1, p.11-34, jan/abr 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Karine Conceição. Dinâmicas Organizacionais e Processos de Gestão: o caso da CAMMPI. In.: **Cadernos do SepAdm**/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, n.1, Salvador: Fast Design, 2004, p.31-43.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PED. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**: resultados do ano de 2008. Salvador: SEI, 2009. V.9.

PIRES, Marília Freitas de Campo Pires. O materialismo histórico-dialético e a educação. In.: **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997

PRADO Jr., Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. Ebooksbrasil

REPÓRTER BRASIL. Roupas da zara são fabricadas com mão de obra escrava. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/>. Acesso em: agosto 2011.

SAMPAIO, E.S.; MELLO, A.M.M. **Facção, costureira externa**: estrutura e organização. Rio de Janeiro: SENAI, CETIQT, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 4ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil: uma análise da prática social do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, 2007.

SEBRAE. **Facção**. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcduto=2658>. Acesso em 20 de junho de 2011.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. Relatório Final. Brasília: SENAES/MTE, 2005.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 12ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, P. e SOUZA, A. R. **A economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, Sandra M. M. ; SILVA, Francisco P. O marxismo como referencial teórico-metodológico. In.: _____. **Marx Atual?**: textos sobre a vigência do marxismo na contemporaneidade.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Trabalho descentralizado**. A terceirização sob uma perspectiva humanista. Revista Latinoamericana de Derecho Social, num. 9, Julio-diciembre 2009, p.159-174.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, G.. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In.: DRUCK, G.; FRANCO, T (org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p.23-58.

ANEXOS

Roteiro de Entrevistas

Perfil das Trabalhadoras

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Vida Laboral na Associação

Interna

1. Fale de sua experiência laboral pregressa. Já havia sido empregada (CLT, ex.)?
2. Fale como entrou para a associação. Há quanto tempo você trabalha na associação? Fale sobre sua experiência. Quais foram os motivos? Quais expectativas tinha?
3. O que era exigido para ser uma associada (treinamento, pagamento da cota parte)?
4. Você participou de algum treinamento? Se sim, quais foram?
5. Quais funções desempenha na associação?
6. Sempre exerceu a mesma atividade? Se não, quais exercia?
7. Descreva as modificações introduzidas ao longo dos anos.
8. O que mudou na maneira de realizar o trabalho?
9. Ocorreu algum tipo de mudança tecnológica na atividade exercida? Essa inovação influenciou ou não na realização da sua atividade?
10. Ocorreram mudanças nos equipamentos que operava? De que forma?
11. Como são as relações de trabalho na associação?
12. A associação produz para um único cliente ou para vários? Os insumos necessários à produção são oferecidos pelos contratantes ou comprados pela associação?
13. Todas as fases do processo produtivo são realizadas na associação?
14. Como se dá a divisão das atividades produtivas?
 - a. Quais são as habilidades necessárias?
15. Como é o ritmo de trabalho (produtividade)?
 - a. E em período de pico?
 - b. Há metas a cumprir?
 - c. Há pressão externa?
16. Quantas são as horas trabalhadas por dia, em média?
 - a. E em período de pico?
17. Como é feita a remuneração?
 - a. Valores recebidos
18. Temporalidade das encomendas
 - a. Época de picos de produção
19. Como é a infra-estrutura para o trabalho?
20. Já houve incidência de doenças relacionadas ao trabalho continuado (LER, stress, problema de coluna, depressão)? Se sim, conte como percebeu que estava doente.

21. Há relações com órgãos representativos de classe? Há diálogo com outras associações para defesa de direitos?
22. Há alguma forma de resistência aos padrões impostos pela empresa “contratante”?
23. Como se dá a tomada de decisões? Qual a periodicidade de reuniões e assembléias? Quais são os problemas mais frequentes? Como são encaminhadas as propostas?
24. Como se dá a divisão das sobras? Era dividido entre associadas ou investidos em equipamentos novos?
25. Havia contabilidade desses recursos na associação? Quem a fazia?
26. Houve alguma situação na cooperativa em que você tenha se sentido desrespeitada ou impedida de participar das reuniões da associação? Já houve algum tipo de abuso? Como foi resolvido o problema?
27. Faça uma avaliação da sua experiência como associada. Quais as diferenças entre ser empregada e associada? Como avalia seu envolvimento?
28. Faça uma avaliação do funcionamento da associação. Quais os problemas e pontos positivos?

Externa

1. Quem são os “contratantes”? Como são as relações (histórico)? Com quem se entra em contato (intermediários, licitações)?
2. Como se dá a dinâmica de entrega de peças, pagamentos com “contratante”?
3. Sabem-se os valores da peça pronta ao consumidor final?
4. O que se faz com encomendas maiores que a capacidade interna (encomendas “excedentes”)? Há repasse para outras pessoas?

Perfil da Associação

1. Histórico da Associação
 - a. Tempo
 - b. Finalidade
 - c. Atividades Iniciais
 - d. Fundadoras (quantidade, funções)
2. Quantidade de trabalhadoras hoje
3. Sazonalidade laboral
 - a. Número de peças cosidas por dia / Tempo Médio
4. Média de remuneração
5. Funções exercidas
 - a. Rotatividade da Função (máquina reta, overlock, interlock,, zig zag)?
6. Jornada de trabalho (em época de grande demanda e de baixa demanda)
 - a. Produtividade
7. Seleção de costureiras
 - a. Necessidade de ter experiências anteriores?
 - b. Perfil (laboral / psicológico)
 - c. Idade e sexo
 - d. Etapas do processo de seleção



Fardo de "Encomenda"



Sala Depósito



Cozinha



Espaço da Produção